



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUANA RÊGO COLARES DE PAULA

AS SIGNIFICAÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO COM
MULHERES ACOMPANHADAS POR CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE FORTALEZA.

FORTALEZA
2010

LUANA RÊGO COLARES DE PAULA

AS SIGNIFICAÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO COM
MULHERES ACOMPANHADAS POR CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE FORTALEZA.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos de Mediação: Trabalho, Atividade e Interação Social

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.

FORTALEZA
2010

Ficha catalográfica elaborada por
Clemilda dos Santos Sousa – Bibliotecária – CRB 3/1027
cleo@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas - UFC

P348s Paula, Luana Rêgo Colares de
As significações sobre o programa bolsa família [manuscrito]: um estudo com mulheres acompanhadas por centros de referência da assistência social em Fortaleza / por Luana Rêgo Colares de Paula. – 2010.
155 f.; 31 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2010.
Orientação: Profª Drª. Verônica Morais Ximenes.
Inclui bibliografia.

1-PSICOLOGIA. 2- BOLSA FAMÍLIA. 3- ASSISTÊNCIA SOCIAL. 4 – SIGNIFICAÇÃO - PSICOLOGIA. I – Ximenes, Verônica Morais, orientador. II - Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III – Título.

CDD 150

LUANA RÊGO COLARES DE PAULA

AS SIGNIFICAÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO COM
MULHERES ACOMPANHADAS POR CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE FORTALEZA.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos de Mediação: Trabalho, Atividade e Interação Social

Aprovada em: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Verônica Moraes Ximenes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profª. Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profª. Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Aos meus familiares, em especial aos meus pais e irmãos, em quem encontro apoio, confiança, alegria e amor ilimitados.

Ao meu amor, João Paulo, companhia que me traz prazer e esperança. Com ele me sinto cada dia mais viva.

AGRADECIMENTOS

À professora Verônica Morais Ximenes, pela retidão com que me orientou neste mestrado. Por confiar no meu potencial acadêmico, desde a graduação, e por estimular o meu crescimento profissional. Sou grata, ainda, pelo respeito e pelo carinho com que tem me tratado ao longo desses anos de convivência.

À professora Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, a quem muito admiro. Por ter aceitado participar da banca, pelas inestimáveis contribuições que deu a este estudo e pela delicadeza e competência com que expressou suas sugestões.

À professora Maria Zelma de Araújo Madeira, por ter aceitado, tão gentilmente, participar desta banca. Pelos valiosos apontamentos que fez sobre o projeto desta pesquisa. Também quero agradecer pelo importante material bibliográfico que me disponibilizou.

Ao João Paulo Barros, pelas incontáveis ajudas que me deu durante a realização desta dissertação. Suas inúmeras leituras, observações, correções e sugestões foram indispensáveis para que eu conseguisse concluir esta dissertação. Mais que isso, agradeço pela paciência e ternura com que me acompanhou nos meus momentos de cansaço e desabafo.

Aos meus pais, Colares e Ducirene, pelo apoio material e afetivo que me prestaram nos melhores e no piores momentos do meu percurso no mestrado.

Às equipes dos CRAS da Serrinha e do Vila União, pela disponibilidade em colaborar com meu estudo.

Às mulheres que contribuíram diretamente com a pesquisa, pela receptividade com que me acolheram. Com elas aprendi muito mais do que imaginava.

À Secretaria Municipal de Assistência Social, por ter autorizado a realização desta pesquisa em um de seus projetos.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao colega Emanuel Meireles Vieira, pela revisão de parte do texto.

Aos amigos que, de um modo ou de outro, me apoiaram nesta empreitada: Dayane, Flora, Bárbara, Jôse, Larissa, Letícia, Rubens, Lia, Aline, Mabel, Mona, e Aedra. Quero agradecer especialmente à Gilda, pela solicitude com que me ajudou na pesquisa.

Meus mais sinceros agradecimentos.

“Moça, olha só o que eu te escrevi: é preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê!”
(Los Hermanos).

RESUMO

A ampliação do Programa Bolsa Família desde sua criação divide opiniões e suscita novas questões investigativas, como as concepções dos beneficiários a seu respeito. Assim, esta pesquisa objetivou compreender as significações sobre o Programa Bolsa Família (PBF) construídas por mulheres beneficiárias e suas relações com o acompanhamento ao público desse Programa no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Tal proposta se referenciou teoricamente na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e em elaborações atinentes à Teoria da Linguagem de Bakhtin. Do ponto de vista metodológico, a execução desta pesquisa ocorreu a partir da inserção, de agosto a dezembro de 2009, em atividades ligadas a dois CRAS de Fortaleza e que faziam parte de um projeto destinado a beneficiárias do PBF. Ao todo, dez mulheres participaram da etapa empírica da pesquisa. O trabalho de campo envolveu observações-participantes e a realização de dois grupos focais com estas mulheres. Além disso, a fim de melhor caracterizar as participantes do estudo, foi utilizado um questionário como técnica complementar. O *corpus* analisado decorreu dos diários de campo, das respostas aos questionários e dos registros em áudio dos grupos focais. Os dados produzidos e transcritos foram organizados com base na Análise de Conteúdo e interpretados à luz do paradigma da Rede de Significações. Assim, a pesquisa contou com uma categoria teórica: “processos de significação”. Quatro categorias empíricas foram delimitadas: “A provisoriedade do PBF”; “O benefício: seu caráter, seu(s) uso(s) e as condições para recebê-lo”; “Os sentidos sobre a operacionalização do PBF” e “O lugar do CRAS no acompanhamento de beneficiárias do PBF”. Os resultados apontam como uma série de questões se articulava e interferia na produção dessas significações, tais como: aspectos da trajetória pessoal de cada participante; condições histórico-ideológicas de desenvolvimento das políticas sociais e dos programas de transferência de renda no país; transformações recentes no cenário da política de assistência social; sentidos sobre o PBF circulantes no tecido social; o contexto institucional do PBF e de acompanhamento das famílias beneficiárias; e o próprio contexto de interação da pesquisa. A análise dos dados indica que essas significações são expressivas do tensionamento, na conjuntura sócio-política brasileira, entre os signos da carência e do direito. Os dados também permitem considerar que o caráter relativamente incipiente do acompanhamento realizado limita suas possibilidades de desestabilizar significações correntes e de contribuir para a criação e maior circulação de novos sentidos sobre o PBF. Não obstante, os resultados evidenciam relações entre o contexto de acompanhamento investigado e a produção de significações acerca da durabilidade do PBF e das questões de gênero suscitadas na discussão sobre a titularidade da mulher no Programa. Acerca da titularidade da mulher no PBF, por um lado, foi premente a produção de significações que demonstram a limitação dessa titularidade na ampliação do poder das mulheres no âmbito doméstico. Por outro, as significações a esse respeito também evidenciam a histórica submissão da mulher em relação ao homem, ressaltando a importância do redimensionamento dessas relações de poder. Os resultados ressaltam, ainda, que, entre as participantes, há uma fragilização do sentido de “porta de saída” do PBF vinculado aos Programas Complementares.

Palavras-Chave: Processos de significação; Programa Bolsa Família; Mulheres; CRAS.

ABSTRACT

This research aimed to understand the meanings of the Bolsa Família Program (PBF) built by the women beneficiaries and their relation to the monitoring of the public from this program at the Reference Center for Social Assistance (CRAS). From the methodological point of view, the implementation of this research occurred after the insertion, between August and December 2009, on activities developed by two CRAS in Fortaleza and that were part of a project to benefit from the PBF. In all, ten women participated in the stage of empirical research. The fieldwork involved participant-observations, the use of individual questionnaires and conducting two focus groups with these women. The corpus analyzed founded sources on the field diaries, in the questionnaire responses and in the audio recordings of the focus groups. The data produced and transcripts were organized based on content analysis and interpreted in the light of the paradigm of the network of meanings. Thus, the survey had a theoretical category, "meaning process. Four empirical categories were defined: "The provisional nature of the PBF", "The benefit: its character, its use(s) and the conditions to receive it"; "The way to operationalize the PBF" and "The place of CRAS on monitoring of PBF beneficiary". The results show that a number of issues are articulated and interfered in the production of meanings, such as aspects of the trajectory of each participant, historical conditions and ideological development of social policies and programs to transfer income in the country, recent changes in scenario of social welfare policy; meanings about PBF circulating in the social context, the institutional context of PBF and monitoring of beneficiary families, and the proper context of interaction research. Data analysis indicates that these meanings are expressive of the tension in the socio-political juncture, between the signs of lack and rights. The data also support the view that the relatively early stage of monitoring conducted limits its possibility to destabilize current meanings and to contribute to the creation and increased circulation of new meanings for the PBF. Nevertheless, the results show relationships between the context of follow-up investigation and production of meanings about the durability of the PBF and the gender issues raised in the discussion of ownership of women in the program. About the ownership of women in PBF, on the one hand, it was expressive the production of meanings that demonstrate the limitation of ownership in extending the power of women at home. Second, the meanings in this respect also highlight the historical subordination of women compared to men, emphasizing the importance of resizing power relationships. The results also highlight that, among the participants, there is a embrittlement of the sense of "way out" of PBF bound to Complementary Programs.

Key-words: Meaning processes; Bolsa Família Program; Women; CRAS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	17
1.1 Lócus do Estudo	18
1.2 Caracterização das participantes.....	22
1.3 A inserção em campo e o processo de produção de dados.....	26
1.3.1 A observação-participante	26
1.3.2. Os grupos focais	31
1.4 A análises dos resultados.....	33
2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: ANTECEDENTES E PERCURSOS DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.	37
2.1. As demandas por proteção social e a atuação do Estado: Delineamentos da Regulação Social na América Latina.	37
2.2. O Sistema de Proteção Social Brasileiro: notas sobre a atuação do Estado.....	41
2.3. Entre avanços e retrocessos: a trajetória da Política de Assistência Social Brasileira.	43
2.4. Os Programas de Transferência de Renda no Brasil: breve histórico.	53
2.5 O Programa Bolsa Família: uma proposta de unificação de programas de transferências de renda	57
3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE SUAS SIGNIFICAÇÕES.	62
3.1. A provisoriedade do PBF	62
3.2.O benefício: seu caráter, seu(s) uso(s) e as condições para recebê-lo.....	68
3.3. Os sentidos sobre a operacionalização do Programa.....	76
4. O LUGAR DO CRAS NO ACOMPANHAMENTO DAS BENEFICIÁRIAS: IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO SOBRE O PBF.	98
4.1. O CRAS e a proposta de acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF.....	98
4.2. “Caminhar com as próprias pernas”? Significações sobre as “portas de saída” do PBF e os percursos das mulheres no Projeto de Inclusão Produtiva.	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	149
ANEXO	155

INTRODUÇÃO

Este projeto foi construído a partir da minha práxis, como psicóloga, em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza, a fim de consolidar as contribuições da Psicologia para a efetivação de Políticas Públicas de Assistência Social. Os fundamentos dessa práxis advêm da minha participação no Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM), espaço no qual foi gestado o meu interesse pela articulação entre a Psicologia e as Políticas Públicas.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004a), o CRAS constitui-se como a unidade pública estatal de base territorial que é responsável pela execução dos serviços de Proteção Social Básica (PSB). Estes, por sua vez, destinam-se “à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e,ou, fragilização dos vínculos afetivos” (BRASIL, 2004a, p.33). O trabalho desenvolvido por mim nesta unidade, juntamente com uma equipe multidisciplinar, envolveu, entre outras atividades, o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), instituído pelo Governo Federal em janeiro de 2004.

Regulamentado em setembro de 2004, através do Decreto nº 5.209, tal Programa se caracteriza por efetuar uma transferência monetária direta a famílias que possuem uma renda mensal per capita de até R\$ 140,00¹ e objetiva a superação da fome e da pobreza no país, bem como o estímulo ao exercício de direitos básicos relacionados à saúde e à educação (BRASIL, 2009a). Em face do critério de inclusão acima referido, a permanência da família no Programa está vinculada ao cumprimento de algumas condicionalidades, quais sejam: a permanência de crianças e adolescentes na escola; o acompanhamento, nos serviços de saúde, de crianças de 0 a 6 anos, bem como de gestantes e nutrízes; e a participação em atividades educativas. A obtenção do dinheiro se dá através de saque bancário efetuado mediante um cartão magnético cujo titular, preferencialmente, corresponde à mulher – geralmente a mãe – que compõe a família (BRASIL, 2004b, BRASIL, 2009a).

Até outubro de 2009, data em que o PBF completou 6 anos, 12,4 milhões de famílias brasileiras tinham sido contempladas por este Programa. Segundo o Governo Federal, a

¹ O valor mencionado era o que estava em vigência no período de conclusão desta dissertação.

expectativa é de que, em 2010, sejam contempladas 12,9 milhões de famílias em todo o país (BRASIL, 2009a).

Em Fortaleza, cuja população estimada é de 2.431.415 habitantes, 914.146 pessoas estavam inscritas no Cadastro Único² em novembro de 2008, sendo, portanto, reconhecidas pelo poder público como pessoas “em situação de vulnerabilidade social” (FORTALEZA, 2009a, p. 60)³. Deste universo, 303.497 pessoas (33,20%) estavam inseridas no PBF naquele período. Acerca do total de famílias cadastradas, isto é, 234.312 famílias, 67,4% (158.078) estavam incluídas no Programa em destaque (FORTALEZA, 2009a).

A progressiva ampliação que o PBF vem adquirindo desde sua criação justifica a pertinência de novas pesquisas a seu respeito e de interlocuções com estudos já desenvolvidos sobre os programas de transferência de renda de uma forma geral. Para Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 132), no Brasil, os programas deste cunho apresentam uma dupla face: “uma compensatória, representada pela transferência monetária, para permitir a sobrevivência imediata das famílias pobres, e outra de acesso a políticas universais, para oferecer condições de autonomização futura dessas famílias”.

Durante minha atuação no CRAS, percebi que esta segunda face constitui um aspecto comumente explicitado por profissionais e gestores dos CRAS como elemento central no acompanhamento das famílias contempladas pelo benefício. Emblema disso, também, é o estímulo, por parte do Governo Federal, à realização de Programas Complementares⁴ ao PBF.

Desta feita, os CRAS costumam desenvolver atividades de acompanhamento dessas famílias com o intuito de fomentar sua autonomia, tais como: acolhimento, visitas domiciliares, atividades grupais sócio-educativas e atividades de geração de trabalho e renda. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008a), verificou-se, em uma pesquisa sobre o trabalho realizado nos CRAS em 2006, que mais de 80% dos CRAS do país desenvolviam ações de acompanhamento do público beneficiário do PBF.

A despeito desta pretensão, há, no tecido social, uma multiplicidade de pontos de vista em torno do Programa em foco. Por um lado, segmentos de oposição ao governo atual, dos meios

² O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) corresponde a um banco de dados que identifica e traça o perfil sócio-econômico das famílias de baixa renda do país (BRASIL, 2009a).

³ No que concerne à variável sexo, havia uma prevalência de mulheres cadastradas (512.009), em relação ao número de homens (FORTALEZA, 2009a).

⁴ Os Programas Complementares devem ser planejados e executados pelos municípios e correspondem ao desenvolvimento de ações de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, por exemplo. (Brasil, 2007, p.01).

de comunicação e da opinião pública consideram o PBF uma política assistencialista que estimula a acomodação das famílias desfavorecidas sócio-economicamente e gera dependência, ao invés de fomentar a sua emancipação social. O atual governo, por outro lado, apresenta a realização de Programas Complementares à transferência de renda, apontando-os como necessários para que “as famílias tenham sua cidadania fortalecida e possam estruturar suas rendas a partir de seu próprio trabalho” (BRASIL, 2007, p.1).

A partir de uma revisão de literatura, sublinho que as análises que compõem esse debate pouco evidenciam os pontos de vista das próprias beneficiárias sobre a política em questão. Com efeito, desde sua criação, o PBF é objeto de inúmeros estudos e pesquisas que buscam compreender seu desenvolvimento, articulando-o à análise do panorama histórico das políticas de transferência de renda no Brasil (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2007; SILVA, 2007; MONNERAT et al, 2007). Recentemente, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) publicou o resultado de uma pesquisa cujos objetivos foram “conhecer melhor o perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, as formas pelas quais acessam a alimentação e as repercussões do Programa na segurança alimentar e nutricional” (IBASE, 2008, p.4).

Além disso, outras análises, como a que é empreendida por Weissheimer (2006), procuram avaliar os impactos sócio-econômicos do PBF, principalmente no que concerne à diminuição da desigualdade social no país e à questão da segurança alimentar e nutricional. Tal avaliação se fundamenta em dados de estudos e pesquisas realizadas por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Banco Mundial e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Economistas, sociólogos, cientistas sociais, enfim, estudiosos de diversas áreas integram o debate sobre o Programa em destaque e suscitam novas questões a serem investigadas, como as compreensões que os próprios beneficiários desenvolvem sobre o PBF. No que diz respeito à Psicologia, percebo que são escassos os estudos sobre as ações de acompanhamento às famílias beneficiárias do PBF, embora já existam pesquisas, por exemplo, sobre a inserção (TEIXEIRA, 2008) e sobre a práxis do psicólogo nos CRAS (BARROS, 2007; CIDADE, 2009), tendo em vista a crescente participação deste profissional na Política de Assistência Social.

Nesse contexto, algumas questões são relevantes para as Políticas Públicas desse cunho e desafiadoras para a Psicologia: que significações os usuários do PBF desenvolvem sobre este programa? De que modo as ações de acompanhamento voltadas para beneficiários do PBF interferem na produção dessas significações? Como a construção de sentidos pelas pessoas beneficiárias sobre o PBF interfere na relação destes com as Políticas Públicas de Assistência Social? Como a problemática da cidadania pode ser pensada à luz dessas significações?

Com base nesses múltiplos e possíveis questionamentos, a pergunta de partida desta pesquisa foi: *que relações podem ser estabelecidas entre as significações sobre o Programa Bolsa Família produzidas por beneficiárias e o acompanhamento ao público desse Programa no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)?*

Portanto, partindo desse recorte, tornam-se objeto dessa pesquisa as relações entre as significações sobre o Programa Bolsa Família produzidas por beneficiárias e o acompanhamento ao público desse Programa no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A opção por mulheres como público participante da pesquisa é assim justificada: como já mencionei, é esse, preferencialmente, o público titular do cartão mediante o qual é retirado o benefício (BRASIL, 2004b), conseqüentemente, é também esse o segmento populacional que participa mais freqüentemente das atividades de acompanhamento dos CRAS, conforme pude denotar durante minha atuação naquele espaço.

A fim de responder ao referido problema de pesquisa, referenciei-me teoricamente na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Além disso, para enriquecer a análise dos processos de significação, utilizei-me de algumas elaborações atinentes à Teoria da Linguagem de Bakhtin, dada sua relevância para os estudos que enfocam a produção de sentidos (SMOLKA, 2004; FREITAS, 1996).

Com base nas perspectivas vigotskiana e bakhtiniana, que pressupostos teóricos estão relacionados à mencionada questão de partida? A esse respeito, pelos menos dois pressupostos podem ser aqui ressaltados.

Sob o aporte metodológico do materialismo histórico-dialético, Vigotski apontou que o desenvolvimento das funções psicológicas propriamente humanas se dá através da mediação simbólica (VIGOTSKI, 1994; VYGOTSKI, 1931/1995; VIGOTSKI, 1927/1996). Segundo este autor, “[...] a atividade mais geral e fundamental do ser humano, a que diferencia em primeiro

lugar o homem dos animais desde o ponto de vista psicológico é a *significação*, quer dizer, a criação e o emprego de signos [grifo do autor]” (VYGOTSKI, 1931/1995, p.84)⁵.

Bakhtin, tal como Vigotski, compreendia que os signos produzidos socialmente “são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento” (BAKHTIN, 1988, p. 35). Dessa forma, Bakhtin (1988, p. 34) afirma que “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”.

Com base nessas formulações, eis o primeiro pressuposto: as significações, primordiais para o entendimento da constituição social do sujeito, são produzidas mediante um complexo processo de apropriação, transformação e criação de signos e sentidos. (ZANELLA *et al*, 2004; GÓES; CRUZ, 2006).

A questão da mediação dos signos viabiliza, a partir dos legados de Vigotski e Bakhtin, a compreensão de que os processos psicológicos, ainda que pessoais, continuam sendo sociais. O sujeito, conseqüentemente, passa a ser visto não como um ser abstrato, mas como sendo constituído no interior de um grupo social que tem um processo histórico particular e códigos culturais peculiares. Sua interação com esse grupo configura um “processo de alterização e constituição mútua” (COLAÇO *et al*, 2007, p.48).

Decorre daí o segundo pressuposto implicado no problema de pesquisa: a construção de significações se dá necessariamente na relação entre sujeito e contexto, o que requer considerar não só o que diz o sujeito, mas também as condições de produção do seu dizer.

Tendo em conta a delimitação da questão central deste estudo e a explicitação de seus pressupostos teóricos, defini como objetivo geral da dissertação: *Compreender as significações sobre o Programa Bolsa Família construídas por beneficiárias e suas relações com o acompanhamento ao público desse Programa no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)*.

Por sua vez, seus objetivos específicos foram: *Compreender as significações sobre o Programa Bolsa Família construídas por mulheres que participam de atividades de acompanhamento desse Programa no CRAS; Analisar o contexto de acompanhamento de beneficiárias do Programa Bolsa Família no CRAS;*

⁵ Nesta dissertação, todas as citações de Vygotski (1931/1995), assim como as de Vygotski e Luria (2007), que aparecem nas referências em espanhol, foram traduzidas livremente por mim.

Do ponto de vista metodológico, a execução desta pesquisa ocorreu a partir da inserção, de agosto a dezembro de 2009, em atividades ligadas a dois CRAS de Fortaleza e que faziam parte de um projeto destinado às beneficiárias do PBF. Nesse período, o trabalho de campo compreendeu observações-participantes, o uso de questionários individuais e a realização de dois grupos focais com estas mulheres. Os dados produzidos foram organizados com base na Análise de Conteúdo e interpretados à luz do paradigma da Rede de Significações (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2008).

No tocante ao texto desta dissertação, procurei organizá-lo de modo a articular, sempre que possível, a explicitação dos fundamentos teóricos do estudo e a análise dos dados. Por isso, não há um capítulo exclusivo para a apresentação e a discussão dos resultados, cabendo, então, a vários capítulos a realização desta tarefa.

No primeiro capítulo – *Percursos metodológicos* – esclareço a natureza do estudo, qual o seu lócus e quem foram as suas participantes. Além disso, apresento o processo de inserção em campo e os procedimentos utilizados para a produção e para a análise dos dados, explicitando as categorias estabelecidas.

No segundo capítulo – *A Assistência Social e os Programas de Transferência de Renda no Brasil: antecedentes e percursos da criação do Programa Bolsa Família* – discuto as especificidades da atuação do Estado brasileiro, com destaque para o desenvolvimento da Política de Assistência Social. Enfoco, ainda, o fluxo de criação dos programas de transferência de renda no Brasil e sua relação com o PBF.

No terceiro capítulo – *Programa Bolsa Família: um olhar sobre suas significações* – apresento e analiso as principais significações sobre o PBF produzidas pelas participantes do estudo, com base nas categorias estabelecidas.

No quarto capítulo – *O lugar do CRAS no acompanhamento das beneficiárias: implicações nos processos de significação sobre o PBF* – busco relacionar o contexto de acompanhamento do CRAS ao público do PBF e as significações sobre o Programa produzidas durante a pesquisa.

Nas considerações finais, retomo o problema e os objetivos deste estudo, a fim de sintetizar os principais resultados provenientes da análise dos dados. Ressalto, ainda, possíveis reverberações desta pesquisa para os campos a ela relacionados.

1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, ancorei-me numa abordagem qualitativa por julgá-la profícua ao estudo dos processos de significação sobre o Programa Bolsa Família construídos por suas beneficiárias. A esse enfoque metodológico, pois, importam “os processos e esquemas de explicação usados pelos participantes para dar sentido à realidade social que constroem”⁶ (MONTERO, 2006, p. 50). Além disso, o enfoque qualitativo pareceu-me pertinente para a investigação do cotidiano de atividades de acompanhamento de mulheres beneficiárias do PBF, considerando sua potencialidade de lidar com a dinamicidade e complexidade da realidade em seu acontecimento histórico (FREITAS, 2002).

Para Freitas (2007), a pesquisa qualitativa procura focar os processos pesquisados estabelecendo conexões entre as situações investigadas. Portanto, esse se configurou um importante caminho para compreender as relações entre as significações construídas sobre o Programa Bolsa Família por mulheres beneficiárias e as atividades de acompanhamento das quais elas participam no Centro de Referência da Assistência Social.

Aliás, na pesquisa qualitativa, “a ênfase do pesquisador situa-se no processo de transformação e mudança em que se desenrolam os fenômenos humanos” (FREITAS, 2007, p. 28). Tendo em vista isso, avaliei que essa perspectiva metodológica seria a mais apropriada para o estudo da construção de “sentidos”, dada a dinamicidade e versatilidade desse processo (VIGOTSKI, 1934/2001; BAKHTIN, 1988; SMOLKA, 2004; BARROS *et al*, 2009).

Além disso, a opção pela pesquisa qualitativa se coaduna com o referencial teórico deste estudo, devido à importância que ela confere às relações entre os diferentes atores da pesquisa para a construção dos seus resultados. É o que ressalta Freitas (2002, p. 24-25):

De uma orientação monológica passa-se a uma perspectiva dialógica. Isso muda tudo em relação à pesquisa, uma vez que investigador e investigado são dois sujeitos em interação. O homem não pode ser apenas objeto de uma explicação, produto de uma só consciência, de um só sujeito, mas deve ser também compreendido, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico.

Assim, com base no enfoque teórico-metodológico deste estudo, devo ressaltar que o *corpus* desta pesquisa não foi simplesmente “coletado” como um “dado puro” e pré-existente ao

⁶ As citações de Montero (2006) também foram traduzidas por mim, do espanhol para o português.

desenvolvimento da investigação. Ao contrário, os resultados aqui apresentados são frutos da minha inserção no lócus da pesquisa e da minha relação, como pesquisadora, com as demais participantes da investigação.

Nos próximos tópicos, exporei os percursos traçados e os procedimentos utilizados para a produção de respostas plausíveis ao meu problema de pesquisa. Ressalto, de antemão, que o caminho apresentado a seguir não foi fruto apenas do meu planejamento inicial, mas também de mudanças oriundas da inserção no lócus pesquisado e do contato com as participantes da pesquisa.

1.1 Lócus do Estudo

No que diz respeito ao percurso para a definição do lócus desta pesquisa, busquei conhecer, em maio de 2009, como vinham sendo desenvolvidas as atividades de acompanhamento para o público do PBF nos CRAS de Fortaleza. Esse conhecimento foi de fundamental importância, dado meu intento principal de compreender as relações entre as significações construídas sobre o PBF por mulheres beneficiárias e as atividades de acompanhamento das quais elas participam no CRAS.

Deste modo, estive com a coordenação dos CRAS de Fortaleza, localizada na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Naquela ocasião, fui informada que, naquele período, havia apenas um projeto em funcionamento nos CRAS destinado especificamente a mulheres beneficiárias do PBF⁷, denominado “Projeto de Inclusão Produtiva Para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza”. Diante desse contexto, considerei pertinente realizar esta pesquisa com mulheres participantes desse projeto.

Tal projeto baseia-se nos pressupostos da Economia Solidária e “pretende fortalecer e criar oportunidades de trabalho e geração de renda para o sexo feminino, estimulando a autonomia financeira e social” (FORTALEZA, 2008b, p. 1). O projeto, lançado em março de 2008, compreende seis etapas: Formação para a Cidadania; Qualificação Profissional e Técnica; Organização dos Grupos Produtivos; Estruturação e Legalização de Unidades Produtivas de

⁷ Os demais serviços, programas e projetos desenvolvidos nos CRAS não são exclusivos para beneficiários do PBF, embora estes constituam o público prioritário de todas as atividades realizadas por este Centro.

Bens, Serviços e Consumo nas Comunidades; Gestão das Unidades Produtivas e Comercialização; e Autogestão das Unidades Produtivas (FORTALEZA, 2008b).

A primeira etapa ocorreu durante os meses de fevereiro, março e abril de 2008. Ela consistiu em encontros para a discussão de alguns temas, como “organização das mulheres, economia feminista, mulher e trabalho, desenvolvimento local sustentável, economia solidária, comércio, finanças e crédito solidário” (FORTALEZA, 2008b, p.1).

Já a segunda etapa envolveu cursos específicos, em áreas como alimentação, confecção, construção civil e manutenção de computadores. Para cada um destes ramos, houve um calendário específico. Após a conclusão desta etapa, foram implantadas e estruturadas, em diferentes territórios da cidade, doze unidades produtivas nos ramos de confecção e alimentação, momento no qual ocorreu a chamada fase de “incubação” (FORTALEZA, 2009b). Nesta fase, ocorrida por volta do final de 2008 e início de 2009, iniciou-se a etapa de “Organização dos Grupos Produtivos”. Como detalharei adiante, durante a realização desta pesquisa o Projeto encontrava-se nesta etapa.

Desde o período de preparação para a inserção em campo, a escolha de mulheres integrantes do Projeto de Inclusão Produtiva como participantes desta pesquisa pareceu-me pertinente na medida em que tais mulheres atendiam a critérios importantes para o meu objeto de estudo: ser beneficiária do Programa Bolsa Família e participar de atividades no Centro de Referência da Assistência Social destinadas ao público do PBF.

A escolha por essas mulheres como colaboradoras desta pesquisa também se constituía relevante pelo fato de já possuírem uma vivência considerável como beneficiárias do PBF, além de uma certa experiência de acompanhamento no CRAS. Assim, pelo próprio tempo de existência do Projeto de Inclusão Produtiva, estas mulheres já estavam tanto no PBF quanto no CRAS há mais de um ano.

Após definir que a pesquisa ocorreria com participantes desse projeto, era preciso, então, escolher em qual Centro se daria a investigação, uma vez que o mencionado projeto vinha sendo executado por vários CRAS do Município de Fortaleza. Naquela época – maio de 2009 –, havia 20 CRAS distribuídos pelos bairros da cidade, vinculados às seis Secretarias Executivas Regionais (SER's), de acordo com a divisão político-administrativa dessa cidade, configurando a seguinte distribuição: SER I – 02 (dois) CRAS; SER II – 04 (quatro) CRAS; SER III – 02 (dois)

CRAS; SER IV – 03 (três) CRAS; SER V – 05 (cinco) CRAS; e SER VI – 04 (quatro) CRAS (FORTALEZA, 2008a)⁸.

Em face deste universo de CRAS no Município, escolhi realizar a pesquisa junto ao CRAS localizado no Bairro Vila União, na Regional IV. A minha escolha por este CRAS se deveu ao fato de que eu já possuía um contato com sua equipe, bem como com algumas mulheres que participavam do Projeto de Inclusão Produtiva naquele Centro, uma vez que eu trabalhei nesta unidade por dois anos, aproximadamente. Durante o período em que lá atuei, inclusive, pude acompanhar o processo de inscrição e seleção das participantes do projeto em questão, como também a sua primeira etapa.

Assim, avalio que essa aproximação facilitou a execução da pesquisa e favoreceu a análise dos dados. O conhecimento que acumulei ao longo da minha experiência naquele espaço ampliou as possibilidades de compreensão do contexto em que essas mulheres vivem e do processo de acompanhamento do CRAS junto a elas.

À época do exame geral de conhecimento dessa dissertação⁹, fui informada pela equipe do CRAS em destaque de que havia um grupo de confecção composto por dez (10) mulheres que se encontravam, semanalmente, numa unidade produtiva do Projeto de Inclusão, localizada nas proximidades do bairro Vila União.

No que concerne aos demais ramos incluídos no Projeto de Inclusão Produtiva, como o de construção civil, manutenção de computadores e alimentação, apenas este último também havia culminado na formação de um grupo de produção, neste caso composto por quatro mulheres. Entretanto, esse grupo não possuía uma unidade produtiva, razão pela qual não se reunia regularmente.

Diante dessa conjuntura, defini, no projeto de pesquisa dessa dissertação, que minha investigação seria realizada com as mulheres do grupo de confecção vinculado ao Projeto de Inclusão Produtiva e acompanhado pelo CRAS Vila União.

Após o processo de solicitação e autorização formal da pesquisa junto à SEMAS e ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (ANEXO), entre os meses de julho e agosto de 2009, realizei uma visita ao CRAS Vila União. Com isso, meu intuito foi formalizar a apresentação da

⁸ Em agosto de 2008, o total de CRAS em Fortaleza subiu para 23, sendo que todo o acréscimo, ou seja, 03 (três) CRAS, ocorreu na SER V, que passou a ter 08 (oito) CRAS (FORTALEZA, 2008a).

⁹ Junho de 2009.

minha proposta de pesquisa para a equipe e confirmar as informações obtidas anteriormente sobre o grupo de confecção.

Naquele momento, fui informada de que, na unidade produtiva onde se reunia o grupo de mulheres do bairro Vila União, havia dois outros grupos, compostos por moradoras dos bairros Serrinha e Lagamar, respectivamente. Estes grupos também eram do Projeto de Inclusão Produtiva e deveriam, juntamente com as mulheres do bairro Vila União, formar um só grupo naquela unidade produtiva. Entretanto, não havia muita integração entre os três grupos, uma vez que, por decisão das próprias mulheres, cada grupo se reunia em dias diferentes da semana¹⁰. Além desses esclarecimentos, a equipe do CRAS Vila União me informou que o número de integrantes do grupo de confecção formado por mulheres do bairro Vila União havia sido reduzido de dez (10) para cinco (05) mulheres.

De posse dessas novas informações, pensei que seria pertinente incluir na pesquisa mulheres dos três grupos, e não só as participantes do bairro Vila União. Desse modo, estabeleci, como locus desta pesquisa, a unidade produtiva situada no Centro de Cidadania Presidente Médici (CCPM)¹¹, lugar onde essas mulheres se encontram e desenvolvem as atividades relativas ao Projeto de Inclusão Produtiva. Essa unidade produtiva, além de ser o principal espaço para o encontro de mulheres integrantes do Projeto de Inclusão, configura-se como o lugar primordial de acompanhamento destas mulheres pelas equipes dos CRAS.

Este espaço corresponde a uma sala do CCPM onde existem cerca de 26 máquinas¹² de costura distribuídas por toda a sala. As máquinas encontram-se encostadas nas paredes da sala, uma ao lado da outra, compondo uma configuração circular. Para cada máquina de costura, há uma cadeira que fica de frente para a parede e de costas para o centro da sala, onde se encontra uma grande mesa na qual são feitos os cortes dos tecidos e a modelagem das peças. Além disso, há, em um dos cantos da sala, três armários para guardar as peças de cada um dos grupos.

Ao definir este espaço como locus da pesquisa, fui em busca de apresentar minha proposta para as próprias mulheres que freqüentavam a unidade produtiva, a fim de estabelecer

¹⁰ Vale ressaltar que, segundo as profissionais do CRAS Vila União, antes da minha inserção no locus da pesquisa, a equipe deste CRAS, juntamente com as dos CRAS da Serrinha e do Lagamar, desenvolveu atividades para estimular uma maior integração entre os grupos.

¹¹ O Centro de Cidadania Presidente Médici (CCPM) é um equipamento social da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Ele localiza-se no bairro de Fátima, próximo ao CRAS Vila União.

¹² Destas 26 máquinas, 06 são do próprio CCPM e já existiam na sala antes do Projeto de Inclusão Produtiva. As outras 20 máquinas são deste Projeto. No período da minha saída de campo, apenas 03 máquinas estavam funcionando normalmente.

quais seriam, efetivamente, as participantes da minha investigação. No tópico que segue, procuro apresentar como se deu esse processo de definição das participantes da pesquisa, além de expor, sumariamente, algumas características das mulheres que colaboraram com este estudo.

1.2 Caracterização das participantes

Quando comecei a minha inserção no lócus da pesquisa, no final de agosto de 2009, apenas as mulheres moradoras dos bairros Vila União e Serrinha estavam freqüentando a unidade produtiva. Segundo informações destas mulheres e de suas respectivas equipes de acompanhamento¹³, as participantes daquela unidade produtiva que residem no bairro Lagamar teriam suspenso suas atividades por falta de material e por dificuldades de convivência entre os grupos.

Conforme decisões estabelecidas entre os três grupos, a utilização da unidade produtiva obedecia à seguinte organização: às segundas-feiras, o dia todo, e às sextas-feiras, no período da tarde, a unidade produtiva estava reservada ao grupo do Lagamar; o grupo do Vila União comparecia à unidade às quintas-feiras, o dia todo, e às sextas-feiras, pela manhã; e o grupo da Serrinha utilizava o espaço às terças e quartas-feiras, no período da tarde.

Diante dessa divisão, compareci à unidade em um dia de encontro de cada grupo, com o intuito de convidar as mulheres a colaborarem com meu estudo. Tanto as participantes do grupo do Vila União como as da Serrinha aceitaram participar da pesquisa. Como o grupo de mulheres do Lagamar não estava freqüentando a unidade, não foi possível convidá-las. Pensei em procurar a equipe de acompanhamento deste grupo para que ela mediasse meu contato com as mulheres. Entretanto, percebi que, mesmo obtendo êxito através dessa intermediação, minha aproximação com estas participantes seria limitada, já que eu não poderia acompanhar o cotidiano do grupo na unidade produtiva.

As participantes desta pesquisa, portanto, foram as mulheres integrantes do Projeto de Inclusão Produtiva acompanhadas pelos CRAS dos bairros Vila União e Serrinha. Ao todo, dez

¹³ As equipes de acompanhamento do Projeto de Inclusão Produtiva são compostas por uma técnica do CRAS (assistente social ou psicóloga) e uma mobilizadora comunitária, contratada especialmente para o acompanhamento das atividades desse projeto. Desse modo, cada CRAS possui uma técnica de referência no Projeto de Inclusão Produtiva. Já a mobilizadora comunitária acompanha as atividades de mais de um CRAS. No caso da SER IV, por exemplo, a mesma mobilizadora acompanha as atividades do Projeto de Inclusão relativas aos três CRAS desta Regional.

(10) mulheres colaboraram com este estudo, sendo cinco (05) moradoras da Serrinha e cinco (05) do Vila União. Além disso, as equipes dos dois CRAS supracitados também contribuíram, sobremaneira, para o desenvolvimento desta investigação.

A seguir, apresento algumas características das mulheres¹⁴ participantes da pesquisa:

- 1) **Catarina:** É moradora da Comunidade Maravilha, localizada próxima ao bairro Vila União. Tem 55 anos, é casada e possui três filhos, mas nenhum mora mais com ela, pois já são casados. É beneficiária do PBF há aproximadamente 2 anos e, atualmente, seu benefício é no valor de R\$ 68,00. Ela faz tapioca e café para vender na própria casa. A renda familiar advém desta atividade e da venda de produtos de limpeza pelo esposo, que é vendedor ambulante. Conheceu o CRAS através do Projeto de Inclusão Produtiva, sendo que não participa deste Projeto desde o início, pois já ingressou na etapa de “Qualificação Profissional e Técnica”, ou seja, dos cursos específicos, no caso, de confecção. Portanto, não chegou a fazer parte da etapa de “Formação para a Cidadania”.
- 2) **Francisca:** É moradora da Serrinha. Tem 39 anos e mora com seus dois filhos. É beneficiária do PBF há cerca de 4 anos. Atualmente, seu benefício é de R\$ 44,00. A renda familiar provém do seu trabalho em uma lanchonete e da pensão que recebe do pai de seus filhos. Conheceu o CRAS durante um dia de Ação Social¹⁵. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo.
- 3) **Graça:** Tem 44 anos e reside na Serrinha, onde vive com o esposo e quatro filhos. Chegou a receber R\$ 84,00 do PBF, mas foi desligada do Programa em agosto de 2009. Atribuiu este desligamento ao ingresso do esposo em um emprego com carteira assinada. A renda familiar é oriunda desta atividade do seu esposo e do trabalho de um de seus filhos. Conheceu o CRAS quando procurava atendimento para um idoso. Participa do

¹⁴ Os nomes atribuídos às participantes são fictícios. Todas elas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo segue como apêndice desta dissertação (APÊNCIDICE A).

¹⁵ Ação Social é um evento que congrega diversas instituições para promoverem um momento de prestação de serviços variados à população, como corte de cabelo, emissão de documentos, orientações jurídicas, entre outros.

Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo e se referiu a outra atividade que participou no CRAS, denominada Cozinha Brasil¹⁶.

- 4) **Lia:** Tem 47 anos. Mora na Serrinha com o esposo, duas filhas e uma irmã. Foi beneficiária do PBF durante 5 anos. Assim como Graça, disse que seu desligamento do Programa ocorreu por conta do ingresso do marido num trabalho com carteira assinada. A renda familiar decorre apenas do trabalho do esposo. Disse ter participado bastante de movimentos comunitários e de projetos sociais. Também participou de políticas públicas voltadas às mulheres, entre elas o Projeto Mulheres em Cena¹⁷, desenvolvido pelo CRAS. Referiu-se a outras atividades que participou no CRAS, como atendimento individual, reuniões e grupos temáticos. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo.

- 5) **Maria:** Tem 45 anos e é moradora do bairro Vila União, onde reside com o esposo e dois filhos. É beneficiária do PBF há, aproximadamente, 6 anos. Atualmente, seu benefício é de R\$ 22,00. A renda familiar provém do trabalho do marido em um supermercado. Conheceu o CRAS em 2005, quando ali fez um curso de bijuteria. Desde então, participou de diversas atividades no CRAS, entre as quais enfatizou o Projeto Mulheres em Cena e outro grupo de mulheres. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo.

- 6) **Nila:** Tem 39 anos e mora com o esposo e um filho na Serrinha. Está no PBF há aproximadamente 5 anos e, no momento, seu benefício é de R\$ 33,00. Ela costuma fazer faxina, e seu esposo está desempregado. No CRAS, também participou do Cozinha Brasil. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo, mas disse que se ausentou durante um período para trabalhar como faxineira.

- 7) **Neta:** Tem 39 anos e reside na Serrinha com o companheiro e uma filha. Foi beneficiária do PBF durante, aproximadamente, 5 anos. Segundo ela, seu benefício já foi de R\$ 65,00,

¹⁶ O “Programa Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente” é realizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI), em parceria com o MDS, e envolve a realização de cursos de educação alimentar e nutricional em diversos territórios do país. Em Fortaleza, ele já ocorreu em vários CRAS, desde 2007 (FORTALEZA, 2009c).

¹⁷ O “Projeto Mulheres em Cena: Autonomia e Direitos” foi realizado em 2007 e teve como objetivo fortalecer a cidadania feminina através da divulgação de informações sobre os direitos das mulheres, bem como sobre as políticas públicas voltadas para este segmento (FORTALEZA, 2007).

R\$ 70,00 e R\$ 18,00. Foi desligada do Programa logo no início do Projeto de Inclusão Produtiva, mas como já estava participando das atividades deste projeto, sua vaga foi garantida. Para ela, o motivo do seu desligamento do PBF foi o ingresso do companheiro em um emprego com carteira assinada. Ela procura complementar a renda familiar com a venda de bijuterias em feiras de bairro. Conheceu o CRAS através de uma amiga. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o início.

- 8) **Regina:** Tem 42 anos. Mora no bairro Vila União com o companheiro e dois filhos. Está no PBF há cerca de 3 anos. Disse que recebia R\$ 62,00 e, recentemente, passou a receber R\$ 101,00. Seu esposo faz “bicos”, e ela trabalha como diarista duas vezes por semana. Conheceu o CRAS através de outra moradora do bairro. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo.
- 9) **Tereza:** Tem 44 anos e mora com três filhos no bairro Vila União. Está no PBF há, aproximadamente, 3 anos. Seu benefício é no valor de R\$ 122,00. A renda familiar vem do seu trabalho como faxineira e da pensão que recebe do pai de seus filhos. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo.
- 10) **Zenilde:** Tem 61 anos e reside no bairro Vila União com o esposo, duas filhas e um neto. Está no PBF há cerca de três anos. Seu benefício é de R\$ 20,00. Seu esposo trabalha como pintor e auxiliar de serviços gerais, mas, na época da pesquisa, estava de “licença médica” por motivos de saúde. Ela procura ampliar a renda familiar fazendo lavagem de roupas e bordando peças para confecções do bairro. Participa do Programa de Atenção Básica ao Idoso (PABI), que também é desenvolvido pelo CRAS. Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo.

Como é possível perceber, três destas mulheres – Graça, Lia e Neta – já foram desligadas do PBF. A saída delas deste programa ocorreu após o seu ingresso no Projeto de Inclusão Produtiva, razão pela qual a equipe do CRAS da Serrinha permitiu a permanência destas mulheres no projeto em destaque. Haja vista que elas também concordaram em colaborar com este estudo, considerei pertinente mantê-las na pesquisa, uma vez que as três foram beneficiárias

do PBF durante cerca de 5 anos, além de continuarem participando das atividades do Projeto de Inclusão Produtiva. Inclusive, a participação destas mulheres na pesquisa trouxe importantes elementos para a análise de significações sobre questões relativas tanto à permanência das famílias no PBF quanto ao seu desligamento.

1.3 A inserção em campo e o processo de produção de dados

A etapa empírica desta investigação foi iniciada no dia 20 de agosto de 2009 e encerrada no dia 16 de dezembro deste mesmo ano. Ao longo daquele período, utilizei, como técnicas de produção de dados, a observação-participante e o grupo focal. Além disso, a fim de melhor caracterizar as participantes do estudo, utilizei um questionário como técnica complementar.

Esta última técnica não estava prevista no projeto dessa dissertação, mas se tornou necessária logo no início da inserção no lócus da pesquisa. Isso porque, nos primeiros contatos com as mulheres, eu comecei a perceber diferenças concernentes à participação de cada uma no PBF e no Projeto de Inclusão Produtiva. Assim, elaborei o referido questionário individual (APÊNCICE B) para registrar informações mais precisas de todas elas.

Desse modo, no decorrer dos encontros na unidade produtiva, eu me reuni com cada participante para preencher esse questionário. Devo ressaltar que sua utilização, embora não prevista no período da qualificação da dissertação, foi de grande valia para que eu conhecesse aspectos peculiares da trajetória das participantes, seja em relação ao PBF, seja em relação ao seu acompanhamento pelo CRAS.

1.3.1 A observação-participante

Após os primeiros contatos com as mulheres e com as equipes dos CRAS da Serrinha e do Vila União, ocorridos no final de agosto e início de setembro de 2009, passei a freqüentar, duas vezes por semana, a unidade produtiva, sendo que em uma destas vezes eu acompanhava o encontro das mulheres da Serrinha e na outra o das mulheres do Vila União. Esse

acompanhamento semanal ocorreu durante os meses de setembro e outubro, sendo encerrado na primeira semana de novembro de 2009¹⁸.

Por meio da observação-participante, pude conhecer, de forma suficientemente abrangente e detalhada, como sugere Montero (2006), umas das questões fundamentais desta investigação: o contexto de acompanhamento de mulheres beneficiárias do PBF pelo CRAS.

Assim, na época de construção do projeto, eu tinha a expectativa de observar outras ações de acompanhamento do CRAS, relativas ao PBF, junto às participantes da pesquisa, embora, desde aquele período, eu já houvesse delimitado o contexto do Projeto de Inclusão Produtiva como foco da observação-participante. Entretanto, não houve oportunidades para que eu direcionasse a minha observação naquele sentido, pois o contexto de acompanhamento do CRAS aos beneficiários do PBF, de um modo geral, ainda é restrito, como ficará mais claro no último capítulo desta dissertação.

Todavia, considero que essa mudança na configuração do meu planejamento quanto à abrangência da observação-participante não comprometeu o desenvolvimento desta pesquisa, tampouco o alcance de seus objetivos. Isso porque a observação do cotidiano da unidade produtiva, bem como a utilização das demais técnicas – grupo focal e questionário individual – me deram pistas relevantes sobre o acompanhamento do CRAS aos beneficiários do PBF.

Além disso, o meu conhecimento sobre este contexto de acompanhamento pôde ser ampliado através do contato com membros das próprias equipes dos dois CRAS envolvidos nesta pesquisa. Por sinal, visando a esclarecer e expandir questões concernentes ao citado contexto, bem como a aspectos relacionados ao Projeto de Inclusão e à sua ligação com o PBF, decidi visitar ambos os CRAS, o que ocorreu, respectivamente, em 27/11 e 16/12. Assim, tanto a inserção no cotidiano da unidade produtiva como o contato com profissionais daquelas equipes foram importantes para que eu compreendesse questões referentes às relações entre as significações produzidas pelas participantes da pesquisa sobre o PBF e o seu acompanhamento pelo CRAS.

Entendo que as modificações de aspectos metodológicos postos no planejamento desta investigação reforçam a concepção de método que permeia este estudo, qual seja, a de um processo que se constrói também ao longo do trabalho de campo, tendo em vista os objetivos da

¹⁸ Após este acompanhamento sistemático, retornei à unidade produtiva no dia 08/12, a fim de encerrar a aplicação do questionário com algumas mulheres.

pesquisa. Nesta perspectiva, a escolha do método deve permear todo o processo da pesquisa, envolvendo desde a escolha do tema a ser pesquisado, até a maneira pela qual este será abordado.

Com base neste prisma, procurei, no decorrer do meu estudo, colocar o método a serviço desta pesquisa, e não esta em função de um método rígido e previamente traçado. Desse modo, fui estabelecendo alternativas para lidar com aspectos que não havia previsto no projeto de dissertação, entre estas as referidas reuniões com profissionais dos CRAS da Serrinha e do Vila União e a elaboração do questionário individual.

Ao fazer essas escolhas, buscava distanciar-me de uma concepção tradicional de método que o restringe a um conjunto formal de técnicas e procedimentos pré-estabelecidos, prontos para serem reproduzidos numa determinada etapa da pesquisa. Ao mesmo tempo, eu afirmava a premissa vigotskiana segundo a qual “a busca do método se converte numa das tarefas de maior importância da investigação. O método, neste caso, é ao mesmo tempo premissa e produto, ferramenta e resultado da investigação” (VYGOTSKI, 1931/1995, p.47).

Considerar a processualidade do método implicou fazer o caminho investigativo em sintonia com questões produzidas no contato com os sujeitos e com os processos envolvidos na investigação. Como visto, minha inserção em campo suscitou questões que antes não foram pensadas por mim, solicitando maleabilidade metodológica suficiente para que eu pudesse trabalhar de maneira fecunda com tais questões.

Conforme menciona Garcia (2003), partir desse pressuposto não configura “uma entrada amadorística no campo da pesquisa, mas um preparar-se com rigor, um *rigor flexível* o bastante para captar o imprevisível que se apresenta em momentos efêmeros em que a realidade vai se revelando”. Para isso, procurei estar atenta e sensível a acontecimentos inesperados que o cotidiano investigado me apresentava, considerando que eles poderiam estar intimamente relacionados com meu objeto de pesquisa. As seguintes palavras de Zaccur (2003, p. 177) me serviram de lembrete quanto a isso:

Quem pesquisa o cotidiano vai se dando conta de que lida com caça especialmente arisca. A exemplo de quem exercita a *arte muda* da caça, precisa aguçar a sensibilidade e estar permanentemente à espreita do que nele se entremostra a quem possa ler pistas, seguir o faro, explorar intuições. Diga-se de passagem que tal refinamento conjuga emoção e razão, um sentir que sabe, um saber que sente e também presente

Desta feita, por meio da observação-participante, iniciei o processo de produção dos dados da pesquisa, ao passo que fui re-configurando os seus passos metodológicos, tendo em

vista as novas questões suscitadas no contato com o lócus, assim como os objetivos da investigação. Em decorrência, o material produzido mediante a observação-participante foi de grande valia para que eu conhecesse aspectos ligados ao desenvolvimento do Projeto de Inclusão Produtiva e à participação tanto das mulheres como do CRAS neste projeto.

Como mencionei anteriormente, durante a realização desta pesquisa, o projeto em evidência encontrava-se na etapa de “Organização dos Grupos Produtivos”. Portanto, já havia ocorrido as etapas de “Formação para a Cidadania” – comumente denominada pelas equipes de acompanhamento de “Formação Básica” – e de “Qualificação Profissional e Técnica”.

Segundo as equipes do CRAS do Vila União e da Serrinha, houve, de um modo geral, um intervalo considerável entre estas duas etapas. No caso dos CRAS da SER IV, especialmente no ramo de confecção, a demora para o início da etapa de Qualificação Profissional e Técnica foi ainda maior¹⁹.

Após a conclusão do curso de confecção e antes do início da etapa de Organização dos Grupos Produtivos, as participantes desta pesquisa fizeram uma formação complementar, com duração de uma semana, denominada “Diálogos de Gestão”. Segundo a mobilizadora comunitária, o objetivo desta formação foi estimular a gerência e organização das mulheres do seu tempo, dentro e fora de casa, buscando, assim, prepará-las para a inserção na unidade produtiva.

Após a conclusão desta formação, houve uma relativa demora para o início das atividades das mulheres na unidade produtiva, tendo em vista que alguns problemas de infraestrutura desta unidade ainda estavam sendo resolvidos, como a questão da instalação elétrica necessária ao funcionamento das máquinas de costura. Para as equipes de acompanhamento, essas “paradas” entre as diferentes etapas contribuíram para a evasão de algumas mulheres do Projeto de Inclusão Produtiva²⁰. Durante o período em que acompanhei as atividades das mulheres na unidade produtiva, elas também fizeram referência a essa relação entre a demora no desenvolvimento do Projeto e a desistência de determinadas mulheres.

¹⁹ Segundo a mobilizadora comunitária, na SER IV houve uma turma de confecção cujo início só ocorreu em novembro de 2008, ou seja, 07 meses após o fim da primeira etapa do Projeto.

²⁰ No caso das mulheres inscritas no Projeto através do CRAS Vila União, por exemplo, do total de 25 inscritas no ramo de confecção, 17 concluíram o curso técnico, sendo que algumas destas já estavam substituindo as vagas de outras que, embora tenham participado da primeira etapa, desistiram do Projeto antes do início da etapa seguinte, isto é, da “Qualificação Profissional e Técnica”. Foi o caso de Catarina, que ingressou no Projeto nesta etapa. Dentre as 17 concludentes do curso técnico, 02 conseguiram emprego no ramo em questão, 03 conseguiram emprego em outros ramos e apenas 05 permanecem nas atividades do Projeto.

Na etapa de “Organização dos Grupos Produtivos”, a qual pude observar diretamente, as mulheres freqüentavam a unidade produtiva para, juntas, construir peças, organizar a produção e decidir questões relativas à comercialização dos produtos, bem como à organização do grupo de um modo geral. Desse modo, nos momentos em que acompanhei a dinâmica da unidade produtiva, observei o processo de produção e comercialização dos produtos pelas mulheres e a participação do CRAS no acompanhamento dessas atividades. De um modo geral, naqueles momentos, as mulheres permaneciam na unidade, onde costuravam e conversavam tanto sobre questões relativas ao Projeto de Inclusão Produtiva, como sobre temas variados.

A participação dos CRAS nestas situações ficava a cargo das equipes de acompanhamento do Projeto de Inclusão Produtiva, que, como já expliquei anteriormente, são formadas por uma mobilizadora comunitária e uma técnica de referência do CRAS no projeto, sendo que esta também é responsável pelo desenvolvimento de uma série de outras atividades do CRAS. Desta feita, nem sempre era possível que as técnicas de referência dos CRAS da Serrinha e do Vila União estivessem na unidade produtiva. Assim, cabia à mobilizadora comunitária o acompanhamento mais próximo e freqüente da participação das mulheres no cotidiano da unidade produtiva. Entretanto, no meu período de inserção em campo, o acompanhamento da mobilizadora comunitária responsável por aquela unidade produtiva ocorreu de forma menos intensa, dado que, durante alguns dias, ela precisou se ausentar do trabalho por motivos de saúde.

Desse modo, havia momentos em que apenas eu e as mulheres estávamos na unidade produtiva. Isso, todavia, não prejudicou a minha análise sobre o acompanhamento do CRAS às mulheres, considerando que, através das conversas, as mulheres também traziam à tona questões concernentes àquele acompanhamento.

Nesses momentos de observação-participante, utilizei anotações de campo e diário de campo, duas importantes ferramentas para o registro de aspectos relevantes para os propósitos da pesquisa (MONTERO, 2006). As anotações de campo corresponderam a breves apontamentos feitos durante o contato com o lócus da pesquisa, com o propósito de registrar alguns detalhes da minha observação. Estes registros foram inscritos em um pequeno caderno que me acompanhava sempre que eu ia a campo e me auxiliaram bastante na construção do diário de campo.

Os diários de campo, por sua vez, foram construídos ao final de cada observação-participante, contendo anotações detalhadas que descrevem o que ocorreu em cada ida a campo, registros das minhas impressões pessoais sobre os acontecimentos e, inclusive, esboços de

exercícios analíticos em torno do meu problema de pesquisa. Por meio das anotações e dos diários de campo, portanto, organizei e registrei as interpretações que produzi durante a etapa empírica da pesquisa, o que serviu de base para as análises posteriormente realizadas.

No transcurso da minha inserção na unidade produtiva, pude perceber que não só eu observava a dinâmica das mulheres neste espaço, pois elas também demonstravam me observar e construir idéias a meu respeito. Exemplo disso foi o momento em que uma delas me apresentou à outra como assistente social - embora eu mesma já tivesse me apresentado como psicóloga - assim como a ocasião em que Maria, que me conhecia desde a época em que eu trabalhava no CRAS, perguntou-me se eu não era mais psicóloga.

Situações como estas me fizeram recordar o que diz Freitas (2007) sobre a posição do pesquisador na observação participante. Segundo a autora mencionada, (FREITAS, 2007, p. 32) “[...] mais do que participante, esta observação é caracterizada pela dimensão alteritária: o pesquisador, ao participar do evento observado, constitui-se parte dele, mas ao mesmo tempo mantém uma posição exotópica que lhe possibilita o encontro com o outro”.

1.3.2. Os grupos focais

Como mencionei anteriormente, além da observação-participante e do questionário individual, realizei dois grupos focais com as participantes desta pesquisa. Ao escolher esta técnica, meu principal intuito foi o de construir momentos para dialogar com as mulheres especificamente sobre o PBF, tendo em vista o propósito desta investigação de compreender as significações produzidas por essas mulheres sobre o referido programa de transferência de renda.

Além disso, a opção por esta técnica de pesquisa se deu porque, por meio dela, eu poderia perceber, com mais intensidade, o processo de negociação e produção de significações sobre o PBF, considerando o caráter eminentemente interativo deste processo. Por certo, conforme assinala Gatti (2005), o grupo focal prioriza, como foco de análise, as interações entre os participantes da pesquisa, permitindo a “compreensão de idéias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros” (GATTI, 2005, p. 11).

De fato, considero que a utilização do grupo focal nesta investigação foi importante para que eu conhecesse sentidos convergentes e divergentes entre as mulheres sobre o PBF. Foi

relevante também para que eu percebesse a influência das interações ocorridas no grupo na produção desses sentidos.

O uso dessa técnica também subsidiou a análise do contexto de acompanhamento do PBF pelo CRAS. Isso porque, nos grupos focais, assim como nos questionários individuais, foi oportuno abordar com elas aspectos relativos à sua participação tanto no PBF quanto em atividades desenvolvidas pelo CRAS, com destaque para aquelas vinculadas ao Projeto de Inclusão Produtiva.

Os dois grupos focais ocorreram em dias de quarta-feira, no período da tarde, sendo o primeiro realizado no dia 14/10/2009 e o segundo no dia 28/10/2009. Estas datas foram definidas com as mulheres de ambos os grupos. Como as mulheres do Vila União têm acesso mais fácil à unidade produtiva, graças a proximidade entre esta unidade e aquele bairro, as participantes decidiram, de comum acordo, que os grupos focais aconteceriam em dias de encontro do grupo da Serrinha.

Para a realização dos dois grupos focais, solicitei a utilização de outra sala do CCPM, uma vez que a acústica da unidade não favoreceria a gravação destes momentos. Assim, os dois grupos focais ocorreram em uma sala da diretoria daquele centro e foram registrados com gravadores de áudio. A duração média de cada um dos grupos foi de 1 hora e meia.

Para cada grupo focal, eu elaborei, previamente, um roteiro de questões, a fim de auxiliar a discussão com as participantes (APÊNDICES C e D). Visando contemplar os principais eixos do meu objeto de estudo, organizei os roteiros de modo que, no primeiro grupo focal (GF1), fossem priorizadas questões mais específicas sobre o PBF e, no segundo grupo focal (GF2), fossem enfocados aspectos vinculados aos percursos das mulheres no Projeto de Inclusão Produtiva e no CRAS de um modo geral. Devo frisar que, mesmo seguindo estes roteiros, no desenrolar dos grupos focais essa divisão não ocorreu de forma rígida, dada a inter-relação entre todas essas questões.

Seis mulheres participaram do primeiro grupo focal, sendo duas do Vila União (Maria e Tereza) e quatro da Serrinha (Neta, Francisca, Graça e Lia). No segundo grupo focal também compareceram seis mulheres, mas, neste momento, foram três participantes do Vila União (Maria, Tereza e Zenilde) e três da Serrinha (Graça, Lia e Nila).

Desse modo, apenas duas participantes, das dez que colaboraram com este estudo, não compareceram a nenhum dos grupos focais: Catarina e Regina. Diante disso, pensei em realizar

uma entrevista com cada um delas, o que me fez retornar à unidade produtiva no dia 10/12. Todavia, não foi possível a realização destas entrevistas. Segue, abaixo, a transcrição de um trecho do diário de campo relativo a este dia:

Fui à unidade em busca de Regina e Catarina, a fim de articular a realização de uma entrevista com cada uma delas, já que ambas não compareceram a nenhum dos grupos focais. Estavam presentes: Maria, Tereza e Zenilde. Elas disseram que Regina havia aparecido rapidamente na unidade, mas que já tinha ido embora. Maria, inclusive, comentou que é comum Regina permanecer por pouco tempo na unidade. [...]. Já Catarina estava participando de um curso de serigrafia em outro local do próprio CCPM. Fui até lá e a convidei para a entrevista, colocando-me à disposição para fazê-la no horário e local que fosse mais conveniente para nós duas. Todavia, senti que ela não estava muito disponível. Mesmo assim, ela disse que na hora do intervalo do curso, conversaria comigo na unidade produtiva. Por isso, fui para lá e fiquei aguardando, conforme combinamos, mas ela não compareceu. (DIÁRIO DE CAMPO, 10/12/2009).

Devido a essas dificuldades e ao próprio calendário da pesquisa, decidi não mais insistir na realização destas entrevistas. Compreendo que essa decisão não prejudicou a investigação, uma vez que o material produzido com as outras participantes foi suficiente para o desenvolvimento das análises.

1.4 A análises dos resultados

Após a transcrição das gravações dos grupos focais, iniciei o processo de organização, tratamento e análise dos dados produzidos durante a etapa empírica da pesquisa. O método que utilizei para esse processo foi a Análise de Conteúdo do tipo Temática (RICHARDSON, 1985).

Minha escolha por este método se deu pelo fato de que ele viabiliza a identificação dos núcleos de sentido que compõem uma comunicação e que são relevantes para o objeto de investigação (MINAYO, 2008). Desse modo, seu uso foi importante para que eu conseguisse lidar com o grande volume de informações produzido no contato com o lócus desta investigação, de forma a transformá-lo e agrupá-lo em temas significativos para o meu problema de pesquisa. Esse processo culminou com a construção das categorias empíricas deste estudo, com base nas quais realizei o processo de interpretação dos resultados.

Para tanto, percorri as seguintes etapas: 1) Pré-análise: fase em que organizei o material e realizei sucessivas leituras dos dados produzidos, a fim de iniciar a identificação de temas relevantes para a minha questão de pesquisa; 2) Análise: codificação do material, através

do agrupamento dos dados em unidades temáticas e de sua classificação em categorias estabelecidas com base nos temas identificados e nos objetivos da pesquisa²¹; 3) Tratamento dos resultados e interpretação.

O processo de interpretação dos resultados foi desenvolvido com base no paradigma da Rede de Significações (RedSig), perspectiva teórico-metodológica que sustenta que a análise do desenvolvimento humano e de seus processos deve considerar os diversos elementos de ordem pessoal, cultural, histórica e contextual que os constituem (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2008).

Decidi adotar essa perspectiva como recurso analítico devido a sua coerência e articulação com o referencial teórico deste estudo, uma vez que ambos ressaltam a natureza social e semiótica do desenvolvimento humano. Assim, tendo em conta o caráter complexo e multifacetado dos processos humanos, a RedSig considera que, na análise desses processos, é preciso “buscar relacionar os eventos singulares com outros planos da cultura, das práticas sociais, dos discursos circulantes, das esferas institucionais” (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2008, p. 159).

Portanto, as investigações cujas análises baseiam-se nesse paradigma devem atentar para a seguinte orientação metodológica:

Há que se garantir que o olhar do pesquisador ao micro, ao objeto focalizado, também compreenda a possibilidade de um movimento que o articule aos elementos de outra ordem, às mediações históricas e culturais construídas ao longo das práticas sociais e dos processos desenvolvimentais (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2008, p. 153).

Com efeito, essa recomendação configurou-se como uma questão primordial para mim durante a análise do material empírico desta investigação. Assim, meu grande desafio na construção das interpretações desta dissertação foi o de considerar um grande número de elementos que, de algum modo, atravessaram a produção de significações sobre o PBF pelas participantes deste estudo. Desse modo, foi necessário analisar desde peculiaridades da trajetória pessoal destas mulheres, até aspectos institucionais e histórico-culturais que perpassam o desenvolvimento do PBF.

Neste esforço para identificar e abordar uma diversidade de elementos que, de modo articulado, contribuíram para a produção de significações sobre o PBF pelas participantes desta pesquisa, procurei estar especialmente atenta ao contexto de acompanhamento destas mulheres

²¹ No “APÊNDICE E” apresento uma ilustração de como realizei a organização dos dados em unidades temáticas e categorias.

pelo CRAS, dada a sua centralidade no meu objeto de investigação. Ao mesmo tempo, fiquei vigilante à própria dinâmica da pesquisa, a fim de observar como as interações estabelecidas no seu curso também interferiam na produção de significações sobre o PBF.

Por isso, ao longo desta dissertação, explícito, sempre que possível, as circunstâncias em que os dados foram construídos, bem como o fluxo das interações desenvolvidas no processo de investigação. Assim, para a apresentação dos dados produzidos nos grupos focais, cito recortes de suas transcrições, de modo a expor tanto as perguntas que fiz às mulheres quanto o curso de suas respostas.

Além das condições imediatas em que as significações foram produzidas, na análise do material, busquei atentar, ainda, para a relação entre estas significações e algumas condições histórico-ideológicas de constituição dos programas de transferência de renda, de um modo geral, e do PBF, em particular. Desse modo, tentei compreender como as significações produzidas no contexto que investiguei se conectam com outras significações circulantes no tecido sócio-cultural que perpassa o cotidiano das participantes.

Feita essa explanação sobre os fundamentos da análise e interpretação dos dados deste estudo, passo agora à apresentação das categorias de análise por meio das quais desenvolvi propriamente o processo de tratamento e interpretação dos resultados da pesquisa.

Inicialmente, cabe dizer que estabeleci uma categoria teórica e quatro categorias empíricas. Denominei a categoria teórica de “**processos de significação**”. Esta categoria enfoca o emprego e a criação de signos e sentidos, com destaque para as condições em que isso se dá, como fundamentais para a compreensão do funcionamento humano nas relações sociais. Tal categoria apóia-se no paradigma da Rede de Significações (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2008), o qual reitera interfaces entre a perspectiva de Vigotski sobre a mediação simbólica (VIGOTSKI, 2001) e a perspectiva dialógica da linguagem apreendida por Bakhtin (1988). Em face de sua abrangência, esta categoria perpassará toda a dissertação.

A partir dos objetivos do estudo e desta categoria teórica, foram criadas as seguintes categorias empíricas ao longo do trabalho de campo:

- 1) “**A provisoriedade do PBF**”: refere-se às significações sobre o PBF relativas à durabilidade do Programa e aos processos de ingresso, permanência e desligamento do beneficiário;

- 2) **“O benefício: seu caráter, seu(s) uso(s) e as condições para recebê-lo”**: essa categoria corresponde às significações concernentes ao benefício vinculado ao Programa. Envolve, desse modo, os sentidos que foram produzidos sobre os valores do benefício, seus possíveis usos e sobre as condições necessárias para recebê-lo.
- 3) **“Os sentidos sobre a operacionalização do PBF”**: compreende as significações que foram produzidas sobre o processo de cadastramento da família no Programa, sobre as contrapartidas da família e sobre a titularidade do benefício.
- 4) **“O lugar do CRAS no acompanhamento de beneficiárias do PBF”**: engloba aspectos relativos ao contexto de acompanhamento do CRAS às famílias do PBF, com destaque para o desenvolvimento do Projeto de Inclusão Produtiva, e sua relação com as significações sobre o PBF produzidas pelas participantes da pesquisa.

Com base nos objetivos da pesquisa e com vistas a construir uma apresentação mais didática e coerente possível, a análise e discussão dos dados relativos a essas categorias foram organizadas do seguinte modo: as três primeiras categorias empíricas são abordadas no capítulo *Programa Bolsa Família: um olhar sobre suas significações*; e a quarta categoria empírica é trabalhada no capítulo: *O lugar do CRAS no acompanhamento das beneficiárias: implicações nos processos de significação sobre o PBF*.

2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: ANTECEDENTES E PERCURSOS DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Com o intuito de contextualizar o processo histórico de constituição do Programa Bolsa Família, farei, neste capítulo, uma breve discussão sobre as peculiaridades da atuação do Estado no Brasil, enfocando a trajetória da Política de Assistência Social e o fluxo de criação dos Programas de Transferência de Renda na conjuntura brasileira. A realização de tal tarefa se faz importante na medida em que, de acordo com os referenciais teóricos que fundamentam este estudo, as características e os contornos desse processo histórico constituem o solo cultural no qual são produzidas as significações sobre o próprio Programa em destaque. Desse modo, determinadas reflexões postas neste capítulo serão retomadas nos capítulos seguintes e relacionadas com questões suscitadas em campo.

2.1. As demandas por proteção social e a atuação do Estado: Delineamentos da Regulação Social na América Latina.

Desde a década de 1980, em face das intensas transformações políticas, sociais e econômicas impulsionadas pela reestruturação do capitalismo (COSTILLA, 2006, MARANHÃO, 2008), a sociedade contemporânea vivencia uma série de mudanças no mundo do trabalho. Dentre essas mudanças estão o desemprego estrutural, a flexibilização das relações trabalhistas e a precarização do trabalho, as quais reverberam sobremaneira no cotidiano da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2005).

Em virtude desse cenário, são crescentes as demandas por proteção do Estado. Tais demandas, por sua vez, ampliam o debate sobre os Programas de Transferência de Renda, uma alternativa proposta por estudiosos das questões sociais e políticas frente à pobreza e à desigualdade social (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007; ZIMMERMANN, 2008; MONNERAT *et al*, 2007).

Tal debate integra a discussão sobre a atuação do Estado na garantia da proteção social, ou seja, na maneira pela qual ele organiza-se para fazer frente às atribulações físicas ou sociais que afetam, em alguma medida, o seu povo. Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007,

p.16), “um dos traços mais definidores das formas e sistemas de proteção social [...] implica sempre numa transferência de recursos sociais, seja sob a forma de esforço ou trabalho, seja sob a forma de bens e serviços, ou sob a forma de dinheiro”.

Os sistemas de proteção social dos países que integram o chamado Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, desenvolveram-se de maneira distinta dos sistemas dos países desenvolvidos (COSTILLA, 2006; SPOSATI, 2002). A consolidação do Estado do Bem-Estar Social nestes países remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando, face às crises econômico-sociais e políticas evidenciadas naquele período, houve uma considerável presença do Estado na regulação das políticas econômicas e na concretização de políticas sociais (SPOSATI, 2002; TELLES, 1998; BEHRING; BOSCHETTI, 2008):

A convicção de que a sociedade não pode ser deixada simplesmente à deriva das leis de mercado – face à experiência negativa dos efeitos perversos da crise capitalista dos anos 1930 –, e o vivo desejo de justiça social, reforçado pelo espírito de solidariedade e pela premência da consolidação da paz mundial, constituíram os fundamentos que legitimaram a ação do Estado a favor da expansão e da generalização dos sistemas de proteção social, a partir, especialmente, da concepção do modelo baseado em princípios universais de cobertura das necessidades básicas da população como um todo. (SOUSA, 2006, p. 173-174).

A materialização destes sistemas de proteção social se deu sob a égide das noções de cidadania e de pleno emprego, constituindo uma sociedade salarial, com vistas ao alcance de maior igualdade social, mediante forte intervenção estatal. (SPOSATI, 2002; BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Houve, assim, uma ampliação e solidificação dos direitos sociais.

Nos países do denominado Terceiro Mundo, por seu turno, a expansão dos direitos sociais se deu de forma tardia (SPOSATI, 2002; RÊGO, 2008), notadamente no final do século XX, período em que o modelo do *Welfare State*²² estava em crise nos países desenvolvidos e momento no qual o neoliberalismo estabelecia-se mundialmente, interferindo decisivamente no desenvolvimento dos sistemas de proteção social daqueles países. Para Telles (1998), uma das conseqüências do neoliberalismo foi a constituição de uma “operação ideológica” que vincula, a um só tempo, o Estado à noção de atraso e o mercado à idéia de modernidade e eficiência.

Desse modo, o mercado passa a ser o potencial regulador da sociedade e da política, ao passo que se suprime a questão da responsabilidade pública. Os direitos sociais, neste caso,

²² A expressão *Welfare State* remete à consolidação da sociedade do bem-estar social, que, através de forte intervenção estatal, viveu sob os pilares do pleno emprego, do crescimento econômico e da família estável (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

configuram-se como ônus que atrapalhariam a modernização da economia, posto que sua efetivação demandaria investimentos por parte do Estado.

Ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, a construção dos sistemas de proteção social dos países do terceiro mundo esteve distanciada da noção de pleno emprego, uma vez que neste caso houve a centralidade da categoria mercado em detrimento da categoria trabalho (SPOSATI, 2002). Segundo Costilla (2006), o processo de consolidação do neoliberalismo impeliu os Estados da América Latina a romperem com os compromissos populares, a acelerar o processo de concentração e centralização do capital, a procurar a integração subordinada aos distintos blocos econômicos e a oferecer mão-de-obra barata, matérias-primas e recursos biológicos exportáveis a baixos custos, a fim entrar na concorrência internacional.

Como mencionei no início deste capítulo, o processo de reestruturação do capitalismo vem produzindo inúmeras conseqüências negativas nos mais variados países, com destaque para as repercussões no mundo do trabalho, mas se percebe que as peculiaridades desse processo em países como o Brasil e os demais países da América Latina causaram efeitos ainda piores (MARANHÃO, 2008; ANTUNES, 2005). Costilla (2006, p.32-33) aponta exemplos desses agravos:

A sociedade latino-americana sofreu as conseqüências das novas políticas para beneficiar o grande capital transnacional: dobrou o desemprego, aumentou a exclusão, o trabalho fez-se precário e se informalizou; a sociedade, desgarrada, fragmentada e polarizada, em situações extremas de pobreza; as regiões internas, desligadas das cadeias produtivas nacionais.

Dada essa particularidade, julgo que a discussão sobre os Programas de Transferência de Renda em países como o Brasil ganha contornos específicos e envolve uma complexidade ainda maior, considerando a multiplicidade de demandas existentes e o enorme contingente de pessoas que não possuem condições básicas de existência. Conforme aponta Sousa (2006), problemas relacionados à habitação, ao saneamento básico, à segurança e à educação foram praticamente sanados em países europeus, ao passo que ainda são bastante evidentes em países do terceiro mundo.

Além disso, considerando os efeitos da já descrita “operação ideológica” de que fala Telles (1998), percebo que o desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda nestes

países pode ser compreendido por boa parte da sociedade como algo anacrônico e que atrapalha o seu desenvolvimento, tendo em vista os investimentos envolvidos nesse processo.

Outro fator que pode reforçar essa compreensão é a restrição da noção de direitos à esfera da pobreza e da necessidade (TELLES, 1998), em detrimento de uma visão universal. Tal restrição reverbera consideravelmente na maneira pela qual se desenvolvem as políticas sociais de um país e na forma como a sociedade se posiciona diante disso. Sobre isto, segundo Zimmermann (2006, p. 146), a pouca vinculação das políticas sociais brasileiras à esfera dos direitos faz com que essas políticas obedeçam “muito mais ao discurso humanitário e ao da filantropia”.

Para Sposati (2002), a centralidade do mercado, característica do neoliberalismo, provoca uma substituição da noção de cidadão pela de consumidor, o que situa a proteção social como destinada exclusivamente aos que não possuem condições de suprir suas necessidades via consumo do mercado. Nas palavras da autora:

A forte desigualdade econômica-social nos países de inserção subalterna no mundo econômico traz como impacto na regulação social tardia uma redução do alcance da política social. Desloca-se a cobertura e a noção de demanda da universalidade dos cidadãos para reinscrevê-la como limitada àqueles com baixa ou inexistente capacidade de consumo no mercado. Esse procedimento focaliza as políticas sociais nos mais pobres, o que resulta em equivaler a provisão social em atenção à pobreza. (SPOSATI, 2002, p.7).

Diante de tais argumentos, algumas hipóteses relativas às significações que circulam socialmente sobre os programas em causa podem ser estabelecidas. Se são vários os significados possíveis acerca deles, suponho, por exemplo, que muitos dos posicionamentos contrários aos Programas de Transferência de Renda no Brasil, especialmente dos segmentos populacionais com maiores condições de prover suas necessidades mediante o consumo do mercado, são frutos desse processo de enfraquecimento da noção de direitos sociais (TELLES, 1998), ou seja, da sua associação exclusiva aos segmentos populacionais de baixa renda²³.

Feita essa breve análise acerca de características da regulação social em países da América Latina, passo agora a me deter mais precisamente no desenrolar do Sistema de Proteção

²³ Uma situação presenciada por mim recentemente pode ilustrar essa reflexão. Eu estava na sala de espera de um consultório médico particular numa área nobre da cidade, quando ouvi uma conversa entre duas senhoras que, entre outros temas, discutiam sobre o Programa Bolsa Família. Na ocasião, uma das senhoras disse com bastante veemência: “O Lula comprou o povo pobre com esse Bolsa Família”. Naquele instante, pensei que tal afirmativa carregava consigo a conotação de que o benefício não se configura como um direito social, mas simplesmente como uma moeda de troca destinada ao “público pobre”.

Social brasileiro, procurando situar o contexto de emergência dos Programas de Transferência de Renda nesse processo.

2.2. O Sistema de Proteção Social Brasileiro: notas sobre a atuação do Estado

Silva, Yazbek e Giovanni (2007), assim como Sousa (2008), situam o início da constituição de um sistema de proteção social, no Brasil, na década de 1930. Nesse sentido, esses autores explicam que, no período entre 1930 e 1943, quando o país vivenciava grandes transformações socioeconômicas resultantes da passagem do modelo agro-exportador para o modelo urbano-industrial, “o Estado passa a assumir, mais extensivamente, a regulação ou provisão direta no campo da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento, transporte coletivo” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p.21-22).

Entretanto, tal regulação estatal baseava-se num modelo de cidadania vinculada ao mercado de trabalho. Isto é, a condição de cidadão restringia-se àqueles indivíduos que possuíam carteira assinada e pertenciam a algum sindicato, constituindo o que Santos (1987) denomina de Cidadania Regulada. Para Sousa (2008, p. 18), a vigência deste modelo consistiu numa “discriminação institucional feita pelo Estado” que só foi superada em 1988, com a promulgação da atual Constituição.

A ampliação e a consolidação do sistema de proteção social se deram entre 1970 e 1980, período da Ditadura Militar, marcado por forte autoritarismo por parte do Estado. Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 22), nesse momento “ampliaram-se os programas sociais como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e ao movimento sindical”.

A partir de 1980, com a rearticulação da sociedade civil (COSTILLA, 2006), ampliou-se a luta por direitos sociais básicos, processo que culminou, em 1988, na construção da Constituição da República Federativa do Brasil, cujo texto amplia a noção de cidadania e incorpora o conceito de Seguridade Social. Nesse momento, a Assistência Social passa a compor, juntamente com a Saúde e a Previdência, a Seguridade Social brasileira.

A promulgação da Constituição representou notório avanço relativo à universalização dos direitos sociais no Brasil. Todavia, logo em seu início, este processo foi interrompido pelo já

comentado impulso neoliberalista, dada a sua consolidação nos países do primeiro mundo, nos quais o modelo do *Welfare State* estava em plena crise (SPOSATI, 2002).

Assim, no sistema de proteção social brasileiro, a partir de 1990, houve um “desmonte” dos direitos sociais, além de severas limitações aos programas sociais. Uma das grandes características daquele período foi que a prioridade passou a ser o ajuste econômico e a inserção – diga-se de passagem, subordinada – na economia mundial, configurando uma pseudoconcorrência (COSTILLA, 2006; CARVALHO, 2006; SOUSA, 2006).

Naquele panorama, os direitos sociais passaram a ser considerados empecilhos às exigências da economia internacional. Conforme explicitam autores como Telles (1998) e Sposati (2002), desemprego, estagnação do crescimento econômico, precarização do trabalho e aprofundamento da pobreza foram algumas das conseqüências desse processo.

Silva, Yasbek e Giovanni (2007) comentam, ainda, que a década de 1990 foi marcada por uma intensa contradição na medida em que se tem, por um lado, progressos no plano político-institucional, como, por exemplo, o estabelecimento da Seguridade Social, e, por outro, grandes restrições no âmbito da intervenção estatal no social. Sousa (2008) também observa que, apesar de a década de 1990 ter sido palco de importantes avanços na esfera da regulamentação de algumas políticas públicas, tais como a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (LOS), em 1990, e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, nesse período “as políticas de proteção e promoção social seguiram como tema secundário em relação à agenda econômica” (SOUSA, 2008, p. 19).

Esse processo de des-responsabilização do Estado, que marcou o desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, foi acompanhado de uma responsabilização da sociedade, posto que esta se encarregou dos problemas sociais através da construção de práticas filantrópicas (SPOSATI, 2002). Do ponto de vista dos sujeitos, essas práticas deslocam a figura do cidadão para a figura do “carente” e “necessitado” (TELLES, 1998), situando a população beneficiada pelos programas sociais no âmbito do “não direito ou da cidadania regulada, deslocando o espaço do direito para o terreno do mérito, além de servir como instrumento para a corrupção, demagogia, fisiologismo e clientelismo político” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 17).

Diante desse panorama, Silva, Yazbek e Giovanni (2007) traçam um perfil das políticas sociais brasileiras, bastante influenciado por esse período dos anos de 1990, constituído

sob a égide de um Estado marcado por características corporativistas e clientelistas. Segundo os referidos autores,

[...] tem-se desenvolvido um conjunto amplo, embora disperso, desfocado, descontínuo e insuficiente de programas sociais, com marcas prevalentes de traços meramente compensatórios, desvinculando-se as políticas sociais da necessária articulação com as políticas de desenvolvimento econômico (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p.26).

Então, o que concluir sobre a atuação do Estado no Brasil à luz desses aspectos? Nesse sentido, autores como Silva, Yazbek e Giovanni (2007), Sposati (2002) e Zimmermann (2006) assinalam que, no Brasil, não se constituiu de fato um Estado de Bem-Estar Social com base na cidadania.

Se a década de 1990 foi marcada pelo descaso em relação às questões sociais e, conseqüentemente, às políticas sociais, o século XXI inicia-se com uma tentativa, por parte do Governo, de modificar essa atitude, ao sugerir a criação de uma “rede de proteção social, cujo carro-chefe são os programas de transferência direta de renda a famílias pobres” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p.19).

Em sintonia com o desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, a trajetória da Assistência Social no país adquiriu diferentes facetas ao longo da história. Como será possível ver adiante, uma das características que essa vertente da proteção social também passou a adquirir mais recentemente é a de prevalência, em seu bojo, de programas de transferência de renda. No tópico que segue, procuro discutir elementos dessa trajetória, para, em seguida, abordar propriamente o percurso dos programas de transferência de renda no Brasil.

2.3. Entre avanços e retrocessos: a trajetória da Política de Assistência Social Brasileira.

A história da Assistência Social no Brasil pode ser compreendida no interior do desenvolvimento do Sistema de Proteção Social brasileiro, cujo princípio, como mencionei acima, remonta à década de 1930 (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; SOUSA, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Antes deste período, a pobreza, bem como as demais

expressões da Questão Social²⁴, era concebida como um problema individual e tratada de maneira repressiva, constituindo-se, desse modo, como “caso de polícia” (NOZABIELLE et al, 2009; BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Além disso, a assistência era, costumeiramente, objeto de práticas religiosas, as quais, de maneira imediatista, buscavam ajudar “os necessitados”, encaminhando-os para asilos e internatos.

Com as intensas transformações sócio-econômicas advindas do declínio da hegemonia do café e durante a vigência do Governo de Getúlio Vargas, o cenário político brasileiro passou também por algumas alterações. Dentre estas, destacou-se a adoção de um conjunto de medidas frente às lutas da classe operária, configurando um momento em que o Governo, estrategicamente, buscou “transformar a luta de classes em colaboração de classes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.106).

Entre as medidas instituídas, houve a criação da Carteira de Trabalho, em 1932, bem como a regulação dos acidentes de trabalho, dos auxílios doença, maternidade, família e do seguro-desemprego. Ocorreram, também, a criação e expansão dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que serviam de amparo para situações de incapacidade para o trabalho, tais como doença, morte, velhice e invalidez.

De acordo com Behring e Boschetti (2008, p.107), alguns autores apontam a dificuldade de situar com exatidão, nesse processo, o campo específico da Assistência Social, considerando o “caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações”. Entretanto, segundo as autoras, considera-se que a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, inaugura a constituição, na esfera federal, desse campo.

Registra-se, ainda, como marco na história da assistência social, no âmbito da ação governamental, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) (BRASIL, 2009b). É o que a citação subsequente assinala:

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. Dessa forma, é nesse momento que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em

²⁴ Segundo Yamamoto (2003) o conceito de “Questão Social” refere-se a um conjunto de problemas, de ordem social, econômica ou política, originário no processo de consolidação da sociedade capitalista e evidenciado pelo surgimento da classe operária.

conceder auxílios e subvenções (auxílio financeiro) a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social neste momento é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência. Portanto, o CNSS foi a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social (NOZABIELLE et al, 2009, p.2).

A Legião Brasileira de Assistência instituiu-se como um órgão beneficente coordenado pela então primeira-dama, Darcy Vargas, e inicialmente destinado às famílias de soldados (“pracinhas”) que foram à Segunda Guerra. A partir de 1946, a LBA dedicou-se também à infância e à maternidade, tendo se configurado como uma instituição que, sob uma lógica paternalista, atuou por meio de obras de caridade e caracterizou-se como marcadamente assistencialista. Behring e Boschetti (2008, p.107-108) acrescentam que, nesse período, a LBA configurou-se como instituição “articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo [...]”.

Ainda com relação às medidas instituídas no Governo Vargas, tem-se, em 1943, a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Na área da infância e da juventude, em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com atuação densamente punitiva e coercitiva, conforme apontam Behring e Boschetti (2008). Assim, de “casos de polícia” as questões sociais passam a ser consideradas como “questão de política”, e a Assistência passa, então, a ter o papel de controlar e regular os conflitos sociais, mediante a criação de serviços sociais.

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, que, além de incorporar a LBA, congregou a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem)²⁵, a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). Essa configuração transformou-se, em 1977, no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), englobando, além daquelas instituições, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração e Previdência Social (Iapas). Nesse período, então, a assistência social restringiu-se às ações da rede conveniada e dos serviços prestados pela LBA (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

²⁵ A Funabem foi criada em 1965 para substituir o antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM), dada a extinção deste em 1964 (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O grande salto na consolidação da assistência social no âmbito do Sistema de Proteção Social Brasileiro ocorreu em 1988, com a sua inclusão na esfera da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Conforme Raichelis (2007, p.124), “a Carta de 1988, portanto, é a referência inaugural para a compreensão das transformações e redefinições do perfil histórico da assistência social no país”.

As grandes lutas populares e a intensa mobilização da sociedade civil em prol da consolidação de direitos sociais que caracterizaram a década de 1980, dado o significativo aumento da pobreza nesse período, foram os grandes motores que estabeleceram, legalmente, a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

Apesar deste avanço, entretanto, a consolidação da assistência social como política pública não se constituiu inteiramente como uma realidade, pois, historicamente, tal política ocupou uma posição residual na Seguridade Social brasileira (MOTA, 2008). Desse modo, após a promulgação da Constituição de 1988, não houve a concretização de muitos dos preceitos relativos à assistência social. Com efeito, esse é um desafio que permanece na atualidade, considerando as fortes marcas clientelistas, assistencialistas e imediatistas que caracterizam a história das práticas assistenciais no Brasil. Sobre essa questão, Behring e Boschetti (2008, p.161-162) argumentam:

A assistência social é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como: morosidade na sua regulamentação como direito [...]; redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos; manutenção e mesmo reforço do caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços [...]; e permanência de apelos e ações clientelistas (Behring, 2008; Boschetti, 2003) e ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório.

Com relação à morosidade na regulamentação, somente em 1993 foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ou seja, após cinco anos de vigência da Constituição de 1988. Não obstante esse atraso, a criação da LOAS representou outro notável avanço no percurso de consolidação da Assistência Social como política pública, uma vez que reafirmou a responsabilidade do Estado em provê-la e traçou importantes elementos relativos à sua operacionalização, tais como as competências das três esferas de governo e as formas de garantia do seu financiamento (BRASIL, 1993).

Destaco, também, o salto no âmbito da democratização e participação popular presentes tanto no caminho de constituição da LOAS, o qual envolveu “intrincados processos de negociação e formação de consensos pactuados entre diferentes protagonistas da sociedade civil, do governo federal e da esfera parlamentar” (RAICHELIS, 2007, p.123), quanto na sua proposição de criação de um Conselho Nacional de Assistência Social, “órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social” (BRASIL, 1993).

De fato, como bem consideram Mota, Maranhão e Sitcovsky (2008, p. 186), a aprovação da LOAS, juntamente com a Constituição de 1988, representam “divisores de águas entre o *feitiço da ajuda* e a criação de uma política pública, constitutiva de direitos [...]”. Mesmo assim, certas marcas históricas da assistência social, como a descontinuidade e fragmentação de suas ações, não foram superadas totalmente.

A despeito deste e de outros avanços no âmbito da regulamentação de políticas sociais, a década de 1990 foi um tempo de considerável retrocesso relativo à efetivação da proteção social, haja vista a integração subordinada do país à globalização e suas nefastas conseqüências para a consolidação dos direitos sociais (COSTILLA, 2006; SPOSATI, 2002; TELLES, 1998). Segundo Raichelis (2007, p.156), as políticas sociais foram permeadas por um “trinômio do neoliberalismo”, qual seja, “a privatização, a focalização e a descentralização”. A descentralização, nesse caso, corresponde ao simples repasse de responsabilidades para as esferas da federação, bem como “para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas [...]”.

Desse modo, Behring e Boschetti (2008) enfatizam outra característica desse período, a saber, o crescimento do chamado terceiro setor, através de parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONG’s) e Instituições Filantrópicas que passaram a executar políticas em detrimento da intervenção e responsabilização do Estado. Sobre essa questão, as autoras supramencionadas comentam:

A essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade – se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 154).

Assim, mais uma vez é reforçada a característica filantrópica das práticas assistenciais brasileiras (SITCOVSKY, 2008), nas quais múltiplos agentes se revezam na sua feitura, enquanto que o Estado se exime do seu encargo como principal agente da proteção social do país (RAICHELIS, 2007). Trata-se de um processo de inversão do pilar de sustentação da Seguridade Social, mediante a transposição, para a sociedade, da função de provedor, configurando um aspecto central de diferenciação entre o processo de regulação social dos países que integram o denominado primeiro mundo – onde se estabeleceu o chamado “Estado Providência” – e os demais países capitalistas periféricos, nos quais desenvolveu-se a denominada “Sociedade Providência” (SPOSATI; FALCÃO; FLEURY, 1989).

Dessa forma, a organização que resulta da solidariedade da sociedade civil constitui-se como “a protagonista principal na atenção aos despossuídos e destituídos” (SPOSATI; FALCÃO; FLEURY, 1989, p.3). Esse processo pode ser ilustrado com um trecho de um dos grupos focais com as mulheres desta pesquisa, momento no qual conversávamos sobre a assistência social antes da criação dos CRAS²⁶:

***P:** Gente, e quando... porque vocês falaram assim: que o CRAS, ele foi surgindo pra ajudar essas famílias carentes, né, dar essas orientações familiares... e antes do CRAS, o que é que existia pra ajudar? Como é que as pessoas carentes eram ajudadas? Como é que as pessoas que tinham problema de violência dentro de casa, esses problemas que vocês falaram, como é que elas faziam?*

***Zenilde:** Acho que não existia, né, só se fosse na delegacia, né, eu acho que era, eu nunca fui pra esses negócio...*

***Graça:** Eu acho que existia aqueles meios de associações, nera, dos bairro, as criação das associações onde formava os grupos e ficavam ali cada um levando esse pessoal que queria se especializar do ramo de psicólogo, de alguma coisa, aí levava aquela idéia pra aquele grupo e lá naquele grupo trabalhava aquela questão, o que poderia ser melhor pra comunidade e qual era a localidade que tinha mais problema e que aí... seria muito..., assim, eu... valorizei, assim, valorizo muito as associações que deu, assim, um empenho muito, apesar de agora ta um pouco, né, desligado, né, as associações e agora ficou tudo, assim, mais voltado tudo pro CRAS...e as associações agora ficou parada, mas antigamente as associações fazia um bom trabalho na comunidade carente.*

***P:** O que mais além das associações? Tentem lembrar da vizinhança de vocês, do dia-a-dia, quando as pessoas precisavam de ajuda, como é que essas pessoas foram ajudadas...?*

***Zenilde:** Acho que tinha igreja, né, a igreja também. A comunidade da igreja, as pastoral e tem outras pessoa que ajuda lá as crianças também, acho que tinha essas coisas também.*

***P:** A igreja, as associações... Quería falar Lia?*

***Lia:** Antigamente era o Conselho Tutelar, né, que a gente ia lá e que tentava resolver, mas isso, na nossa comunidade mesmo, não existia não, existia longe, né, um Conselho Tutelar pra não sei quantos bairro, atendia muito pela FUNCI, mas tudo era coisa muito distante da gente, né.*

(GF2, 28/10/2009).

²⁶ A letra “P” refere-se à “pesquisadora” e anuncia às minhas intervenções durante os grupos focais.

Essas falas indicam a presença de múltiplos agentes à frente das ações da assistência social, sugerindo um modo disperso e desarticulado de desenvolvimento dessa política, o qual predominou mesmo após a regulamentação da LOAS. Em suma, a implementação desta Lei “revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio da universalidade, continuidade e sistematicidade das ações” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 186).

A saga da assistência social continua, então, com o crescimento de críticas, por parte de gestores, de trabalhadores e de representantes da sociedade civil, relativas a alterações no conteúdo daquela Lei – através de medidas provisórias instituídas no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso²⁷ –, e com a intensificação de reivindicações de melhorias na área em questão.

Um novo marco em direção à mudança desse quadro que vinculou a assistência social ao campo do favor e da solidariedade, e, conseqüentemente, rumo à sua consolidação como direito do cidadão e dever do Estado, foi a realização da IV Conferência Nacional da Assistência Social, em 2003. A partir das deliberações dessa conferência, foi elaborada e aprovada, em 2004, a proposta de uma Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), representando um esforço de materializar os preceitos da Constituição de 1988, assim como as diretrizes da LOAS.

Por certo, os anos 2000 assistem a uma notável expansão da assistência social no país, processo este que vem deslocando tal política, conforme a análise de Mota (2008), para uma posição de centralidade na seguridade social brasileira. Sem desmerecer a relevância dos avanços conquistados com a reformulação da PNAS, a autora alerta que a referida expansão da assistência social tem sido feita, todavia, paralelamente à restrição de cobertura das demais políticas que compõem a seguridade social²⁸. Essa ressalva é de suma importância, uma vez que a ausência de articulação entre as políticas de seguridade social, assim como entre estas e as demais políticas sociais, compromete a consolidação de uma concepção universal de proteção social.

Na apresentação do documento que materializa a PNAS/2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) explicitou a intenção de efetivar a assistência social como política pública de Estado e de superar a forte conotação assistencialista e clientelista

²⁷ A mudança na periodicidade de realização das conferências, que deveriam ser a cada 2 anos, para ser de 4 em 4 anos e a definição do limite mínimo de 67 anos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) - e não 65 anos, como previsto na LOAS, são exemplos dessas alterações (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008).

²⁸ Expressão disso é a proliferação dos planos de saúde e de previdência privada (MOTA, 2008; SITCOVSKY, 2008).

que marcou sua trajetória no Brasil (BRASIL, 2004a). Apontou-se, por conseguinte, a pretensão de consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que passou a se constituir como realidade a partir de 2005, regulando e organizando, em todo território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios dessa área (BRASIL, 2004a).

Assim sendo, o SUAS tem sido apresentado como “uma verdadeira revolução na assistência social brasileira” (BRASIL, 2009b). Sem dúvida, é patente que “[...] a criação do Sistema Único de Assistência Social robusteceu e reordenou as ações da assistência” (MOTA, 2008, p.134), embora essa ampliação da assistência social tenha se dado em detrimento do reforço nas demais políticas da seguridade (SITCOVSKY, 2008).

O modelo de gestão do SUAS é descentralizado e participativo, pressupondo o co-financiamento das três esferas de governo e a definição de competências técnico-políticas de ambas, com ênfase na participação da sociedade civil. Desse modo, o SUAS “materializa o conteúdo da LOAS” (BRASIL, 2004a, p. 39). Em busca de organizar os aspectos fundamentais à execução da assistência social, o processo de gestão do SUAS apóia-se nos seguintes eixos estruturantes:

Matricialidade sóciofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (BRASIL, 2004a, p. 39).

A matricialidade sóciofamiliar justifica-se pela busca de superar a histórica focalização das ações da assistência em determinados segmentos e situações de risco, considerando a necessidade da família ser protegida e cuidada, e não apenas alguns de seus membros (BRASIL, 2004a). A centralidade na família deve estar relacionada à noção de que a competência de cuidado e proteção da família para com os seus membros está “diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos pelo Estado de direito através das políticas sociais públicas” (FORTALEZA, 2009a, p.58). Assim, é importante que a matricialidade sócio-familiar não se constitua como um mero instrumento de exigência sobre a família, e sim como uma estratégia de proteção e fortalecimento da instituição familiar para, por conseguinte, garantir o cuidado de seus membros.

A descentralização, com definição do território como *locus* de atuação da política de assistência, aparece como mecanismo que visa atentar para a heterogeneidade e desigualdade

sócioterritorial que caracteriza o país, além de criar condições para uma atuação articulada com as demais políticas sociais, evitando, por conseguinte, a fragmentação, superposição e, ou paralelismo das ações. (BRASIL, 2004a). A capilarização da assistência para os territórios onde se desenrola o cotidiano dos seus usuários foi ressaltada positivamente pelas participantes desta pesquisa, conforme evidencia a seguinte fala, produzida numa situação em que conversávamos sobre a criação dos CRAS:

P: Você ia dizer alguma coisa, Graça?

Graça: Que esse CRAS também não tinha em todas as comunidade, em todos os bairro né, era centralizado só no SEMAS, num era, comadre Lia que... era só o SEMAS, nera?, aí ficou que nem a Regional e foi se dividindo e cada comunidade tem um centro de referência ali onde todas as, onde a comunidade tivesse acesso, né, mais próximo, e assim criar essa junção, essa proximidade da comuni... da comunidade carente, né, mais principalmente os carente que precisa de assistência, sobre a questão de orientação familiar que já tem é... ajuda de psicólogos, de trabalhos de grupo, esses projetos, né, que ficou mais perto da gente, que antes era só na SEMAS aqui e num sei onde é que é centralizado lá o SEMAS, comadre Lia ... [...] no centro, né, lá no centro, e só tinha essa entidade. Lá era que a gente sabia de alguma coisa pelas pessoas que trabalham com comunidade, voluntária, como as pessoas que faz trabalho... sociais na comunidade, por exemplo, as irmãs que tem um trabalho voluntário lá nas favela, aí descobre aqueles problemas mais agravantes na comunidade e levava até lá e de lá era que ia procurando essas outras redes de comunicação onde a pessoa poderia ser assistida, e hoje, com criação do CRAS, né, em cada bairro, ficou muito mais, mais... legal pra todo mundo, né, pra população, tem aonde se comunicar e eles forma assim uma rede, né, que um vai se comunicando com o outro até chegar aquela ajuda pra gente. (GF2, 28/10/2009).

É perceptível que a disseminação de unidades da Assistência Social e a sua distribuição pelos mais diversos territórios possibilitam um maior acesso do público a essa Política e reforçam o deslocamento do protagonismo das ações nesse âmbito da sociedade civil para o Estado.

O modelo de gestão do SUAS prevê ainda novos parâmetros para a relação entre Estado e Sociedade Civil, posicionando esta no lugar de parceira na condução da assistência social, enquanto que àquele é dado o lugar de primazia na condução da política (BRASIL, 2004a). A participação da sociedade civil é ressaltada como elemento indispensável para a efetivação do controle social, mediante, principalmente, o desenvolvimento dos conselhos e das conferências (BRASIL, 2004a).

Em sintonia com essas transformações, a Política de Assistência Social passou a configurar-se a partir de duas modalidades de proteção social, assim denominadas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A definição do público a quem se

destinam essas modalidades de proteção baseia-se nas noções de “vulnerabilidade social” e “risco”²⁹, sendo este um agravamento das situações de vulnerabilidade social.

Desse modo, a PSB tem caráter preventivo e dirige-se às pessoas e grupos que vivem em situação de pobreza e que possuem vínculos sociais e afetivos fragilizados, bem como limitado acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2004a). O lugar, por excelência, de execução da PSB é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)³⁰.

Por seu turno, a PSE direciona-se a famílias e indivíduos que se encontram em “situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2004a, p. 37). Esta modalidade de proteção é subdividida em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A primeira destina-se “às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2004a, p.38). Os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), são as principais unidades de efetivação desse tipo de proteção. Já no caso da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, seus serviços são desenvolvidos em espaços como Albergues, Casas de Passagem, Repúblicas, uma vez que garantem proteção integral a pessoas que “se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça” (BRASIL, 2004a, p.38).

Sobre essas mudanças na operacionalização da Política de Assistência Social, Mota, Maranhão e Sitcovsky (2008, p. 190) fazem a seguinte consideração:

Vale ressaltar que até então estes serviços eram prestados de forma dispersa, fragmentária e multiforme. Neste sentido, a criação do SUAS pode viabilizar uma normatização, organização (no sentido de romper com a sobreposição de papéis), racionalização e padronização dos serviços prestados, inclusive considerando as particularidades regionais e locais.

Certamente, o surgimento da PNAS/2004 e a materialização do SUAS representam notável progresso na história da política de assistência social brasileira. Todavia, é preciso que

²⁹ As expressões “vulnerabilidade social” e “situação de risco” são próprias dos documentos que regem a PNAS. Certamente, são conceitos que podem ser aprofundados e problematizados, entretanto, esta não é a pretensão deste trabalho, motivo pelo qual eles serão mantidos entre aspas.

³⁰ Dada a importância do CRAS para esta pesquisa, ele será abordado com maior profundidade no capítulo: *O lugar do CRAS no acompanhamento das beneficiárias: implicações nos processos de significação sobre o PBF*.

sua constituição seja considerada como parte de uma conjuntura política contraditória, ou seja, a vigência de um Governo que, ao mesmo tempo, incumbe o Estado a desenvolver políticas sociais e obedece aos ditames da política econômica neoliberal. Sobre essa conjuntura, Carvalho (2006, p.143) discorre do seguinte modo:

É preciso considerar que a análise dessa ‘viragem à esquerda’ só ganha sentido dentro do contexto contraditório da América Latina nos últimos 25/30anos, gestado na confluência da democratização e dos processos de ajuste à nova ordem do capital. É o cenário de contradições sóciopolíticas entre a ampliação do Estado Democrático, com a instituição de uma ‘cultura de direitos’ e as restrições do Estado Ajustador, submetido à lógica do mercado, secundarizando o social e atualizando a ‘cultura da carência’.

Portanto, as análises que envolvem as transformações contemporâneas da política de assistência social devem considerar essa tensão entre a “cultura da carência” e a “cultura de direitos”. Esta tensão, além de constituir-se como componente marcante da trajetória da assistência social, mantém-se como elemento crucial da atualidade brasileira e possivelmente afeta o cotidiano dos serviços e programas desse setor, permeando, desse modo, suas práticas profissionais e a vida de seus usuários.

Um traço marcante da recente afirmação e expansão da assistência social, viabilizadas pela consolidação do SUAS, é o desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008). O trabalho de Mota (2008) apresenta dados de pesquisas que demonstram que o aumento significativo dos recursos na área da assistência social nos últimos anos tem sido destinado prioritariamente a ações ligadas àqueles programas.

É possível concluir, então, que tais programas assumem um lugar de centralidade no processo atual de ampliação da assistência social (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, SENNA *et al*, 2007). Mas como e quando esse tipo de iniciativa começou a fazer parte das estratégias de proteção social no Brasil? É sobre essa questão que me debruçarei no tópico abaixo.

2.4. Os Programas de Transferência de Renda no Brasil: breve histórico.

Embora os Programas de Transferência de Renda sejam estratégias de proteção social utilizadas em diversos países (ZIMMERMANN, 2008; MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007; SOUSA, 2008, MONNERAT *et al*, 2007), deter-me-ei, nesta pesquisa, a abordar a sua

existência no Brasil. A título de ilustração, conforme menciona Zimmermann (2008), países como Suíça, Alemanha, Áustria e França implantaram Programas de Transferência de Renda antes do Brasil, notadamente a partir dos anos de 1930 (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007). Do mesmo modo, Sousa (2008) cita que “a construção dos sistemas europeus contemporâneos de proteção social envolveu a criação de mecanismos nacionais de renda mínima em pelo menos 11 dos 15 primeiros países membros da União Européia” (SOUSA, 2008, p. 21).

Como assinala no início deste capítulo, o debate internacional sobre esses programas foi intensificado pelo crescimento de demandas por proteção estatal advindas das transformações econômicas ocorridas nos anos de 1980. Um emblema desse debate foi a criação, em 1986, da *Basic Income European Network* (BIEN), “a maior articulação européia em defesa de uma renda básica para todos no continente” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 35). Através da realização de congressos internacionais, a cada dois anos, a BIEN promove uma vasta discussão sobre a viabilidade de instituição de Programas de Transferência de Renda de caráter universais.³¹

No Brasil, é possível situar os antecedentes dos Programas de Transferência de Renda, de acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007), mediante uma análise histórica da instituição de mínimos sociais no âmbito do Estado brasileiro. Nesse sentido, aponta-se a instituição e a implantação do salário mínimo ocorridas, respectivamente, em 1934 e 1940, como as primeiras iniciativas nessa área (WEISSHEIMER, 2006). Entretanto, obviamente, este só se configura como renda mínima para os trabalhadores legalmente inseridos no mercado de trabalho. O seguro-desemprego, cuja instituição se deu em 1986, constitui outra forma de mínimos sociais, assim como os benefícios da Previdência Social e da Previdência Social Rural, conforme apontam os autores supracitados.

Apesar desses antecedentes, a discussão propriamente dita sobre os Programas de Transferência de Renda no Brasil só se deu a partir do ano de 1991, “considerado o marco inicial desse debate, que foi, inicialmente, mobilizado pela aprovação do Projeto de Lei nº 80/1991” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p.32). Tal projeto, de autoria do Senador Eduardo

³¹ Conforme a abrangência e a existência ou não de condicionalidade nos Programas de Transferência de Renda, eles podem envolver uma Renda Mínima, como é o caso do Programa Bolsa Família, ou uma Renda Básica, denominada pelo Senador Eduardo Suplicy de Renda de Cidadania. Neste caso incluem-se os programas de caráter incondicional, ou seja, aqueles destinados à toda a população de um país. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; ZIMMERMANN, 2006). Para Zimmermann (2008), a Renda Básica de Cidadania estaria mais em consonância com o princípio da universalidade.

Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), propunha a construção de um Programa de Garantia de Renda Mínima e é considerado um divisor de águas na instituição desses programas na agenda pública brasileira, visto que fundou o debate nesse campo, viabilizando, assim, o aparecimento de algumas experiências em determinados municípios do país (WEISSHEIMER, 2006; ZIMMERMANN, 2006).

Assim, em 1995, na cidade de Campinas/SP, foi promulgada a Lei nº 8.261 que instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, o primeiro programa de renda mínima do país. Em seguida, em Brasília/DF, foi implantado o Programa Bolsa Familiar para Educação (Bolsa Escola) (SENNA *et al*, 2007). Além desses, antes da primeira experiência nacional, existiram ainda os programas Garantia de Renda Familiar Mínima, em Riberão Preto/SP, e o Programa “Nossa Família”, da Prefeitura Municipal de Santos/SP (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

O período de consolidação dessas e de outras experiências municipais e estaduais constituem o *terceiro momento* do processo histórico de constituição da Política Nacional de Transferência de Renda, de acordo com a sistematização realizada pelos três autores acima citados. O *primeiro momento*, já apontado nesta dissertação, coincide com a aprovação do Projeto de Lei que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), em 1991. Por sua vez, o *segundo momento* refere-se ao período em que foram tecidas algumas críticas à proposta do Senador Eduardo Suplicy, articuladas à proposição de que a Renda Mínima proporcionasse uma vinculação da renda familiar com a escolarização de filhos em idade escolar. Nesta perspectiva, os programas deveriam direcionar-se à unidade familiar, e não ao indivíduo, e envolver a educação no seu bojo. (CAMARGO, 1991 apud SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007). Esse período exerceu considerável influência no desenvolvimento do *terceiro momento* desse processo, no qual “a Política de Renda Mínima ultrapassa o patamar de mera utopia, para se constituir numa alternativa concreta de política social” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 90).

Apesar dessas iniciativas municipais, o debate sobre os Programas de Transferência de Renda expandiu-se a partir de 2001, quando houve a implementação de programas de iniciativa do Governo Federal, inaugurando-se, assim, o *quarto momento* do desenvolvimento desses programas no país. Ocorrem, desta feita, a mudança do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa

Escola” e a criação do Programa Bolsa-Alimentação, ligado ao Ministério da Saúde³². Além disso, houve a ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), cuja instituição se deu em 1996 (WEISSHEIMER, 2006; ZIMMERMANN, 2006).

A seguinte citação é ilustrativa da relevância desse momento para o processo de consolidação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil:

No discurso do Governo Federal, esses programas, sem precedentes em termos de abrangência da Política Social Brasileira, passam a ser considerados eixo central de uma “grande rede nacional de proteção social” implantada no país, sendo estes implementados de modo descentralizado em quase todos os 5.561 municípios brasileiros (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 92).

Estes autores ressaltam, ainda, outro aspecto desse *quarto momento*, a saber, o início do debate nacional sobre a possibilidade de introdução de uma renda universal, ou seja, uma Renda de Cidadania, na Política de Transferência de Renda do país. Essa discussão foi alavancada pela publicação, em 2002, do livro *Renda de Cidadania: a saída é pela porta* (SUPLICY, 2002), bem como pela apresentação, pelo senador Suplicy, do Projeto de Lei Nº 266/2001, cujo conteúdo contemplava essa proposta de instituição de uma renda a todos os brasileiros, assim como para estrangeiros que aqui residissem por mais de cinco anos (WEISSHEIMER, 2006; SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

O *quinto momento* do processo histórico de desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda no Brasil iniciou-se no princípio do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, quando esse Governo explicita como sua prioridade o enfrentamento da fome e da pobreza no país. Na concepção de Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 93), “esse momento é marcado por mudanças quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas na direção da construção de uma Política Pública de Transferência de Renda”.

Do ponto de vista de investimentos, neste último momento houve um considerável crescimento de recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento de programas dessa natureza.³³ Além do financiamento, algumas mudanças no âmbito da gestão dos programas, tal

³² Tanto o “Bosla Escola” como o “Bolsa Alimentação” foram instituídos no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

³³ Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007), com a elevação dos recursos em 2004, o valor destinado aos Programas de Transferência de Renda representou mais que o dobro dos recursos do ano de 2002.

como a criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como acontecimentos na esfera da sua regulamentação – com destaque para a sanção, em 2004, da Lei nº 10.835, que prevê a implantação paulatina de uma Renda Básica de Cidadania no país – constituíram-se como elementos significativos para a ampliação e consolidação de uma Política Pública de Transferência de Renda no País.

Destarte, nesse momento, iniciou-se um processo de unificação de quatro programas federais de transferência de renda, quais sejam, o Bolsa-Escola, vinculado ao Ministério da Educação; o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde; o Vale-Gás, ligado ao Ministério de Minas e Energia e o Cartão Alimentação, integrante do Programa Fome Zero (WEISSHEIMER, 2006). Estes passaram a integrar um só programa denominado de Programa Bolsa Família, sobre o qual trataremos adiante.

2.5 O Programa Bolsa Família: uma proposta de unificação de programas de transferências de renda

Conforme mencionei anteriormente, o governo cujo mandato iniciou-se em 2003 explicitou, desde sua campanha eleitoral, que sua prioridade seria combater a fome e a miséria no Brasil. Em virtude dessa primazia, foi elaborado pelo Instituto de Cidadania, em 2001, o Programa Fome Zero, pautado no pressuposto de que o Estado deve garantir o direito à alimentação e visando à construção de uma Política de Segurança Alimentar para o país. Desta feita, ainda em 2003, entrou em vigor o Programa de Acesso à Alimentação, “Cartão-Alimentação”, configurando uma das ações que compunham o Programa Fome Zero (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; ZIMMERMANN, 2006).³⁴

O Programa Bolsa Família (PBF), ao agregar o Cartão-Alimentação e os demais Programas nacionais de Transferência de Renda em vigência naquele momento, passou a integrar, assim, a estratégia do Programa Fome Zero (BRASIL, 2009a). A defesa dessa unificação referenciou-se num “relatório-diagnóstico” elaborado pela equipe do Governo Lula

³⁴ Silva, Yazbek e Giovanni (2007) advertem que o Programa Fome Zero não se restringe ao Cartão-Alimentação, visto que compreende um conjunto de “Ações Estruturais”, tais como o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária; de “Ações Específicas”, nas quais se situam o Programa Cartão-Alimentação e o Programa de Restaurantes Populares, por exemplo; e de “Ações Locais implementadas pelos Estados e municípios, com o incentivo do Governo Federal”, entre as quais estão as campanhas de doações de alimentos.

durante a transição do Governo de Fernando Henrique Cardoso para o novo governo (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 131).

De acordo com estes autores, o diagnóstico em questão constatou alguns problemas no cenário dos programas anteriores, a saber: fragmentação com conseqüente concorrência e sobreposição entre eles; ausência de uma coordenação geral e falta de comunicação entre os diversos ministérios, o que dificultava a realização de um amplo planejamento; desperdícios de recursos; limitada efetividade; ausência de articulação com outras políticas que impulsionassem o processo de emancipação das famílias; falta de permanência dos recursos humanos envolvidos na implementação dos programas, o que dificultava a continuidade das ações; metas inferiores à demanda; orçamento insuficiente, fato que interferia na baixa quantidade de beneficiários e no pequeno valor do benefício; e deficiências no Cadastro Único.

Essa afirmação pode ser endossada com a citação abaixo:

Nos últimos dois anos da gestão Fernando Henrique Cardoso, esses projetos foram implementados por distintos ministérios e secretarias, não havendo uma ação interministerial coordenada. Muitas vezes, tais programas chegavam a concorrer entre si quando da liberação de recursos, como por exemplo: Programa Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Bolsa-Alimentação. Tais programas foram executados por diferentes ministérios, impedindo a otimização das ações, resultando em alto custo operacional, em pouca efetividade e na falta de referência a direitos (ZIMMERMANN, 2006, p.149).

Diante desse levantamento, o “relatório-diagnóstico” apresentou algumas recomendações que serviram de base para a criação do Programa Bolsa Família, quais sejam: aperfeiçoamento do Cadastro Único; releitura sobre a participação da Caixa Econômica Federal (CEF); uniformização do critério de renda *per capita* para inclusão das famílias; atualização das informações sobre a população brasileira e sua disponibilização para o planejamento de ações municipais e discussão sobre estas ações (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

O processo de unificação de Programas Nacionais de Transferência de Renda e a conseqüente implementação do Programa Bolsa Família, portanto, edificaram-se mediante a alegação de aumento dos recursos, de elevação do valor do benefício, de simplificação do acesso a este e de aperfeiçoamento do atendimento. A união envolveu, assim, a unificação do próprio gerenciamento, a fim de viabilizar a redução de gastos administrativos e de fortalecer a intersetorialidade na gestão.

A maioria das mulheres que participaram desta pesquisa foi beneficiária de programas de transferência de renda anteriores ao PBF. Assim sendo, suas considerações sobre este programa remetiam-se recorrentemente aos demais programas, como o Bolsa Escola e o Vale Gás, por exemplo. Nessas situações, chamou-me atenção o fato de que, muitas vezes, elas tratavam esses programas como sinônimos, ao mesmo tempo em que demonstravam reconhecer uma certa historicidade no seu desenvolvimento. A seguir, apresento recortes do primeiro grupo focal que ilustram essas questões³⁵:

P: *É... a primeira coisa que eu queria perguntar pra vocês é assim: quando eu falo “Bolsa Família”, qual a primeira coisa que vem na mente de vocês?*

[...]

Lia: *Também a mesma coisa. “Bolsa Família” já está dizendo, é uma ajuda para a família (risos). Para a família, entendeu, quer dizer, uns chamam de Bolsa Família, Bolsa Escola, é, Vale Gás, essas coisas, né [...].*

[...]

P: *Alguém quer dizer mais alguma coisa em relação a isso: o que vem na cabeça quando falam “Bolsa Família”?*

Tereza: *O meu começou como Bolsa Escola, né, desde o Bolsa Escola que eu me inscrevi.*

P: *Você lembra, então, do Bolsa Escola também?*

Tereza [Fazendo sinal afirmativo]: *Entrei no Bolsa Escola, aí, do Bolsa Escola, eles mesmo me colocaram no Bolsa Família. Aí eu venho só renovando.*

P: *hum rum.*

(GF1, 14/10/2009).

A referência ao Cadastro Único também se fez presente no discurso das participantes, ora como algo substitutivo aos programas anteriores e, inclusive, ao PBF, ora como um mecanismo que possibilitou a unificação de todos esses. Tal diversidade de compreensão pode ser observada nas seguintes falas:

Neta: *Agora num é mais Bolsa Família, nem mais Bolsa Escola, é Cadastro Único, né? Que chama? (Pergunta olhando para mim).*

P: *O que é que vocês acham dessa pergunta dela? Alguém podia responder?*

Lia: *[...] é incluído tudo num só. Porque se ta dizendo “Bolsa Família” é pra dizer que já vem o Bolsa Escola, já vem, é..., é... qualquer coisa. Aí o Cadastro Único é que é uma coisa única, vem o Bolsa Escola, vem, vem, é..., Bolsa Família, né, e... o Vale Gás, já, também, já cheguei a receber o Vale Gás também [...].*

Tereza: *É como se fosse umaaa, uma conta com... uma conta, né, que você abre no nome do marido, pronto, conjunta, né?*

P: *O quê, o Bolsa Família?*

Tereza: *Sim. É como se fosse isso, né?.*

P: *E o Cadastro Único?*

Tereza: *Pois é, é como se fosse um, comparação...*

³⁵ Todos os grifos feitos, ao longo da dissertação, nas transcrições de trechos dos grupos focais, foram realizados por mim.

[Outra participante interrompe, acho que a Lia]: ... uma coisa só.

Tereza [continua]: Uma coisa só. Comparação: eu boto o meu dinheiro no mesmo canto que o meu marido. Tem uma conta só. Cada um pode administrar, né? Acredito que seja isso.

Graça: Eu lembro que quando a gente... começou, assim, surgir esses projetos do governo que ele queria ajudar as famílias e não achava uma maneira de como ajudar, aí eles surgiu, em primeiro lugar foi pros interior ver os projetos São José, depois veio o Bolsa Escola, depois do Bolsa Escola foi que foi juntando as coisas, né, o... Vale Gás, o... Baixa Renda da energia, e, juntando tudo, nera, era que ficasse só uma coisa só, que aquela família pertencesse aqueles, todos aqueles projetos dependendo da faixa etária de cada filho que você pudesse [...]. Depois do Bolsa Escola foi que surgiu, por último, o Bolsa Família, onde independente de, de idade, ou que tivesse filho ou não, ficasse a, o Bolsa Família como sssegurança de... você ter ali no Cadastro Único, ficar...aquele, aquela...junção de todos esses projetos [...]. Tinha que ficar tudo só num... numa junção só, ou seja, o Cadastro Único.

P: Então, pelo que eu tô entendendo, vocês tão dizendo que o Cadastro veio para juntar, o Cadastro Único? [permanece um silêncio curto]. É isso? Eu entendi direito?

Lia: Juntar tudo, pra num ficar uma coisa assim... porque quando, umas pessoas recebiam é, recebiam Vale Gás, outras só recebiam o Bolsa Escola, aí eu acredito que, como era muita coisas, assim, a, pra...pra, até pra, pra... fiscalizar alguma coisa, né, eu acredito que eles tenham feito o Bolsa Família e, do Bolsa Família o Cadastro Único, que é uma coisa que junta tudo, né [...]

(GF1, 14/10/2009).

A noção de junção dos diferentes programas, portanto, prevalece entre as participantes, inclusive como estratégia de otimização da cobertura, como suscita a última fala.

Autores como Silva, Yazbek e Giovanni (2007) acrescentam que a proposta de unificação tinha como finalidade maior a instituição de uma Política Nacional de Transferência de Renda por meio da articulação de programas nacionais, estaduais e municipais dessa natureza. A despeito desta pretensão, estes autores avaliam que esse esforço de unificação ainda não está completo, considerando a necessidade de incorporação de uma série de programas desse cunho de iniciativa de estados, municípios e até mesmo do Governo Federal.

Apesar dessa ponderação, estes e outros autores (ZIMMERMANN, 2006; WEISSHEIMER, 2006) reconhecem alguns progressos nesse processo. É o que se pode observar no seguinte trecho:

Sob o ponto de vista dos direitos humanos, essa unificação foi um avanço, pois a centralização em um único programa evita a fragmentação e permite maior clareza em relação aos órgãos públicos responsáveis pela implementação. Em outros termos, com essa centralização há uma maior facilidade em definir a qual órgão uma pessoa deve recorrer em caso de solicitação do Programa, medida esta imprescindível para facilitar o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis (ZIMMERMANN, 2006, p.151).

A execução do Programa Bolsa Família se dá de forma descentralizada, com a participação das três esferas de governo e com ênfase à intersetorialidade, à participação comunitária e ao controle social (BRASIL, 2004b). Além do principal critério para a inclusão da família no Programa, ou seja, a renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 140,00³⁶, há a referência a outros quesitos, tais como condições de saúde, saneamento e escolaridade, como elementos a serem considerados na seleção das famílias (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

Para autores como Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p.138), estes quesitos denotam uma “concepção multidimensional da pobreza”. Senna *et al* (2007) também enfatizam a pobreza como um fenômeno multifacetado, mas consideram que a renda tem sido o único critério de seleção das famílias, fato que os faz apontar a focalização como uma limitação do PBF.

A análise sobre o processo histórico de constituição e consolidação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil permite concluir que esse processo foi bastante influenciado por variáveis de ordem político-econômica e se deu de uma maneira dinâmica, sendo permeado de uma multiplicidade de concepções e direcionamentos. Com efeito, estudiosos da área concebem que esses programas

[...] podem ter orientações político-ideológicas e motivações diferenciadas, que vão de uma perspectiva de apoio à funcionalidade do mercado, apresentando, portanto, caráter meramente compensatório e residual, até uma perspectiva orientada pelo entendimento de que a riqueza socialmente produzida deve, de alguma forma, ser redistribuída aos membros da sociedade (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007, p. 37).

Ressalto, portanto, que esse é um terreno multifacetado e polissêmico, no qual coexistem diversas perspectivas e do qual podem surgir variados efeitos (WEISSHEIMER, 2006; MONNERAT *et al*, 2007; SENNA *et al*, 2007). Assinalo, desse modo, que a consideração sobre os processos de significação produzidos pelo público beneficiário desses programas não pode prescindir de uma análise dos meandros políticos, culturais e econômicos que constituem sua história, uma vez que, conforme os referenciais desta dissertação, as significações são produções fatalmente vinculadas ao contexto do qual emergem (VIGOTSKI,1934/2001; SMOLKA, 2004). Dito isso, convido agora o leitor a dialogar comigo, no próximo capítulo, sobre as significações sobre o PBF produzidas pelas mulheres que participaram desta pesquisa.

³⁶ Tal renda é declarada pela família no momento do registro de seus dados no CadÚnico (BRASIL, 2009a).

3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE SUAS SIGNIFICAÇÕES.

Neste capítulo, analisarei três das quatro categorias empíricas estabelecidas: “A provisoriedade do PBF”; “O benefício: seu caráter, seu(s) uso(s) e as condições para recebê-lo” e “Os sentidos sobre a operacionalização do PBF”. Desse modo, serão apresentadas as principais significações sobre o PBF construídas pelas participantes da pesquisa e suas relações com determinadas condições de produção, como aspectos culturais e históricos do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil – com destaque para a política de assistência social –, elementos da história pessoal das mulheres e de sua trajetória no PBF, entre outras.

3.1. A provisoriedade do PBF

Um aspecto que ficou evidente ao longo de minha inserção em campo foi a presença, nos enunciados das mulheres, de comentários acerca da durabilidade do PBF. Logo no primeiro grupo focal (GF1), em meio às respostas à pergunta acerca do que lhes vinha primeiro à mente sobre o Programa em foco, Graça fez um comentário que desencadeou uma série de afirmações das demais, visivelmente contrárias à sua colocação. Segue abaixo a transcrição dessa situação:

[...]

Graça: *Também acho que Bolsa Família é isso, né, vem dar uma assistência, uma segurança pra família. [...] Eu acho que, se todo mundo soubesse, né, a importância que tem, aquele pouco que tu tem de certeza, que é uma coisa de certeza, né? O desejo dos governantes é que seja uma coisa de segurança, né, o Bolsa Família. [...].*

Neta: *[...]. E é uma coisa que nem ela diz: “é uma garantia”... num é uma garantia!, o Bolsa Família pode ser hoje, num é amanhã. Porque, quando a gente vai se inscrever, se cadastrar, eles mesmo fala pra gente, que qualquer momento pode acabar, que é uma coisa que não é segura.*

Lia [interrompe]: *... num é seguuuro não...*

P: *Você tava dizendo o que? [dirijo-me à Francisca, que havia tentado falar durante a fala de Neta].*

Francisca: *Que muita gente pensa que o Bolsa Família... pode ser e pode não ser. Porque... eu já ouvi falar que não é pro resto da vida, esse Bolsa Família, a qualquer momento pode acabar...*

Graça: *Mas que, em compensação, dos programas assim, mais, que ta assim, mais... dura, que ta mais durando mais, né, que nem um outro, dos outros projetos que já vieram num duraram tanto que o Bolsa Família agora ta... segurando, né. A expectativa que agora vai ter, né, vai ter novas famílias, vai crescer mais o número de pessoas que vão receber, e isso quer dizer que gera uma esperança que não vai... que não é para acabar o projeto assim “tã, tã”, né?*

(GF1, 14/10/2009).

Fica evidente, assim, o tensionamento entre dois sentidos: um deles confere ao Programa um caráter de incerteza e de insegurança, enquanto o outro dá a ele um estatuto de certeza e de segurança. Pude perceber que o primeiro sentido, todavia, prevaleceu nos discursos das beneficiárias, sendo recorrentemente explicitado nas conversas que tivemos.

Dado que o sentido é uma produção indissociada do contexto social, político, histórico e cultural no qual o sujeito está inserido (BARROS *et al*, 2009, SMOLKA, 2004), é possível supor, no que concerne ao sentido de incerteza e insegurança, sua relação com o caráter de descontinuidade que marcou a história das políticas sociais brasileiras, mormente da política de assistência social (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008). Tal marca esteve, de fato, bastante presente no cenário político nacional, chegando a reverberar, inclusive, na lógica de financiamento das ações. A esse respeito, Mota, Maranhão e Sitcovsky (2008, p. 186-187) comentam que aquela lógica:

[...] baseada em dotações específicas para cada programa (*recursos carimbados*) repercutiu negativamente na continuidade e no rol de prioridade das ações, tornando-as mais vulneráveis às opções políticas dos governos que, em princípio, tinham autonomia para redirecionar prioridades e programas sociais. [grifo dos autores].

Fruto dessa configuração política e econômica foi a prevalência histórica, no Brasil, de “políticas de governo”, em detrimento de “políticas de Estado” (SPOSATI, 2002). Este cenário certamente constitui uma das condições de produção de significações como a que predominou nos discursos das participantes dessa pesquisa.

A idéia de incerteza atrela-se tanto à possibilidade de inclusão no Programa quanto à permanência nele depois de consolidado o ingresso da família. O comentário de Neta é elucidativo do primeiro caso: “[...]. *Tem gente que se cadastra e não chega nem a receber, passa tempos e tempos esperando, naquela ânsia de receber e não consegue*” (GF1, 14/10/2009). Zenilde, ao contar como se deu a sua entrada no Programa, também demonstra essa marca da incerteza:

Zenilde: *Eu tinha feito a inscrição pra receber, digo, “eu lá vou receber isso” (risos), aí quando eu fui pros idosos, aí apareceu, surgiu lá uma... a vaga, né, umas pessoa, com os idoso lá, aí eu, aí mandaram, me chamaram [...] aí e quando cheguei lá [numa unidade da Assistência Social] o Cezar³⁷ [funcionário] pegou e disse assim: “Dona Zenilde, venha fazer o seu Bolsa Família”, aí eu fui... E foi ligeiro!.. Aí eu tinha saído de casa e*

³⁷ Todos os nomes de profissionais que aparecem nos comentários das mulheres, bem como de seus familiares, são nomes fictícios.

quando eu cheguei, lá estava a carta no chão, né, aí eu recebi, aí que eu olhei: “vixe o Bolsa Família, isso é mentira, não acredito não”, aí eu olhei e já era o cartãozinho e tudo, aí eu corri e fui lá no Cezar [...].
(GF2, 28/10/2009).

Desse modo, além do citado componente histórico favorável à produção do sentido de incerteza do PBF, percebo que há elementos presentes no cotidiano das beneficiárias e nas suas experiências particulares que também reforçam a construção deste sentido.

Tal entendimento encontra solo nas elaborações de Vigotski (1934/2001) acerca do sentido de uma palavra que, segundo ele, “[...] é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa [...]” (VIGOTSKI, 1934/2001, p.465). Para o autor, essa dinamicidade que caracteriza o sentido é possível graças aos elementos de cada contexto: “A palavra incorpora, absorve de todo o contexto com que está entrelaçada os conteúdos intelectuais e afetivos [...]” (VIGOTSKI, 1934/2001, p.465-466).

O autor suscita, assim, a compreensão de que o “sentido” corresponde a um processo de apropriação particular, realizado pelo sujeito, porém socialmente constituído, dos produtos culturais, através das redes de interação e das trocas das quais este participa cotidianamente. Os sentidos resultam, desse modo, da complexa e constante articulação entre diferentes elementos que atravessam o desenvolvimento de cada sujeito, sejam eles de ordem econômica, cultural, histórica, relacional ou afetiva (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Não só a possibilidade de inclusão no PBF é impregnada de incerteza para as participantes desta pesquisa. A permanência no Programa também parece ser carregada de dúvidas por parte dessas mulheres. Neste caso, isso ocorre num contexto onde elas costumam vivenciar e, ou presenciar situações de desligamento, aparentemente inesperado, da família em relação ao Programa.

P: Vocês sabem se tem um tempo pra pessoa parar de receber ou se...?

Lia: Eu acho que é quando a pessoa melhora de vida, tem alguma condição financeira maior, aí eles cortam.

Francisca: Eu acho que não, porque eu conheço pessoas que precisa mesmo e que Ave Maria é necessitado também e que foi cortada.

Maria: Também. Minha irmã foi cortada.

Francisca: Eu conheço é muitos lá de casa que precisa e não tem não e que passa situações que você “vixe”....

[...]

Maria: A minha irmã recebia o Bolsa Família, aí o filho dela começou a trabalhar... aí ela foi renovar né, pra mostrar a carteira dele, só que lá botaram que ele ganhava mais

de um salário e ela não tem emprego, não tem marido, ela vive assim costura aqui e acolá né, aí quando foi com dois mês cortaram ela, né, e ela foi atrás aqui na Regional aqui no CRAS, aí nada de resolver, aí se zangou logo: “eu não vou mais não, se Deus tira de mim Deus tem pra me dá mais” e ficou com raiva e depois agora ela voltou lá de novo porque a Sara [técnica do CRAS] mandou chamar ela né, aí ela levou, aí aquele rapaz lá descobriu o porque, porque ele disse: “olha, sabe porque cortaram o seu Bolsa Família porque colocaram que o seu filho ganhava mais de um salário” aí amostrou, que ele ganhava mais de salário, aí tem que cortar, que não pode ser aquele tanto né. Aí... “e aí, Marta, ele resolveu?” “Não, ele mexeu lá nos papel, mas...” ela nem foi mais se recadastrar nem nada. Aí ficou por isso. Quer dizer, foi a incompetência da pessoa que foi fazer o cadastro né? Acontece.

Lia: Pois é. Por isso que eu digo, que tem que ter a condição financeira pra poder sair.

Maria: Mas eu tô dizendo... mas isso aí foi o quê? Não foi condição financeira, né, foi um erro deles lá.

Lia: E acontece é muito. No caso das minha, eu num tinha três, só era duas, e como foi que apareceu essa outra?

Maria: Exatamente. Pois é, como ela ta falando que tem gente que precisa e que é cortado.

(GF1, 14/10/2009).

A produção de sentidos, assim, não pode ser confundida como um acontecimento solitário proveniente de uma operação interna e apartada do mundo social (BARROS *et al*, 2009). Essa produção, na verdade, ainda que particular, está indissociada de determinadas condições que, paradoxalmente, tanto limitam quanto possibilitam sua emergência. É o que atesta Smolka (2004, p. 45) no seguinte trecho:

Os sentidos podem ser sempre vários, mas dadas certas condições, de produção, não podem ser quaisquer uns. Eles vão se produzindo nos entremeios, nas articulações das múltiplas sensibilidades, sensações, emoções e sentimentos dos sujeitos que se constituem como tais nas interações; vão se produzindo no jogo das condições, das experiências, das posições, das posturas e decisões desses sujeitos; vão se produzindo numa certa *lógica* de produção, coletivamente orientada, a partir de múltiplos sentidos já estabilizados, mas de outros que também vão se tornando possíveis.

O que dizer, então, do segundo sentido, aquele construído por Graça? Que condições de produção seriam possíveis de identificar, neste caso? A meu ver, pelo menos duas questões podem ser pensadas.

Quanto à primeira destas questões, é plausível considerar que as recentes mudanças no cenário da política de assistência social e, em especial, na configuração dos programas de transferência de renda, viabilizam novas formas de concebê-los. Em que pesem a diversidade de leituras sobre o PBF e as críticas a ele relativas, há um relativo consenso, entre os estudiosos do tema, de que ele trouxe avanços na formatação dos programas de transferência monetária

(SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; ZIMMERMANN, 2006; SOUSA, 2008; SENNA *et al*, 2007).

Destarte, essas transformações provavelmente reverberam no tecido social e abrem alas para que novos sentidos concernentes à durabilidade dos programas sociais comecem a circular. Outrossim, é válido comentar que, na época deste grupo focal, eram recorrentes as notícias veiculadas pela mídia que abordavam a inscrição de novas famílias e a conseqüente ampliação do PBF. Durante os momentos de observação-participante, inclusive, boa parte dos comentários que as mulheres faziam sobre este programa remetia-se a reportagens desse cunho e à citada ampliação.

Mesmo considerando o contexto acima descrito como um importante propulsor do sentido trazido por Graça, intrigou-me o fato de que exatamente ela o produzisse, dado que foi desligada do Programa embora ainda tivesse a necessidade de recebê-lo, como ela mesma chegou a expressar em outro momento. Ou seja, passei a me indagar sobre que outras condições poderiam ter contribuído para que Graça veiculasse aquele sentido.

Imbuída dessa curiosidade, passei a olhar mais cuidadosamente para o material produzido em campo e atentei para uma segunda questão que considero pertinente colocar neste momento. Tal questão diz respeito às condições de produção que envolvem o próprio contexto de desenvolvimento da pesquisa, o qual também contribui para a criação de sentidos (AMORIM, 2002). Com relação a isso, Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) explicam que, a depender do contexto, do momento e das características das pessoas em interação, determinados sentidos podem adquirir maior relevo.

Assim, lembro-me que, em algumas situações da minha inserção em campo, Graça demonstrou certa expectativa de que a minha presença ali extrapolasse a função de pesquisadora, embora eu fizesse questão de reiterar este papel. Certo dia, quando eu acompanhava a produção do grupo, ela fez o seguinte comentário: *“Eu sei que você vai ficar com a gente”*, insinuando que, após a conclusão da pesquisa, eu permaneceria acompanhando o grupo como funcionária da prefeitura (DIÁRIO DE CAMPO, 06/10/2009). Diante disso, procurei esclarecer que isso não ocorreria e ressaltai, mais uma vez, que eu permaneceria até o término da pesquisa.

Apesar disso, Graça demonstrou continuar com aquela idéia, como é possível perceber no seguinte trecho relativo aos últimos momentos do segundo grupo focal:

P: Certo. Pronto gente, alguém quer colocar mais alguma coisa?

Maria: Não, acho que tá bom.

[risos]

P: Tá bom? A gente pode encerrar? Tu ia falar, Graça? [Ela parecia falar algo].

Graça: Dar uma sugestão, né, quando você for, é... fazer, assim, o seu trabalho aí bem feito, que você coloque também essas sugestões pra gente. **Caso você entrasse nesse trabalho, você também possa ver essas reivindicações que nós fizemos e que possa mudar pra melhor.**

(GF2, 28/10/2009).

Graça contava com a possibilidade de que eu passasse a trabalhar ali, e, assim, atribuía-me o papel de provável representante da prefeitura. Diante disso, suponho que a minha presença como interlocutora naquela situação também favoreceu a construção do sentido de certeza e segurança atribuído ao PBF. Essa reflexão pode encontrar respaldo teórico na citação subsequente:

Dentre os significados possíveis, em uma situação específica, a depender dos aspectos presentes na situação, como, por exemplo as perspectivas pessoais, ocorre a atribuição, pelo *outro* e por si mesmo, de papéis sociais e de formas específicas de coordenação de papéis, os quais favorecem certas possibilidades e limites de ações/emoções/concepções (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 28). [grifo das autoras].

Remetendo-me novamente ao seu enunciado e relembrando que, naquele momento da interação, Graça dirigia seu olhar para mim, vejo que ela falava como quem estava diante de uma porta-voz do Governo e procurava confirmar sua argumentação: “[...] *O desejo dos governantes é que seja uma coisa de segurança, né, o Bolsa Família [...]*”.

Tal observação me remete a esta assertiva de Amorim e Rossetti-Ferreira (2008, p. 239):

Enquanto falo, sempre levo em consideração o fundo aperceptivo em que minha fala será recebida: o grau de informação do outro, seus conhecimentos especializados, opiniões e convicções, preconceitos, simpatias, antipatias e intenções. Há uma antecipação da resposta.

A argumentação das autoras ancora-se no princípio da dialogia, central na concepção bakhtiniana da linguagem (FREITAS, 1996; BARROS, 2003; COLAÇO *et al*, 2007; JOBIM e SOUZA, 1994), o qual se refere ao fato de que todo ato discursivo do sujeito se forma em interação constante com outros enunciados. Nesse sentido, como sugere Colaço (2004, p. 334), há que se entender que “o discurso (falado ou escrito) envolve necessariamente múltiplos sujeitos

- falantes e ouvintes, locutores e interlocutores, ou escritores e leitores -, que orientam e definem os rumos da produção discursiva”.

O dialogismo, como princípio constitutivo da linguagem na acepção de Bakhtin, também faz supor que todo enunciado possui uma orientação social, como pôde ser claramente percebido a partir do exemplo de Graça, em que seu enunciado parece ser endereçado a alguém que ela acredita ter um potencial de representá-la em outras instâncias governamentais. Essas questões podem ainda ser endossadas quando Bakhtin (1988, p.113) versa sobre a palavra:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade.

Assim, segundo Bakhtin, a palavra não é propriedade exclusiva do sujeito que a pronuncia, pois ela está dirigida a um interlocutor e, nesse sentido, também varia de acordo com este. Na verdade, ela se constitui como produto da interação entre locutor e interlocutor, localizando-se “numa espécie de zona fronteira” entre ambos (BAKHTIN, 1988, p. 113). O dialogismo, portanto, deriva da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário (BARROS, 2003).

Seguindo essa linha de raciocínio, a significação também passa a ser entendida como fruto de um processo interativo (BAKHTIN, 1988). Com base nessas questões conceituais e em elementos próprios do contexto interativo desta pesquisa é que julgo pertinente, portanto, compreender a emergência do sentido de certeza atribuído ao PBF, como resultante de diversos fatores, entre os quais da minha interlocução, como pesquisadora, com as demais participantes da pesquisa. Reitero, desse modo, o dialogismo como “[...] condição do sentido do discurso” (BARROS, 2003, p. 02).

3.2. O benefício: seu caráter, seu(s) uso(s) e as condições para recebê-lo.

A construção dessa categoria se deu pelo fato de que muitos dos enunciados das mulheres sobre o PBF atrelavam-se ao benefício propriamente dito, ressaltando questões relativas aos seus valores, às condições para recebê-lo e aos usos que os beneficiários fazem dele.

Inicialmente, um aspecto que me chamou atenção, foi a grande recorrência do signo “ajuda”³⁸ naqueles enunciados, como é possível observar nos fragmentos que seguem:

Maria: É assim uma ajuda pra família. Algum benefício que vem ajudar o meu lar, a minha família.

Lia: Também a mesma coisa. “Bolsa Família” já está dizendo, é uma ajuda para a família (risos). [...].

Tereza: É, eu tb penso a mesmo coisa, né. Já ta dizendo, Bolsa Família é... pra toda a família, né? É um benefício que o Governo mandou que ajuda muito, né, pra mim: é uma bênção, é como eu tô dizendo, se num fosse o Bolsa Família pra mim... [...].
(GF1, 14/10/2009).

Como enfatizei no capítulo anterior, a ideologia da ajuda e da dádiva marcou intensamente a história da assistência social no Brasil (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008). Os enunciados expostos acima permitem depreender que essa ideologia ainda se faz presente no tecido social, apesar dos avanços no âmbito dos direitos sociais, viabilizados pela Constituição de 1988, pela LOAS e pelo SUAS.

A noção de ajuda estava vinculada, em alguns enunciados, ao valor monetário do benefício, sendo este freqüentemente qualificado por elas como algo escasso³⁹. Expressões como “é pouco”, bastante inscrita nos enunciados de muitas delas, e “é apenas uma ajuda de custo pras pessoas mais necessitadas”, presente no enunciado de Lia quando esta falava sobre o PBF (GF1, 14/10/2009), exemplificam a afirmativa supramencionada.

Embora existam reconhecimentos com relação às inovações do PBF, no que diz respeito, por exemplo, à gestão e à elevação dos recursos destinados a um programa de transferência de renda, e até mesmo à ampliação do valor do benefício (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007), ainda são bastante significativas as críticas concernentes aos valores repassados às famílias, considerados insuficientes para a erradicação da fome e, principalmente, para a garantia da segurança alimentar e nutricional das pessoas que dependem desse benefício.

³⁸ Em contrapartida, o signo “direito” só apareceu uma única vez nos enunciados das mulheres, como explicitarei adiante.

³⁹ Até o período de conclusão desta dissertação, os valores do benefício variavam de R\$ 22,00 até R\$ 200,00, dependendo da renda mensal *per capita* e do número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos presentes na família. Os benefícios são classificados em três tipos: *Básico* (R\$ 68,00), destinado às famílias denominadas como “extremamente pobres”, ou seja, cuja renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa; *Variável* (R\$ 22,00), repassado para as famílias que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Nesse caso, cada família pode receber até três benefícios variáveis, o que totaliza R\$ 66,00; e *Variável Vinculado ao Adolescente* (BVJ) (R\$ 33,00), pago às famílias com adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola, sendo que o limite, por família, é de dois BVJ, ou seja, de R\$ 66,00. As famílias consideradas “pobres”, ou seja, aquelas cuja renda por pessoa está acima de R\$ 70,01 e abaixo de R\$ 140,00, podem receber os dois últimos tipos de benefícios, dependendo da sua composição (BRASIL, 2009a).

Partidário dessa crítica, Zimmermann (2006, p.145) afirma que “nas atuais modalidades, o Bolsa Família apenas contribui para mitigar e aliviar a fome”.

Segundo o prisma bakhtiniano, os enunciados são povoados por várias “vozes” sociais. Estas não se reduzem a sinais vocais auditivos, configurando-se como expressões de pontos de vista e de visões de mundo que se materializam nos enunciados (COLAÇO, 2004). Desse modo, as “vozes” existem em um determinado meio social e estão sempre conectadas a outras “vozes”, mesmo que essa conexão não esteja explicitada nos discursos (BARROS, 2003).

Os enunciados construídos pelas participantes sobre o benefício do PBF são indicativos dessa questão. Neles, é possível entrever a presença de vozes como a que aparece na citação de Zimmermann (2006) antes mencionada. É o caso dos enunciados abaixo transcritos, frutos, também, da minha pergunta sobre o que lhes ocorria quando escutavam a expressão “Bolsa Família”:

[...]

Francisca: *É, e eu acho que, é uma ajuda também boa, né, pra muita gente, né, principalmente pras família carente, né, porque tem delas mermo que precisa mermo, né, dessa ajuda, né, eu acho bom... só [risos].*

Graça: [...]. *É muito, muito bem aceito e poderia ser muito bem administrado também, porque é uma boa ajuda.*

Neta: [...]. *Eu num acho que seja uma boooa colaboração não, mas, a vista de muitos pontos de vista, dá para amenizar alguma coisa. [...].*

P: *Mas, quando tu diz assim: “eu acho que não é uma boooa colaboração”, tu diz em que sentido?*

Neta: *Porque eu acho o mínimo.*

[...]

Neta: [...]. *tem gente que pensa que dá pra viver só com aquela milha no bolso, com o Bolsa Família, e não dá! Porque é o mínimo.*

(GF1, 14/10/2009).

Ainda de acordo com a perspectiva dialógica bakhtiniana, a enunciação e o seu produto, ou seja, o enunciado, entendido como a unidade da comunicação discursiva (FREITAS, 1996), não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim como parte de toda uma cadeia de comunicação verbal. Em outras palavras, todo enunciado remete-se a outros enunciados que o antecederam e pressupõe os que o sucederão, integrando um processo ininterrupto de interação verbal. Até mesmo um texto escrito, como bem ilustra o próprio Bakhtin (1988), mesmo que aparente certa imobilidade, constitui-se como parte de uma interação verbal, posto que está entrelaçado a elaborações precedentes, endossando-as e, ou questionando-as, e antecipa possíveis compreensões ao que ele veicula.

Na interação acima explicitada, é possível perceber com nitidez que Neta constrói seu enunciado a partir de determinados elementos dos enunciados anteriores, procurando, neste caso, se contrapor ao sentido de “*boa colaboração*” produzido pelas suas interlocutoras imediatas. Mais uma vez, aqui, o caráter dialógico da linguagem (BAKHTIN, 1988) torna-se perceptível, reforçando a idéia de que a significação deve necessariamente ser analisada em termos de uma construção social e interativa, e não como um processo privativo de cada sujeito isoladamente. A esse respeito, Bakhtin (1988, p. 132) assinala:

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. É como uma fâsca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos [grifo do autor].

O autor adverte, porém, que o interlocutor não precisa, necessariamente, estar presente fisicamente, ainda que sua existência seja pressuposta. Como explica Freitas (1996, p. 135), “o ouvinte ou leitor é assim um outro – presença individual ou imagem ideal de uma audiência imaginária”. Desse modo, o diálogo não se restringe a uma situação explícita de comunicação face a face, pois inclui a comunicação verbal como um todo. Assim sendo, é presumível que existam outros interlocutores, além dos que se encontram fisicamente presentes na ocorrência concreta de uma interação. No caso do primeiro grupo focal isso se evidenciou, por exemplo, neste enunciado de Graça:

Graça: *Eu encontrei uma família que... tava passando bastante necessidade e tava havendo inscrições pro Bolsa Família e essa pessoa, esse casal falaram que não ia atrás do Bolsa Família porque o Bolsa Família era uma esmola, ele ia mais antes lutar pelo uma aposentadoria pra esposa, porque tava com problema que achava que era coisa demorada, né, do problema, e aí não foram atrás de se cadastrar no Bolsa Escola, no Bolsa Família, porque preferiu lutar por uma coisa maior...*
(GF1, 14/10/2009).

Graça trouxe para a situação outros interlocutores e outras vozes sobre o PBF que circulam no tecido social e que compõem as múltiplas redes de significações que se articulam na constituição do desenvolvimento de cada pessoa (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). Ao fazê-lo, foi “porta-voz” de um sentido bastante corrente sobre o PBF, qual seja, o de que ele seria uma “esmola oficial” (MOURA, 2007; BELO, 2009).

De fato, não é raro depararmos-nos com este sentido, notadamente em comentários jornalísticos de “formadores de opinião”, veiculados cotidianamente pela imprensa (MOURA, 2007; BELO, 2009). As múltiplas redes conectam-se, portanto, mediante processos dialógicos intersubjetivos. Desse modo, “a rede em que uma pessoa se encontra imersa articula-se com outras redes de várias outras pessoas e grupos [...]” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 29).

Ao colocar o enunciado de Graça para a apreciação das demais participantes, deparei-me com pistas que me indicavam que a produção de sentidos sobre o Bolsa Família em alguns enunciados trazia consigo a noção, entre elas, de uma espécie de “condição de beneficiária”, necessária ao público do PBF. A seguir, transcrevo o contexto no qual as participantes, após identificarem discursos produzidos no corpo social, produzem enunciados a fim de respondê-los:

P: O que vocês pensam disso que algumas pessoas acham, né, que o Bolsa Família é uma esmola, o que é que vocês pensam disso?

Neta: Pelo o que ela falou aí, não é nem que seja uma esmola, é porque ele indo atrás talvez da aposentadoria porque a pessoa ta doente é uma coisa garantida, aonde o Bolsa Família, apesar de ser pouco, não é garantido.

Lia: Sim, mas aí de um em um, a galinha... de um em um... **se ele tivesse tanta necessidade**, esse pouquinho que ele recebesse não ia servir pra ele?!

Graça: Ia servir né, o pouco que recebesse dava pra servir, dava pra ajudar a necessidade.

[...].

Tereza: Eu não penso isso não, negócio de esmola não. Eu não penso assim não. Eu penso tem muita gente que depende desse dinheiro [...].

Maria: Não, eu acho assim, o que essas pessoas que pensam sobre ser uma esmola, **acho que essas pessoas não tão precisando, porque são pessoas orgulhosas**, eu acho assim que existe o orgulho e que eles tão sendo egoístas. Querem muito dinheiro, querem muita coisa [...] aí eu acho assim, assim, que pra mim é pouco, mas é importante, eu ter esse dinheiro e é **pra quem precisa**. Eu acho que **essas pessoas que diz isso é porque não tão precisando**.

(GF1, 14/10/2009).

Esses enunciados sugerem que, para ser beneficiária do PBF, é preciso ter necessidade. Esta, todavia, parece não se definir por um critério exclusivamente econômico. Para as participantes do grupo focal, é preciso, sobretudo, não ser “orgulhoso” e aceitar o benefício de bom grado, mesmo que seu valor seja pequeno. Assim, é questionada a “real condição de necessitado” de quem, por algum motivo, escolhe não se “candidatar” ao ingresso no Programa.

Além disso, mesmo com relação ao quesito econômico, a idéia de “necessidade” parecia bastante restrita no discurso das mulheres. Conforme dá a entender o enunciado de Lia

acima inscrito, não basta ao beneficiário necessitar, senão que é imperativo que ele necessite muito. Neta também suscita esta conclusão no comentário subsequente:

P: E o que é que é preciso pra pessoa receber o Bolsa Família? Qualquer pessoa pode receber? O que é que é preciso pra receber?

Neta: Não. Qualquer pessoa num pode receber não.

P: Não?

Neta: Se for uma família que tem mais de um salário, não precisa receber o Bolsa Família, porque não tem necessidade.

(GF1, 14/10/2009).

Para compreender a situação acima explicitada, é importante mais uma vez pontuar que os processos interativos desenrolados em contextos específicos, como o desta pesquisa, estão necessariamente imersos *em* e são fatalmente penetrados *por* uma matriz sócio-histórica que, por sua vez, é constituída por aspectos políticos, econômicos, culturais e históricos (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004). O modo como se articulam estes aspectos e os demais elementos de ordem pessoal e relacional é crucial para a produção das significações numa dada situação. Assim sendo, considero possível compreender a concepção de Neta anteriormente apresentada como produzida mediante a articulação de, pelo menos, duas dimensões.

A primeira destas dimensões diz respeito a um elemento de cunho particular: Neta foi desligada do PBF porque seu companheiro passou a receber um salário mínimo, fato que, teoricamente, destituiu sua família da condição de “necessitada” do Programa. A segunda dimensão - que, a meu ver, também interfere na produção das demais participantes acerca do que denominei de “a condição de beneficiária” do PBF - relaciona-se com uma característica histórica fundamental das políticas sociais brasileiras: a focalização nos “mais pobres dentre os pobres” (SPOSATI, 2002, p. 13). Em função dessa grande marca, Sposati (2002, p. 11) chega a afirmar que, nos países de regulação social tardia, não se desenvolveram, efetivamente, políticas sociais para cidadãos, e sim “práticas e programas para necessitados”.⁴⁰

Conforme apontei no capítulo anterior, práticas desse cunho contribuíram para a produção, no universo simbólico da sociedade brasileira, da figura do “carente” e do “necessitado”, distanciando desse universo a noção de cidadão (TELLES, 1998). Deslocamentos como esses, portanto, parecem ainda ressoar na produção de sentidos relacionados ao PBF.

⁴⁰ Mota (2008), ao abordar as configurações que assumiu a seguridade social brasileira na década de 1990, anuncia uma tendência de constituição, a um só tempo, das figuras do “cidadão-consumidor” e do “cidadão-pobre”, sendo este objeto da assistência social.

Atualmente, a focalização também se constitui como ponto nodal de críticas ao PBF. Nesse sentido, estudiosos como Senna *et al* (2007, p. 88) argumentam:

Sobre a focalização do Programa, um primeiro aspecto a considerar é o uso da renda monetária como critério único de seleção das famílias, o que é largamente criticado na literatura especializada. Com efeito, somente a renda não é suficiente para qualificar a pobreza, fenômeno multifacetado que engloba outras dimensões de vulnerabilidade social, tais como: saúde, esperança de vida, educação, saneamento e acesso a bens e serviços públicos, que vão além da privação de bens materiais (TOWSEND, 1993; SEN, 2001). Ademais, a definição arbitrária de um valor per capita muito baixo tende a impossibilitar a inclusão de famílias que, apesar de situadas em uma faixa de renda um pouco acima do valor definido, encontram-se também em situação de pobreza .

O trecho que segue ilustra, mais uma vez, a reflexão acima desenvolvida e culmina com um mote para o próximo ponto a ser discutido, relativo ao(s) uso(s) do benefício.

P: Gente, e se, é... vocês tivessem na frente de uma pessoa que não conhece o Bolsa Família, que nunca ouviu falar, como é que vocês explicariam para essa pessoa o Bolsa Família, o que é que é o Bolsa Família, pra que que ele foi criado, como é que ele foi criado, como é que vocês explicariam para essa pessoa?

*Lia: Bom, eu explicaria que o Bolsa Família é apenas uma ajuda de custo pras pessoas mais necessitadas e... (risos)... deu branco. Eu explicaria assim, que o Bolsa Família é só pra pessoas que tinha necessidade realmente, porque, do que a gente sabe é que tem muita gente que não tem necessidade e que recebe o Bolsa Família, né, e **que num tem nenhum fim pra esse, pra esse dinheiro que recebe [...]**. (GF1, 14/10/2009).*

A questão da(s) finalidade(s) e dos(s) uso(s) do benefício foi um tema que perpassou bastante o debate com as mulheres durante os dois encontros do grupo focal. Graça, inclusive, chega a apontar a habilidade no uso do benefício como um atenuante do seu pequeno valor: “[...] é pouco, mas que quem sabe administrar dá pra fazer uma boa, uma, uma... dá pra ter uma boa ajuda no final do mês [...]” (GF1, 14/10/2009).

O tema referido vinha, sobretudo, com um teor de denúncia em relação aos “maus usos” do benefício por parte de alguns beneficiários e, presumivelmente, com a insinuação do que seria um “bom uso”. A fim de ilustrar esta assertiva, apresento, a seguir, a continuação do enunciado de Lia acima exposto:

Lia: [...]. Uns gastam, é, sem necessidade, porque a gente, eu, pelo menos, quando eu recebia o Bolsa Família, eu acredito que... eu aproveitei o máximo, com esse dinheiro. Quando eu num tinha como pagar a minha energia, sabia que no final do mês eu tinha que fazer isso, isso e aquilo. Então eu me programava: “esse mês dou um pouquinho pra poder pagar a minha energia, minha água, pra que não cortem minha água e minha energia”. Na maioria do pessoal pobre, ele se esquecem que tem uma água e uma luz, aí

empurra o pau a gastar ainda com coisa que num tem nem necessidade. Ai quando chega o final do mês falta água pra pagar, falta isso, aí a pessoa se desespera, então num planeja uma coisa que é pra ser, que é pra ser isso tem que ser pra aquilo.
(GF1, 14/10/2009).

Também são elucidativos da afirmação que expus logo acima os seguintes comentários produzidos no primeiro grupo focal:

***Neta:** Tem gente que usa o dinheirinho do Bolsa Família [em tom irônico], que é pra uma necessidade, pra uma precisão, ele usa pra beber, usa pra jogar... [Outras concordam e complementam]:... Pra droga...*

***Lia:** ... farreando, bebendo...*

***Neta:** É!!*

***P:** E vocês acham que então o dinheiro do Bolsa Família ele tem que ser usado só pra algumas coisas?*

***Lia:** É, só pra o que necessário, pra, pra... até pra comida dos filho mesmo e muito deles não dão pros filho e vão é beber, que a gente foi testemunha e já teve, assim, pessoas que recebiam o Bolsa Família e a gente ia até a casa deles, e quando chegava lá eles tavam bebendo, se drogando e as criança morrendo de fome lá no canto.*

***Neta:** Bota até pra pedir esmola... pra eles mesmo, que nem acontece, que às vezes eu tou nas feira e eu vejo aqueles pai que é beneficiado pelo Bolsa Família e tudo bebendo perto dos peixeiro lá e botando as criançinha pra pedir, e as criançinha vem pedir e a gente dá e quando a gente vai ver tão lá dando os pai pra beber.*

(GF1, 14/10/2009).

Senna *et al* (2007) apontam que algumas avaliações acerca dos programas brasileiros de garantia de renda mínima elegem a liberdade de escolha dos produtos pelos beneficiários como uma das vantagens desses programas. Contrariando esta perspectiva, é bastante comum encontrar, na opinião pública de um modo geral, julgamentos em torno dessa liberdade de escolha. Com base em supostos fatos corriqueiros, estes julgamentos, muitas vezes, constroem a concepção de que o PBF não estimula a erradicação da fome, como se propõe, mas sim favorece o desenvolvimento de comportamentos socialmente reprováveis e, até, delinquentes.

Em relação a isso, lembro-me que, recentemente, foi divulgada uma reportagem em um jornal televisivo regional que denunciava a utilização do cartão do PBF como moeda de pagamento de usuários de drogas para traficantes. Esse é apenas um exemplo de uma série de notícias e comentários desse cunho que circulam comumente no cenário social, cujas vozes se presentificam nos enunciados das beneficiárias, participando, por conseguinte, da produção das significações que elas constroem sobre o Programa.

Portanto, considero plausível depreender que o sentido segundo o qual o benefício muitas vezes é usado de maneira errônea é produzido na articulação de discursos como o que ora expus com eventos e experiências do dia-a-dia das participantes deste estudo.

Como consequência dessas concepções acerca do(s) uso(s) do benefício, há sinais, nos enunciados das mulheres, de que o “uso correto” do benefício passe a ser um critério para a permanência da família no PBF. É o que pode ser constatado nestas respostas à minha pergunta sobre o que elas mudariam no Programa, caso pudessem alterá-lo:

P: [...] se vocês pudessem mudar alguma coisa no Bolsa Família, o que é que vocês mudariam?

[...]

Graça: Outra coisa que poderia um... que poderia mudar, era que muitas vezes eles deixam de dar assistência as pessoa mesmo que tem desejo de crescer na vida, mesmo com essa ajuda, pra dar a esses tipos de pessoas que só querem pra “extrair”, pra estragar o dinheiro com coisa que não tem nada a ver e às vezes a própria criança não se beneficia desse dinheiro.

P: Como assim, Graça? Dá um exemplo?

Graça: Do exemplo que essas menina falaram aqui, né, dessas mãe que recebe o Bolsa Família e não dá valor, vai gastar com coisas em vão, num caso desse, eu mudaria que, se tivesse uma prova e tivesse certeza que isso aconteceria, que essa pessoa não participasse do projeto.

Neta [procurando complementar a fala de Graça]: Tivesse uma fiscalização que fosse lá, presenciasse aquilo, e já que ela precisa e ela ta utilizando pra aquilo, tirasse dela e dessa pra uma pessoa que realmente fosse saber fazer proveito daquele dinheiro (GF1, 14/10/2009).

A necessidade de fiscalização, mencionada neste enunciado de Neta, foi outro tema constante nos enunciados das participantes deste estudo. A manifestação deste tema vinculou-se, principalmente, ao sentido de que a operacionalização do PBF é permeada de irregularidades. É sobre essa e outras questões ligadas à execução do Programa, então, que passo a discutir doravante.

3.3. Os sentidos sobre a operacionalização do Programa

Durante os dois grupos focais, a idéia de que há irregularidades na execução do PBF ora aparecia de maneira implícita, ora de forma explícita. Exemplo do modo implícito pode ser observado na situação abaixo apresentada, referente à diferença de valores do benefício entre as famílias:

Nilá: Porque tem gente, né, que recebe muito mais, a minha irmã recebe 123,00, eu acho que...

Zenilde: ... por causa dos meninos, né?

Nilá: É, porque o dela é mais menino, o meu só é um. Eu queria saber porque tem gente que tem uma criança, e às vezes nem tem, uma senhora lá que não tem e recebe setenta reais e eu recebo trinta, né, a Regional disse que é porque eu só tem uma criança, aí eu num entendo.

[Alguém disse]: Mas não pode!

Nilá: É porque tem gente que não tem ninguém, uma senhora lá recebe setenta... [nesse momento, várias interferiram e falaram ao mesmo tempo].

Zenilde: É num sei o que da família.

Nilá: Eu queria saber o porque, né, ela disse que é pq eu tenho só um filho, eu disse: “valha, porque tem gente que recebe mais!”

(GF2, 28/10/2009).

Como é possível notar, Nilá insinua que existem famílias que recebem mais do que deveriam, uma vez que estas famílias não possuem crianças em sua configuração. Essa situação levou-me a refletir sobre a questão da matricialidade sócio-familiar, um dos eixos estruturantes do SUAS, como mencionei no capítulo anterior.

A ênfase na família reflete o intuito de suplantar a histórica focalização das políticas sociais em segmentos como crianças e adolescentes, por exemplo (BRASIL, 2004a). No que concerne aos programas de transferência de renda, o PBF, de certo modo, avançou nesse quesito, considerando que os programas anteriores contemplavam apenas determinados grupos, como gestantes, nutrízes e crianças. Autores como Senna *et al* (2007) reconhecem este avanço, mas advertem que o Programa ainda restringe o acesso de famílias que não possuem filhos, as quais só são contempladas se consideradas “extremamente pobres” (BRASIL, 2009a).

Sobre essa questão, os autores comentam:

Um aspecto ressaltado como inovador na legislação e documentos oficiais do PBF é o foco na família. Porém, um estudo mais acurado da concepção do Programa reitera antigas preocupações em que ainda persiste a priorização de ‘clientelas’ tradicionais das políticas sociais, ou seja, crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes. (SENNA *et al*, 2007, p. 93).

Apesar da intenção de superação da focalização expresso no modelo de gestão do SUAS, portanto, é perceptível que essa marca histórica ganha novos contornos na atualidade e ainda ressoa no imaginário social. Considero que a fala de Nilá, assim como outras falas em que as mulheres expunham a quantia dos seus respectivos benefícios – nas quais a presença ou não de crianças aparecia como um critério quase que exclusivo para a justificativa daqueles valores – representam indícios dessa reflexão.

É importante ressaltar, contudo, que já é possível identificar efeitos da matricialidade sóciofamiliar nas compreensões que algumas beneficiárias constroem sobre o Programa. Exemplo disso pode ser encontrado nesta fala de Graça, na qual ela situava o processo de criação do PBF:

[...] Depois do Bolsa Escola foi que surgiu, por último, o Bolsa Família, onde independente de, de idade, ou que tivesse filho ou não, ficasse a, o Bolsa Família como sssegurança de... você ter ali no Cadastro Único, ficar...aquele, aquela...junção de todos esses projetos, entrando mais esse como ajuda, beneficiando [...].
(GF1, 14/10/2009).

Isso remete ao caráter complexo e dinâmico da significação (ZANELLA *et al*, 2004; GÓES; CRUZ, 2006), processo no qual ocorre, constantemente, a transformação de significados já estabilizados e a criação de novos sentidos. Além disso, demonstra que o surgimento de novos sentidos resulta da complexa articulação de elementos da matriz sócio-histórica na qual o sujeito se encontra inserido (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

A configuração desta matriz, portanto, possibilita e delimita a emergência de certos sentidos. Este processo, todavia, se dá de forma singular para cada sujeito, cuja participação ativa contribui, conseqüentemente, para que aquela matriz possa ser conservada ou reconstruída. A complexidade desse processo é ricamente expressa nesta reflexão de Smolka (2004, p.44):

Onde se ancoram, então, as possibilidades de significação, de compreensão, de conhecimento, de sentido? Nas *práticas sociais*, na experiência partilhada (nunca a “mesma” para todos), como lugar das relações interpessoais, que vão *acontecendo*, vão se legitimando e se instituindo; e na história dessas relações, tornada possível pela dimensão discursiva dessas práticas, que implica a memória afetada pelo discurso. Não há sentido pré-definido, não há teologia. Há múltiplas determinações que vão produzindo sentidos também múltiplos... A produção é inescapavelmente conjunta, a resultante nem sempre controlada... A significação, como produção de signos e sentidos, é (resultante de) um trabalho coletivo *em aberto*, que implica ao mesmo tempo, acordo mútuo, estabilização, e diferença (inter-in-compreensão constitutiva...). Há sempre algo possível/passível de ser comum, e há sempre heterogeneidade. [grifo da autora].

Fundamentada nessas características dos processos de significação é que compreendo a co-existência de perspectivas com traços focalistas e universalistas nas significações que foram produzidas pelas participantes desta pesquisa.

Como mencionei no início dessa breve reflexão sobre a questão da matricialidade sóciofamiliar, o sentido de que há irregularidades na operacionalização do PBF também foi expresso de maneira explícita pelas mulheres desta pesquisa. Muitas vezes, isso ocorria num

contexto em que elas mencionavam episódios de adulterações no processo de cadastramento das famílias. Eis uma situação em que isso aconteceu:

Lia: *E eu já vi lá no CRAS da Serrinha, eu já vi foi assim, pessoas, homem que se separa da mulher ou então a mulher se separa dos homem aí arranja outro marido, outra mulher, aí a mulher vai e faz o cadastro, aí o marido com outra mulher vai e faz o cadastro, ele faz o cadastro num canto e a mulher faz noutro, aí, quer dizer, que ele se dá bem né, porque se ele tem duas mulher, as duas mulher faz o cadastro.*

Maria: *Aí tira da boca daquele que precisa, aí é o que acontece, né.*

P: *Mas não pode aparecer lá? Do jeito que aparece quando a pessoa tem carteira assinada, não pode aparecer que ele ta em dois cadastros não?*

[Várias respondem]: Pode.

Neta: *Pode. Se procurar pode, mas muitas vezes nem chegam a procurar.*

Maria: *...porque é muita gente...*

[...]

P: *Então vocês acham que tem gente que...*

Neta [interrompe a pergunta e fala]: **Tem muita irregularidade.**

Maria: **É**

P: *... que acaba dizendo de um jeito diferente pra poder receber?*

[Várias respondem]: “Hum rum”.

(GF1, 14/10/2009).

Essa questão também ficou evidente no momento em que eu questionei como podia uma família receber o benefício sem, supostamente, dele necessitar, já que elas faziam muitas menções a estes casos. Abaixo transcrevo essa situação:

P: *Gente, aí vocês disseram que, é... que o Bolsa Família, né, é uma ajuda pras pessoas que necessitam. Mas vocês também disseram que tem gente que recebe e não necessita. Então, como é que é? Como é que fica isso?*

[Breve silêncio].

P: *... É pras pessoas que necessitam, é uma ajuda pras pessoas que necessitam, mas, vocês acham que tem gente que recebe que não necessita.*

Neta: **Tem!**

P: *Como é que isso acontece?*

Neta: *Na hora da inscrição, eles faz algum, algum, bolo, alguma coisa lá que não tem como eles pegarem a informação na hora e faz o cadastro.*

P: *E aí...*

Neta [interrompe e continua]: *Às vezes, com o tempo, alguns são descobertos, outros não, continuam na fraude. Você tira pelos governantes mesmo de fora, que nem tinha... uma pessoa aí que foi [??], uma mulher, que tinha várias pessoas incluída no Bolsa Família da família dela, recebendo. Tira pelos outros.*

(GF1, 14/10/2009).

Tendo em vista o pressuposto de que, segundo a perspectiva bakhtiniana, a questão da significação passa necessariamente pela noção de dialogismo (BRAIT, 2005), compreendo que o sentido de irregularidade atribuído à operacionalização do PBF deve ser analisado a partir da inter-relação dos enunciados acima expostos com outros circulantes no cenário social. Isso

porque, qualquer pensamento humano “[...] nasce, forma-se e transforma-se sob efeito da interação contínua e permanente com o pensamento alheio, com uma assimilação, mais ou menos criativa, das palavras dos outros” (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA, 2008, p. 239).

Nesse sentido, ao buscar atentar para outros enunciados sobre a temática em foco, observei o quanto é notório que, desde de sua implementação, o PBF é objeto de inúmeras denúncias de irregularidades (MOURA, 2007). Isso pode ser confirmado com esta citação:

Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2005, várias reportagens veiculadas nos diversos meios de comunicação denunciavam fraudes no processo de cadastramento, seleção, entrega de cartões e acompanhamento das condicionalidades estabelecidas pelo PBF. Tais denúncias tiveram repercussões importantes na sociedade civil e no Governo Federal (SENNÁ *et al.*, 2007, p. 94).

Decerto, reportagens e denúncias desse tipo acompanham os seis anos de desenvolvimento do PBF. Vejo, assim, que a interação das beneficiárias com essas notícias, bem como com acontecimentos cotidianos sugestivos de fraudes no CadÚnico, fornecem condições para a produção do sentido de irregularidade atribuído à operacionalização do Programa.

Como alternativa para a superação dessas supostas irregularidades, as mulheres apontaram a necessidade de um acompanhamento mais rigoroso dos dados cadastrais das famílias, a fim de verificar a veracidade das informações declaradas. Houve, ainda, a alusão à possibilidade de denunciar os casos, embora esta opção tenha sido assinalada como um tanto quanto infrutífera. Trago, abaixo, um episódio da interação no grupo focal que ilustra essas questões:

Neta: [...] porque eu acho que dentro desses cadastro do Bolsa Família, dessas pessoa que anda, assim, que trabalha mermo dentro do Bolsa Família, que faz pesquisa, que faz algumas coisas por fora, essa gente devia sair pesquisando, realmente, pra ver como tem tantas família, mesmo no bairro onde a gente mora, que não tem necessidade de receber e recebe. Porque são várias pessoas aposentadas dentro de casa, várias pessoas que trabalha, tem o seu salário fixo e fica ganhando enquanto outras pessoas que tem mais necessidade, que precisa realmente, num recebe. Isso acontece muito.

P: Vocês também vêem isso que ela tá dizendo? [dirigi-me às demais].

[Elas fizeram sinal afirmativo]

Neta: E eu já cheguei até a falar, só que as pessoas dizem que a gente tem que denunciar. Como é que denuncia?! Porque se eu fui na própria regional, quando eu fui fazer meu Cadastro Único, agora pela segunda vez e... falei e... num tinha como eu provar. Por que? Porque num tinha uma pessoa que fosse lá comigo pra comprovar isso. E eu vendo... posso dizer que isso acontece, acontece e eu tenho como comprovar?! Se eu num tenho uma pessoa que “teje” lá, “teje” inteirada nesse caso, e vá lá comigo ver?!

P: E vocês sabem como é que isso acontece, uma pessoa, pelo que vocês tão dizendo, uma pessoa que não... [Lia começa a responder antes que eu termine de fazer a pergunta].

Lia: Porque mentem. Vão fazer o cadastro e mentem.

P: Na hora de fazer o cadastro?

Lia: Na hora de fazer o cadastro. Porque o que vale é o que comprova ali. Ela leva o papel de energia ou então... eu sei lá... de uma casa, de uma casa que ta alugada... eu sei que mentem! Porque lá num tem como a gente dizer o que ta certo o que ta err..., num tem como a gente dizer se ta certo se ta errado, né, porque o que comprova é o que ta ali, né, se a pessoa leva: tantos meninos, com nome, porque tem que levar... eu acredito que só se for assim, né, mentem, né.

Neta: Tem gente que tem enrolação nas próprias famílias que fazem o cadastro. É por isso que eu digo que tinha que ter, assim, uma pessoa pra avaliar bem esses casos aí.

P: Vocês acham que tinha que ter mais fiscalização?

Lia: Mais fiscalização.

Neta: Eu creio que sim.

Tereza: Com certeza.

(GF1, 14/10/2009).

Julgo oportuno, neste momento, refletir sobre a importância da efetivação do controle social no desenvolvimento do PBF. Na análise de Senna *et al* (2007, p. 92), o controle social é “possivelmente uma das facetas mais frágeis do PBF. Essa fragilidade ficou mais exposta após as diversas denúncias, veiculadas na mídia, sobre os casos de corrupção no processo de cadastramento único em diversos municípios brasileiros”.

Frente a essa situação, o Governo Federal, através da Portaria nº 246 de 20 de maio de 2005, estabeleceu a necessidade de criação de Instâncias de Controle Social (ICS) nos municípios, cujas funções são de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do PBF. Essas instâncias devem ser compostas por integrantes de diferentes setores, tais como saúde, educação e assistência social, e possuir a mesma quantidade de representantes do Governo e da sociedade civil. Entre estes, podem estar incluídos os próprios beneficiários do PBF (BRASIL, 2009c).

A institucionalização do controle social é, sem dúvida, um grande desafio, haja vista a precária tradição democrática do poder público no Brasil (SENNA *et al*, 2007). A superação desse desafio, com a efetivação e o contínuo fortalecimento das ICS, certamente poderão contribuir para que novas significações sobre o enfrentamento de irregularidades na operacionalização do PBF sejam produzidas.

Uma das atribuições das ICS é a de verificar se as famílias têm real acesso aos serviços relativos às condicionalidades necessárias para a sua permanência no PBF (BRASIL, 2009c). A questão das condicionalidades figura como um tema nodal em análises sobre o PBF, em torno da qual circulam diversos pontos de vista (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; WEISSHEIMER, 2006; ZIMMERMANN, 2006, 2008; SENNA *et al*, 2007).

Curiosamente, é sobre este tema que mais gravitam as argumentações tanto dos defensores do PBF, quanto dos seus críticos. A citação abaixo é ilustrativa dessa afirmação:

A exigência de contrapartidas é, portanto, um ponto central do desenho do PBF e vem se traduzindo em uma questão bastante polêmica. A controvérsia aparece, por um lado, no reconhecimento de que as condicionalidades do programa têm potencial de pressionar a demanda sobre os serviços de educação e saúde, o que, de certa forma, pode representar uma oportunidade ímpar para ampliar o acesso de um contingente importante da população aos circuitos de oferta de serviços sociais e, por outro lado, se traduz na idéia de que, à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de obrigatoriedades, podem ser ameaçados os princípios de cidadania (MONNERAT *et al*, 2007, p. 1459).

Com efeito, como não há prazo estipulado para a permanência da família no programa⁴¹, essa permanência está atrelada à atualização e manutenção dos dados cadastrais e ao cumprimento de condicionalidades pela família, sob pena do seu desligamento do programa.

Durante o processo empírico desta pesquisa, a temática das condicionalidades se fez presente tanto em momentos da observação-participante, quanto nos encontros do grupo focal. No primeiro caso, isso se deu de maneira sutil, especialmente quando elas comentavam o recebimento de algumas advertências relativas à necessidade de atualização cadastral, bem como à frequência dos filhos na escola. Nos encontros do grupo focal, por sua vez, a referida temática foi abordada de forma mais contundente.

Desse modo, logo no início do primeiro grupo focal, Graça fez referência às contrapartidas delegadas às famílias beneficiárias do PBF. Na ocasião, ela respondia àquela pergunta na qual indaguei sobre como elas explicariam o PBF para alguém que, por ventura, não o conhecesse. Então, disse ela:

Graça: Sim, eu diria que, nós sabemos que... o Bolsa Família ele também, o Governo também liberou mas também, ele... ele também exige direi... é, direitos e deveres, né. Nós temos o direito de receber, como nós também temos o... o dever de cumprir com os nossos compromissos [...].
(GF1, 14/10/2009).

Assim, tendo como mote esta fala, procurei abordar a compreensão delas sobre o tema das condicionalidades:

⁴¹ Embora não haja um prazo estipulado para a permanência da família no PBF, o MDS prevê a realização de ações que fomentem a independência das famílias em relação ao Programa. É o que alguns autores denominam de “portas de saída” dos Programas de Transferência de Renda (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007; WEISSHEIMER, 2006; SENNA *et al*, 2007). Algumas ações desenvolvidas nos CRAS pretendem impulsionar esse processo de autonomização das famílias. O Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza, do qual participam as mulheres desta pesquisa, constitui-se como uma iniciativa dessa natureza.

P: [...] Gente, a Graça, teve uma hora que ela falou, de direitos e deveres, né, existe alguma, alguma obrigação que a pessoa que recebe o Bolsa Família, a família que recebe o Bolsa Família tem que cumprir?

[Algumas respondem]: Hum rum.

Maria: Tem.

Tereza: Tem sim.

P: Quais são?

Tereza: os filhos no colégio...

Lia: Primeiro os filhos tem que ta na escola, né, segundo o acompanhamento do posto, do... do posto, e... sempre procurar os benefícios que vem pra...

Maria: E assim, se a pessoa mu... é, se mudar de endereço, aí tem a obrigação de ir lá... mandar re...

Graça: Atualizar.

Maria: ... atualizar os seu...

[Outras interrompem tentando auxiliar Maria na explicação]:... o novo endereço.

Maria: ... o novo endereço, porque, é... eles são tudo controlado, sabe?

P: Mais alguma obrigação?

Lia: E também outra obrigação é que no...no, assim, na... eu acredito que seja uma obrigação porque você só tem “baixa renda” se você tiver uma, uma quantia “x” de energia. Por exemplo: 80KW, né, você tem que ter. Se você...

Maria: passar.

Lia: ... passar, você não tem direito, mas se você tiver até 80, você tem direito à “baixa renda”. E só quem tem a “baixa renda”, quem tem o Bolsa Família, tem também a baixa renda, então, é uma obrigação da pessoa é... economizar energia.

Maria: Hum rum, é.

(GF1, 14/10/2009).

Lia se referiu à Tarifa Social de Energia, um benefício, em forma de desconto na tarifa de energia elétrica, concedido a famílias de baixa renda cujo consumo mensal encontra-se entre 80kWh e 220kWh (BRASIL, 2010). Para ela, um dos critérios necessários para o recebimento deste benefício, isto é, o consumo limitado de energia, configura-se também como condição para a permanência da família no PBF. É interessante perceber aqui a forte presença da lógica da condicionalidade vinculada ao Programa.

Dentre os idealizadores e estudiosos do PBF, em meio às distintas perspectivas circulantes sobre a questão das condicionalidades, é possível encontrar aquelas que são contrárias à existência dessas contrapartidas, sob a alegação de que não se pode condicionar um direito constitucional ao cumprimento de algumas exigências (SENNA *et al*, 2007). Em consonância com este prisma, Zimmermann (2006, p.153) argumenta que “sob a ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos”. Assim, os adeptos dessa perspectiva concebem que a existência de condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda limita a efetivação dos direitos, visto que não se garante sua incondicionalidade.

Ao suscitar a avaliação, por parte das participantes desta pesquisa, da questão das condicionalidades do PBF, apareceu, com bastante intensidade, o sentido de que a existência de contrapartidas por parte da família é algo importante e indispensável. A seguir exponho uma situação em que isso se evidenciou:

P: *E o que é que vocês acham dessas obrigações, né, de ter que ter essas obrigações pra poder receber o benefício?*

Neta: *Eu acho, na minha opinião, que mesmo recebendo o benefício ou não, a gente como os pais tem que ter a obrigação de ter a criança no colégio. Eles num dão a escola de graça? Num dão o fardamento de graça? Os livros num são de graça? Ou com benefício ou não, a gente tem que manter os filhos da gente na escola. Com que vai dar educação, se num for com o colégio, se não for os pais? Ninguém vai dar educação! Então é outra coisa que a gente, nas nossas condições simples, é o que tem pra deixar pros nossos filhos. Assim como também o... os posto médico que eles fazem, né, que nem a policlínica, as policlínica que tem, os hospitais público que tem. Não é muuita coisa não, mas é, alguma coisa! Como pra vacinação, tem que manter em dia, porque tem muitas mães que descuidam disso aí e num fazem.*

Lia: *Pois é por isso que eu acho que é importante a obrigação, de ter obrigação, né, tem que ter! Porque, hoje tem família ainda que não tem a certidão de nascimento, a mãe não tem a certidão de nascimento! Eu acho que pra essa obrigação a gente tem que ter, a gente tem que manter, assim, acho que mais rígido ainda, pra poder as pessoas é... procurar, porque, hoje, eu e a Neta, a gente pensa que é obrigação nossa é botar os nossos filhos na escola, mas eu acho que é uma minoria, porque a maioria das mães e pai acha que escola e coisa... começou dezesseis anos, tem que trabalhar ganhar dinheiro e isso não interessa, né.*

P: *O que é que vocês pensam disso? [Dirijo-me às demais]. Alguém pensa diferente da Lia?*

Neta: *Eu concordo e às vezes até falta de informação de certo pais que já não teve a educação do jeito que é pra ser, aí acha que quando o filho chega na oitava série, pronto: já ta formado! Negativo, porque tem é... o ensino médio e tem cursinho, tem faculdade e tem muitas coisas a mais, quanto mais estudo melhor, só que as pessoas não pensam assim, pensam diferente, pensam o mínimo possível.*

P: *Mas todo mundo aqui pensa assim? Ou alguém pensa diferente?*

Maria: *Eu penso assim também [pausa]. Se bem que o meu... parou de estudar né, mas, por mim, ele ainda tava estudando.*

Lia [interrompendo a fala de Maria]: *Eu acho que mesmo com muitas pessoas consciente, eu acho que é mais do que importante que eles obriguem, obriguem [repetiu com muita ênfase] a família a botar os filho na escola, levar pro posto de saúde porque, eu acredito que só assim as coisas melhorem, porque hoje o pessoal são muito acomodado... Não querem levar o filho pra escola, não querem levar pro posto... fica aí e amanhece e os filho tudo no meio da rua e não tão nem aí, a maioria. Pessoas novas, assim, que... assim, tem pai também que o filho já com quatorze, dezesseis anos, já ta se prostituindo e já ta mãe, é pai, é... e não ta nem aí – “não, eu tenho que trabalhar, eu tenho...” e deixa ele aí e se vira... eu sei que há necessidade de, assim, que o pai tem que trabalhar e a mãe tem que trabalhar, mas eu acho que num... tem que ter obrigação! Tem-que-ter-obrigação! [falou pausadamente e enfaticamente].*

(GF1, 14/10/2009).

Essa situação é bastante ilustrativa do caráter eminentemente interativo dos processos de significação (BAKHTIN, 1988; VIGOTSKI, 2001). Nela, é possível perceber o eco de vozes

sociais como a que diz que a educação é única herança que um pai sem boas condições financeiras pode deixar para um filho, assim com a que profere que “o pobre” é acomodado. É visível, ainda, o embate entre a voz de um pai que precisa se ausentar de casa para o trabalho e a (implícita) voz que o acusa de deixar os filhos “soltos” na rua.

Com base no prisma bakhtiniano, Amorim e Rossetti-Ferreira (2008) explicam que a dialogicidade nos enunciados extrapola a alternância de falas dos sujeitos que discorrem numa dada situação. Os enunciados produzidos nesta situação, portanto, vinculam-se, de algum modo, a enunciados externos à estrita interação face-a-face. É nesse sentido que se considera o sujeito falante um “respondente”, posto que aquilo sobre o que ele fala já foi objeto do discurso em outras ocasiões. Nesse sentido, as autoras argumentam:

O objeto já foi falado, controvertido, esclarecido, julgado de diversas maneiras. Quando escolhemos uma palavra, as tiramos de outros enunciados, nos fundamentamos neles, polemizamos com eles, refutamos, confirmamos, completamos, supomos conhecidos, contamos com eles (AMORIM, ROSSETTI-FERREIRA, 2008, p. 239).

É válido ressaltar, contudo, que as peculiaridades da interação imediata também participam dos processos de significação. No episódio apresentado anteriormente, é evidente a conexão dos enunciados das mulheres entre si. A seqüência de falas de Neta e Lia, por exemplo, demonstra um caráter de concordância e complementaridade entre seus enunciados. Outro aspecto que também me chamou atenção foi o teor incisivo com o qual Lia desenvolvia sua argumentação, o que, no momento, pareceu intimidar a pronuncia das demais, dado o seu caráter contundente e aparentemente inquestionável. Inclusive, esta constatação me levou a insistir na pergunta às demais.

Nesse sentido, na seqüência daquela situação acima transcrita, procurei criar condições para que Maria continuasse a falar, já que ela havia sido interrompida:

P: *Maria, tu tava dizendo que teu filho deixou de estudar...*

Maria: *Foi, parou de estudar, mas eu fiz tudo pra ele continuar... porque ele parou de estudar porque queria trabalhar, aí ainda consegui e esse ano ainda se meteu nos estudo, foi dois meses, aí disse: “mãe não tem condição d’eu passar o dia trabalhando e a noite eu não dou condição”, aí, abandonou os estudo mesmo, não concluiu, o ensino médio, ta em aberto. Mas eu queria que ele, por mim, ele continuaria, se formaria né porque hoje em dia ta mais fácil, tem faculdade de graça né, tem até cursinho de graça, né e antigamente tudo era mais difícil e ele não quis.
(GF1, 14/10/2009).*

Ao contextualizar a saída de seu filho da escola, Maria faz a ressalva de que não ficou satisfeita com este fato, distanciando-se, assim, daqueles “tipos” de pais que as outras mulheres criticavam, isto é, os que não incentivam os filhos a estudarem. Seu enunciado, desse modo, funcionava como uma resposta aos demais. Esse tipo de análise se faz importante na medida em que oferece pistas para que as significações produzidas naquele contexto sejam compreendidas no fluxo das interações que ele comporta, e não como resultados de processos exclusivos de cada pessoa isoladamente.

Remetendo-me, ainda, à situação interativa ora abordada, chamou-me atenção o fato de que a legitimidade das condicionalidades do PBF não foi posta em cheque pelas mulheres, mesmo quando elas se depararam com relatos de dificuldades em relação ao cumprimento dessas exigências, como foi o de Maria. Tal legitimidade pode ser percebida, ainda, no trecho abaixo, relativo a um outro momento do primeiro grupo focal.

P: [...] Se vocês pudessem mudar alguma coisa no Bolsa Família, o que é que vocês mudariam?

[Breve silêncio].

[Alguém disse]: Vixe Maria. [risos].

Graça: O que poderia mudar era esse jeito de cadastramento, né, de ficar todos os ano todo mundo fazendo e é só renovando o cadastro e... poderia, assim, a idéia né das pessoa pesquisar mesmo se aquelas pessoa que precisam mesmo ou não.

P: A questão da fiscalização?

Graça: Questão da fiscalização... que podia mudar.

Maria: É.

[...]

*Lia: Que tivesse bastante fiscalização, mudasse o Bolsa Família, por exemplo: é pra pessoas carente, eu tou carente? sim, mas você é carente por que? O que você precisa fazer pra sair dessa vida? O que tem que fazer? Botasse os filho na escola, botasse a mãe ou o pai que não fizesse nada pra trabalhar, se ele era usuário de droga, se era isso e aquilo outro botasse, porque, geralmente, só quem recebe o Bolsa Família é o pessoal que é usuário de droga, que não tem trabalho e não tem renda e não tem nada e já acostumou naquela vida, que ou ele... assim, **imposse alguma coisa aos pais, principalmente, imposse alguma coisa a eles.** Eu sei que tem muita gente que não necessita que imposse, mas **tem muita gente que eu acredito que tinha que pegar e até tirar a paternidade ou maternidade pra que eles pudessem, e aí só recebia o Bolsa Família, não pessoas carente, ou então as pessoas carente, mas que obrigasse [falou de forma bastante enfática], que tivesse uma obrigação que não fosse pra botar os filho na escola, levar pro posto e aquilo outro,** porque ele pode ir uma vez no posto ou o agente de saúde com preguiça podia até botar lá que ele tinha ido no posto, que acontece também, né, e..., porque a maioria do pessoal não querem trabalhar mesmo, e botasse ir lá e obrigasse aquela pessoa a fazer aquelas coisa, aí pronto.*

P: Mas, então você acha que tem que aumentar as obrigações?

Lia: Aumentasse a obrigação.

(GF1, 14/10/2009).

É evidente aqui a presença de uma perspectiva de cobrança excessiva sobre os pais, como se fosse unicamente deles a responsabilidade pela situação precária em que sua família se encontra. Esta precariedade, inclusive, é vista como resultado da acomodação destes pais, o que, conseqüentemente, justifica a necessidade de que eles sejam obrigados a transformar sua condição.

A exigência excessiva sobre a família na garantia de boas condições de vida para seus membros pode ser compreendida no seio do processo de constituição da regulação social no Brasil, no qual foi marcante a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade (SPOSATI, 2002). A citação adiante é bastante elucidativa dessa questão:

No contexto contemporâneo marcado por desemprego estrutural e processos de pauperização agravados diante da crise do capitalismo em escala global, além do encolhimento do Estado caracterizado por sua *baixa responsabilidade social* de raiz neoliberalizante a família se vê cada vez mais obrigada e requisitada a prover seus membros com os meios para suprir as carências dos serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Torna-se visível um paradoxo: o momento em que a família encontra-se mais fragilizada para exercer o papel de mecanismo de proteção social coincide com o momento em que tem sido mais exigida para tal (FORTALEZA, 2009a, p. 58).

Atenta a isso, a PNAS/2004 (BRASIL, 2004a), reafirma a importância da matricialidade sócio-familiar, mas adverte que é preciso que a família receba proteção do Estado, antes de ser cobrada a proteger seus membros. Por certo, a efetivação da maior atuação do Estado na proteção social das famílias pode contribuir para dirimir sentidos como os que acima foram apresentados pelas participantes, bem como criar condições favoráveis para a construção de novos sentidos sobre o papel dos pais nos cuidados com a sua família.

Ainda sobre a situação interativa antes exposta, destaco que Lia, quando se referiu às atuais condicionalidades - presença dos filhos na escola e acompanhamento no posto de saúde - falou com certo tom de “deboche” e ironia, insinuando que estas contrapartidas são insuficientes e que, portanto, precisam ser ampliadas. Além disso, é possível perceber a noção de que as condicionalidades teriam uma finalidade punitiva capaz, até, de destituir a paternidade ou a maternidade do beneficiário.

A concretização desta finalidade tem sido objeto da preocupação de críticos do PBF, dado que o bloqueio do benefício pode estar associado ao não cumprimento de condicionalidades (SENNA *et al*, 2007, ZIMMERMANN, 2006; MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007).

Para eles, tal medida pode implicar, contraditoriamente, uma “super-responsabilização” do cidadão e uma “des-responsabilização” do Estado. É o que suscita a seguinte reflexão:

O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades. (ZIMMERMANN, 2006, p. 153).

Essa ponderação também é apontada por Magalhães, Burlandy e Senna, (2007, p.1419) ao comentarem os resultados da III Conferência Internacional sobre os Programas de Transferência de Renda, ocorrida em 2006, na Turquia. Segundo as autoras, “nas regiões onde a qualidade e o acesso aos serviços sociais não são adequados, a exigência de cumprimento das condicionalidades pode levar a uma ‘focalização espúria’, excluindo os mais necessitados e vulneráveis”.

Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis ações de responsabilização e repreensão dos municípios quando estes não oferecerem condições adequadas para o cumprimento das condicionalidades pelas famílias, a fim de que não recaia apenas sobre estas a penalização pelo descumprimento das contrapartidas (SENNA *et al*, 2007).

A noção de que é necessário que o Estado ofereça condições favoráveis para o cumprimento das condicionalidades do PBF também se fez presente, ainda que rapidamente, durante o primeiro grupo focal. Isso ocorreu quando conversávamos sobre os pontos positivos e negativos do PBF. Segue a transcrição dessa situação:

P: Alguém pensou uma coisa diferente que queria falar, em relação aos pontos positivos? Ou ainda o que teria que mudar e que ainda não ta muito legal e que na hora não lembrou.

Lia: Que fiscalizasse também o... porque, não tem uma declaração da escola? Que a escola tivesse uma declaração que ela ta caminhando junto com esse aluno também. Eu acredito que precisa mudar muita educação também pra poder... ter essa, esse... ponto positivo de ter a declaração que o aluno tem que ta na escola, porque muitas vezes o aluno sai da escola porque não tem nada que interesse a ele lá dentro.

Neta: Em termos do ensino, né, da formação dentro da escola que ela ta falando.

Lia: Porque ele recebe uma declaração lá que ele ta estudando na escola, mas ele num tem nenhum... ele ta lá na escola, tudo bem, recebeu a declaração e tudo bem, mas, só Deus sabe o que ele ta fazendo por lá. Que tivesse uma melhoria na qualidade do ensino. [...]. Porque a escola do Estado até que não ta nem tanto não, mas da Prefeitura ta, pelo menos aonde eu moro, só em aqueles transporte que eles colocaram pros alunos irem, aquilo dali foi uma coisa mais errada que fizeram, porque não tem fiscalização, os menino vão tudo com a cabeça do lado de fora e aquela maior bagunça e caindo dentro do ônibus, gritando, jogando pedra até nos outros ônibus que tão no meio caminho, aí

isso é escola? Quer dizer, que quando a mãe ver que não ta agüentando mandar o filho pra escola de ônibus, ela tira, aí ela perde e sai do Bolsa Família, aí eles não procuram saber porque o aluno não ta indo mais pra escola. Porque lá não ta tendo nenhum planejamento.

P: Então, pelo o que eu entendi, você tão dizendo que, além de já ter essa obrigação de ter o filho na escola, mas também isso não basta, é isso? Precisa melhorar a escola?

Maria: Hum rum.

Lia: A escola.

(GF1, 14/10/2009).

Como visto, essa reflexão foi impulsionada por Lia, que, curiosamente, antes havia enfatizado bastante a necessidade de imposição de condicionalidades às famílias. Durante o meu convívio com o grupo, várias vezes ouvi Lia se referir à escolarização de suas filhas. Estas desenvolveram boa parte de seus estudos em escolas particulares, graças a bolsas de estudo que Lia conseguiu. Uma delas, inclusive, ingressou recentemente numa universidade pública. Possivelmente, a vivência de Lia com contextos de estudo diversos a fez entrar em contato com diferentes condições de educação, o que favorece a problematização dessas condições e a construção de análises como a que ela realizou.

Essa situação é bastante elucidativa do caráter complexo e múltiplo dos processos de significação. Como mencionam Amorim e Rossetti-Ferreira (2008, p. 240), “uma mesma pessoa não tem uma única linguagem, mas múltiplas linguagens”. Diversas são as experiências e práticas sociais que constituem a pessoa, assim, variadas são também as condições de produção das suas significações. Desse modo, os sentidos que ela produz são múltiplos e, nem sempre, harmônicos (VIGOTSKI, 2001; ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Além das condicionalidades, outra questão relativa aos sentidos acerca da operacionalização do PBF que se apresentou nesta pesquisa foi o tema da titularidade do benefício. A abordagem deste tema junto às mulheres suscitou importantes elementos circunscritos às questões de gênero, entendidas aqui como constitutivas de relações sociais estabelecidas em torno de diferenças percebidas entre os sexos (FROTA, 2004).

Dito de outro modo, gênero remete a construções sócio-culturais das relações entre homens e mulheres, envolvendo, necessariamente, relações de poder (CANTUÁRIO, 2009; SANTOS, 2004; AZEVEDO, 2004). Tal questão interessa à psicologia na medida em que oferece possibilidades para uma maior compreensão tanto das condições de produção de sentidos no cotidiano, quanto da constituição do sujeito mediante as negociações de lugares sociais nas relações estabelecidas em seu contexto sociocultural.

A discussão com as participantes desta pesquisa sobre a temática da titularidade do benefício se deu nos dois grupos focais. No primeiro, peguei como mote uma fala de Maria que fazia referência a mudanças de papéis entre homens e mulheres no sustento financeiro da família e nos cuidados com os filhos:

[...] e já tem muita gente que eu conheço também... que, homem, né, a mulher vai trabalhar, fazer faxina e eles ficam no meio da rua, rebolam o menino na creche e os outro no colégio e ficam bebendo, né, que existe muito, tem muito homens, que as mulheres é que tão trabalhando agora e os homem é bebendo em casa, nas rua conversando [...].
(GF1, 14/10/2009).

Esta fala, além de demonstrar o crescente papel da mulher como provedora da família⁴² (FORTALEZA, 2009a), suscita a configuração de novas formas de desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que a participação da mulher em trabalhos extra-domésticos e a maior presença do homem na esfera doméstica não implica, de fato, uma divisão de responsabilidades entre ambos em relação aos cuidados com o filho e com o lar. Possivelmente, muitos destes cuidados ainda são delegados às mulheres, que passam a cumprir, desse modo, uma dupla jornada de trabalho (ANTUNES, 2005)⁴³.

Então, aproveitando o enunciado de Maria acima exposto, perguntei às mulheres se elas já haviam percebido que, na maioria das famílias beneficiárias do PBF, a mulher é a titular do cartão por meio do qual é feito o saque do benefício. Como todas responderam afirmativamente, questionei, em seguida, o que elas pensavam sobre tal titularidade. Neta foi a primeira a responder:

P: *E com relação a essa questão de mulher e homem, né, que a Maria lembrou agora... também o Bolsa Família... vocês já perceberam que a maioria das pessoas na família que recebe o cartãozinho é no nome da mulher...*

Lia: *Da mulher.*

Outras: *Hum rum.*

P: *Vocês já notaram isso?*

Maria: *Já.*

⁴² Segundo o “Diagnóstico Social de Fortaleza-CE/2008” (FORTALEZA 2009a, p. 64), no caso das famílias deste Município incluídas no PBF, “há uma prevalência de famílias beneficiárias chefiadas por mulheres nas seis SER’s, com um quantitativo maior nas SER’s V (2.824) e VI (4.319), de acordo com as informações fornecidas pela SEMAS através do CadÚnico”.

⁴³ Sobre essa questão, Antunes (2005, p. 61) afirma que, atualmente, a mulher trabalhadora “é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não-diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital”.

P: *O que é que vocês pensam sobre isso? Vocês sabem por que e o que é que vocês acham disso?*

Neta: *É no nome da mulher, mas também dá direito ao marido, sabe por que? Porque tem cursos de eletricitista que foi dado pelo Bolsa Família. Se a mulher não pode fazer um curso que nem esse e tem o de corte e costura e outros, eu tou fazendo o de corte e costura, o meu marido não vai poder fazer nenhum porque eu já tou fazendo esse, mas se eu não tivesse fazendo, ele poderia entrar no Bolsa Família e fazer o curso no meu lugar, como eletricitista, é... encanador, né, como bombeiro hidráulico, essas coisas... e teve, isso aí foi explicado no CRAS.
(GF1, 14/10/2009).*

Um aspecto que considero importante destacar nesse enunciado é a vinculação de certos cursos à figura do homem, como os de “eletricista”, “encanador” e “bombeiro hidráulico”, e de outros às mulheres, como o de “corte e costura”, sugerindo a presença de uma concepção segundo a qual há profissões apropriadas para cada sexo. Isso me chamou atenção, especialmente, pelo fato de que, no próprio Projeto de Inclusão Produtiva, do qual as mulheres desta pesquisa fazem parte, há a intenção de desconstruir concepções como esta e de ampliar as possibilidades de trabalho para as mulheres, através da oferta de cursos tradicionalmente atrelados à figura masculina, como é o caso dos cursos de “bombeira hidráulica” e de “construção civil” (FORTALEZA, 2009b).

Segundo Bakhtin (1988, p. 107), toda enunciação sempre contém, explícita ou implicitamente, “[...] a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão sempre justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto”. Os processos de significação são, desse modo, produzidos em meio a articulações conflitantes entre diversos contextos.

Essa assertiva ajuda a compreender porque a concepção tradicional acima referida ainda se faz presente no imaginário social, como foi possível entrever em enunciados como o de Neta, apesar de iniciativas como as do Projeto de Inclusão Produtiva. Além dos enunciados produzidos no grupo focal, outros elementos que perpassaram a minha inserção em campo também foram reveladores da intensidade com que a idéia de que há profissões adequadas para mulheres e homens permeia o cotidiano social.

Em um de meus contatos com a mobilizadora e a técnica de referência do Projeto de Inclusão no CRAS Vila União, elas me relataram que nenhuma mulher chegou a fazer o curso de

“construção civil” naquele CRAS, para o qual eram destinadas quatro vagas naquele ramo⁴⁴. Para elas, a grande resistência em relação a esse curso, por parte das beneficiárias, se deu por seu forte estigma de “profissão masculina” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/11/2009).

Dando prosseguimento à situação de interação na qual perguntei às mulheres o que elas pensavam sobre a questão da titularidade do PBF, apresento, a seguir, alguns enunciados que demonstram uma avaliação positiva por parte delas, fundamentada, especialmente, na constatação da histórica relação de hierarquia entre homens e mulheres:

Lia: *E eu acho que é porque o marido ele sempre quer ser o bichão, né, o todo poderoso, né, aí, eu acho que se fosse no nome dele, ele talvez não desse nem pra gente.*

Graça: *tirou o que eu ia dizer.*

Lia: *Né, tem é muito!*

P: *Você concorda, Graça?*

Graça: *Concordo plenamente. Porque, assim, graças a Deus que vem no nome da mulher, né, porque era mais um dos cartãozinho que o homem embolsava e quando recebesse ficava e ia fazer gasto com outras, como mulheres também aí que faz isso, né, pega e vai gastar com coisa que não tem nada a ver. No caso, se fosse o homem com certeza ele fazia isso também e a gente não chegava nem a ver esse dinheiro. (GF1, 14/10/2009).*

É possível perceber aqui o sentido de que a titularidade do PBF conferida à mulher pode contribuir para re-configurar relações de poder entre ela e o marido, notadamente no que diz respeito à apropriação e ao usufruto do dinheiro. Essa idéia, todavia, foi perdendo terreno no decorrer da interação, a partir de uma colocação de Tereza, na qual ela compartilhou um fato ocorrido entre ela e seu ex-marido:

P: *Diz, Tereza [momentos antes, ela havia tentado falar no mesmo instante que Graça].*

Tereza: *Não, porque quando o meu tirava o Bolsa Escola, duas vezes ou três ele tirava e gastava [risos], aí eu dava o cartão e dava a senha pra ele, né. “Ah, cadê o dinheiro?” “Não saiu não”. “Não saiu?!” “Não, saiu não”, né. Aí, ta bom, saiu não, né. Aí só quando eu fui tirar da outra vez, aí notei, né. Aí ele tinha tirado, tinha gastado. “Não, eu gastei e não sei o que, depois eu te dou”. Foi duas vezes ele tirou e gastou, aí, minha, filha, eu disse, sinto muito, mas eu não vou dá mais pra você tirar o dinheiro. Pois é, eu confiava nele, né, que era o marido e ele gastou o dinheiro duas vezes.*

Francisca: *Eu também conheço...*

Lia [interrompe]: *Eu já presenciei um homem com um cartão... [Nesse momento, várias falavam ao mesmo tempo].*

P: *Perai... como é? [Dirigi-me à Francisca].*

⁴⁴ Durante o período de inscrição no projeto, as mulheres podiam indicar até três cursos de seu interesse. Apesar de algumas terem indicado o curso de “construção civil” como uma possibilidade, elas se recusaram a participar dele quando foram selecionadas e ressaltaram os cursos de sua preferência, destacadamente o de “culinária” e o de “confeção”.

Francisca: *Eu conheço gente que, gente que o cartão é no nome dela, mas só quando vai receber, ele é quem fica com o dinheiro e vai tomar é cerveja e a mulher é muito besta e não diz nada e aí dela se falar [risos].*

P: *Ah, então, acontece de, mesmo sendo no nome da mulher...*

Francisca: *Acontece!!*

P: *... o marido é que...*

Francisca: *...vai lá e pega o dinheiro e ela...*

P: *... que fica o dono do dinheiro?*

Francisca: *Fica com o dinheiro!*

Lia: *E lá no caixa mesmo eu já presenciei uma mulher pegando nos cabelo do homem e ele disse até um nome com ela “me dê o dinheiro!”. “Ta aqui, homem”, desse jeito... [ela disse mais alguma coisa que não deu pra entender].*

Francisca: *Tem uma que eu conheço que... ele mesmo vai pegar o dinheiro, quando... a pobre não vê nem o azul.*

(GF1, 14/10/2009).

Nesta situação, fica mais uma vez patente o caráter contextual e interativo da produção de sentidos. A partir do enunciado de Tereza, há uma mudança no fluxo dos enunciados ali produzidos e, por conseguinte, transformam-se as possibilidades de significação sobre a titularidade do PBF. Ganha espaço, desse modo, a idéia de que a dominação masculina não é, necessariamente, suplantada com o mecanismo da titularidade da mulher, considerando que os homens desenvolvem estratégias para se apoderar do benefício. Em outros termos, é possível depreender, a partir dos enunciados acima apresentados, que a titularidade da mulher na gestão do benefício não garante, por si só, uma maior ampliação do seu poder na família, embora contribua nessa direção.

No segundo grupo focal, ao retomar o tema da titularidade, mais uma vez ficou evidente a intrínseca vinculação entre poder e as relações de gênero (SANTOS, 2004; AZEVEDO, 2004). Além disso, foi possível perceber a co-existência da idéia de que a titularidade pode favorecer a ampliação de poder das mulheres e da noção de que sua capacidade de fomentar a redistribuição de poder nas famílias beneficiárias do PBF é limitada. A situação abaixo transcrita é ilustrativa da afirmação ora apresentada:

P: *Então vocês acham certo isso de ser, do cartão ser no nome da mulher?*

Lia: *Concordo plenamente. Eu acho até porque o Governo não quis confiar nos homem porque [risos], apesar dele [Lula] ser homem [risos], mas tem muito homem que não tem nem o... não merece ter o nome de homem, né, porque são muito sacana eles com as mulheres, né, porque muito delas hoje ainda vive é... submissa a eles e acho que foi isso que ele pensou, né, porque em muitas famílias o homem que faz tudo e a mulher só obedece, só obedece, ele manda e faz o que quer, né, e ela só obedece, aí, essa maneira de ser no nome dela, apesar que, mesmo sendo no nome, os homem ainda é... tomam o dinheiro das coitada, né, mas foi uma sugestão maravilhosa.*

(GF2, 28/10/2009).

Neste enunciado de Lia, fica claro o entendimento de que a titularidade da mulher é uma iniciativa deliberada por parte do Governo, baseada, neste caso, no pressuposto de que predominam relações de submissão entre mulheres e homens. Assim, a relativa autonomia financeira proporcionada pela titularidade da mulher na gestão do benefício se configura como uma via possível de libertação dessas relações de submissão. A compreensão de que a titularidade da mulher se configura como uma estratégia governamental prevaleceu nos enunciados das beneficiárias. A citação adiante exemplifica, mais uma vez, essa questão:

Maria: [...] E até, assim, os móveis que ele dá, que ele coloca, esses móveis, esses apartamento, é tudo no nome da mulher pra evitar que o homem...

P: Tu diz ele quem?

Maria: Assim, os... é a Prefeitura, num tem o Habitafor? É no nome da mulher, não é no nome do homem e o Governo ele faz tudo pela mulher. A prefeita... O Lula, numa entrevista, tudo que ele ta fazendo é no nome da mulher, pra gente ter autonomia [...]. (GF2, 28/10/2009).

Neste caso, é visível a presença da voz do Governo na construção do enunciado de Maria, bem como a explicitação do atual contexto de proliferação de políticas públicas para mulheres. Com base numa perspectiva histórico-cultural, é plausível conceber essas transformações em curso e os discursos a elas vinculados como um terreno, por excelência, propício para a produção de significações em torno da titularidade da mulher no PBF e, por conseguinte, das relações de gênero.

Com efeito, considero pertinente afirmar, com os dados até aqui apresentados, que a crescente centralidade na mulher no âmbito das políticas públicas tem propiciado a produção de significações que explicitam a histórica desigualdade de poder entre homens e mulheres. Além disso, como é possível observar no final do enunciado de Maria, essas novas configurações nos discursos e práticas sociais parecem constituir um solo fértil para a produção de significações que enfatizam a importância do fortalecimento e da autonomia das mulheres.

Apesar disso, a titularidade da mulher pode carregar consigo concepções tradicionais que estabelecem atributos e lugares sociais fixos para homens e mulheres. É sobre isso que a citação adiante alerta:

[...] o pensamento que dá base à **titularidade da mulher** nestas ações de combate à pobreza tem um suposto problemático: a de que a mulher é provedora de serviços domésticos, reprodutivos e naturalmente propensa a **'cuidar bem e melhor'** dos membros da sua família [grifo das autoras]. (FORTALEZA, 2009a, p. 61).

Por certo, concepções como esta ainda circulam no tecido social, inclusive entre as próprias beneficiárias do PBF, como ficou notório neste momento do segundo grupo focal, quando ainda conversávamos sobre o tema da titularidade:

P: E vocês sabem por que, se é coincidência ou se é uma opção do Governo, né, se ele prefere colocar o nome da mulher naquela família pra ser a titular do cartão?

Zenilde: Eu acredito que seja, né.

P: O quê?

Zenilde: Que seja a mulher que tenha direito de ir, né, receber esse negócio do Bolsa Família, porque o homem já é diferente, né, o homem já tem... e a mulher não, a mulher tem mais responsabilidade com tudo e quando recebe um dinheirinho é pouquinho, mas, paga alguma coisa.

(GF2, 28/10/2009).

Como visto, Zenilde compreende que a titularidade da mulher no PBF se justifica pelo fato de que esta possui, fatalmente, mais responsabilidade do que o homem, sendo, portanto, mais indicada para fazer uso do benefício adequadamente.

Concepções que atribuem à mulher uma predisposição natural para o cuidado do lar e dos filhos predominaram, historicamente, na sociedade brasileira. Segundo Cantuário (2009), essas noções foram construídas, especialmente a partir do século XIX, mediante práticas e saberes, tanto religiosos como científicos, que produziram um modelo de maternidade que preconiza o amor materno como um sentimento inerente à condição feminina. Nas palavras da autora:

O amor materno como inato determinaria o tipo ideal de mãe, aquela portadora de paciência, inteireza, generosidade, bondade eterna, inabalável e ilimitada. Essa mulher deveria encarar o modelo da *Virgem Maria*. A ela cabe o papel de parir, amamentar e educar com sucesso os filhos, responsável pelos desígnios do lar e de toda a família. A casa será espaço sacralizado da mulher-mãe. [grifo da autora] (CANTUÁRIO, 2009, p.119).

Além disso, considerando a forte tradição cristã, contraditoriamente a mulher também foi associada à imagem de Eva, considerada como pecadora, vaidosa, perigosa e suscetível às tentações da carne (CANTUÁRIO, 2009). A autora acrescenta que sentidos como esse ainda continuam vivos no imaginário social, apesar das transformações pelas quais as mulheres têm passado, provenientes tanto do movimento feminista, quanto de mudanças nos âmbitos econômico e político. Com efeito, nesta pesquisa, pude observar que concepções como essa também circulam no cotidiano das mulheres beneficiárias, como é perceptível no seguinte relato de Lia:

*Eu acho assim, que como eu toda vida fui dependente do meu marido... Assim, tudo dependia dele, tudo dependia dele pra tudo, né. E... porque quando eu comecei... eu trabalhava e deixei de trabalhar pra cuidar da minhas filha e daí, ele sempre dizia que mulher que trabalhava fora botava chifre no marido, né [risos]. Porque o meu marido é daqueles antigo, que só Deus mesmo tem que ter paciência, porque tudo pra ele é feio, tudo é horrível, **mulher que trabalha bota chifre no marido, mulher que vive muito fora não presta pra nada, mulher tem que ficar em casa cuidando dos filho, cuidando da casa, cuidando do marido [...]**.
(GF2, 28/10/2009).*

Na continuação deste enunciado, Lia admite que a titularidade da mulher na gestão do benefício possa ser vista como propulsora de uma maior autonomia da mulher e de reconfigurações nas relações familiares:

[...] aí, quer dizer que deu, assim, mais autonomia e mais liberdade pra que eu pudesse participar de tudo que ta acontecendo, né, que, assim, no Bolsa Família... eu vim tendo mais direito, mas eu achava, assim, porque eu dependia dele, então eu tinha que, assim, que como ele me dava tudo, eu tinha que fazer tudo que ele queria, né, e... de um certo tempo pra cá, eu vi que não tinha nada a ver, que tinha de cuidar na minha vida e ele da dele e tinha os filho pra cuidar e tudo, mas isso eu vim aprendendo depois, né, porque eu consegui o Bolsa Família através do Projeto Chefe de Família, né, que é um projeto que a prefeitura começou a fazer, aí eu achava que já tava com muito tempo que tava em casa, deixei de trabalhar, deixei de estudar, deixei de fazer tudo e pra cuidar dessas duas filhas e ele sempre trabalhando e eu dependendo de tudo, né, aí foi que eles disseram que só podia receber o Bolsa Família quem era do projeto, aí eu entrei no projeto, a minhas menina já tinha mais ou menos nove anos, dez anos, sei lá alguma coisa, e até lembro que a primeira vez que eu recebi foi, se não me engano, foi sessenta reais, aí eu comprei uma calça pra mim, que eu nunca tinha pegado num dinheiro [risos] e comprei mais duas pra minhas filha, que... eu lembro que até a gente foi pro Beco da Poeira, aí a calça de vinte reais, que a gente achou barato demais [risos] e eu comprei três calças, era uma pra mim e uma pra minhas duas menina, aí nisso foi. Eu acho que foi muito bom porque foi aí que [falou algo mais que não deu para entender], assim, ter mais liberdade e me soltando mais, aí eu já tou... [risos], que de primeiro eu nem falava [risos]...

P: E como é que ele reagiu a isso?

Lia: Ah, muito... e a gente ficou, até assim, distante um do outro, sabe, porque ele achava que eu tava independente e aí ele achou também que ele tinha que sair e se divertir, então eu deixei que ele curtisse a vida dele e eu fazia a minha do jeito que eu quisesse e assim a gente ta. Assim, convivendo, assim, dependendo mais de compreensão, assim, pra uma briga pra não ficar aquele clima chato, não saio de casa pra não ficar aquele clima chato e ele sai e faz o que ele quer, ele bebe e ele chega na hora que ele quer e eu também na hora que eu tenho vontade eu saio e, assim, ficou... mas, assim, aquela coisa muito harmoniosa não.

P: Mas a tua vida melhorou, depois dessa oportunidade?

Lia: Com certeza. É tanto que, melhorou tanto que hoje eu tou aqui contando a estória. [risos].

(GF2, 28/10/2009).

O discurso da autonomia, vinculado à questão da titularidade do PBF, também pode ser visto neste enunciado de Maria:

Assim, a gente tem aquela autonomia, né, de ser no nome da gente, né, só de ser no nome da mulher que a mulher é muito, assim, quase desprezada, assim. Na sociedade, a mulher não tem aquele poder que o homem tem, né, então, deu autonomia, a gente tem a autonomia de ser no nome da mulher, é bom!
(GF2, 28/10/2009).

Se, como visto anteriormente, a titularidade da mulher no PBF não promove, sozinha, a redistribuição de poder entre homens e mulheres no espaço familiar, que outras condições são favoráveis à produção de significações que a vinculam à noção de autonomia, como pôde ser observado nos enunciados de Maria e de Lia?

Para responder a esta indagação, julgo pertinente considerar alguns elementos particulares das experiências e práticas sociais destas duas mulheres citadas. De todas as participantes da presente pesquisa, elas são as que possuem uma maior trajetória de participação em políticas públicas voltadas para mulheres. No próprio enunciado acima, Lia faz referência a uma dessas políticas, sendo que além desta experiência, ela também já participou de outras, entre as quais o “Projeto Mulheres em Cena” do qual também participou Maria. Nestes espaços, buscase, de um modo geral, fomentar a apropriação pelas mulheres dos seus direitos e ampliar a sua participação social. Desse modo, é de se supor que tanto Maria como Lia tiveram mais contato com discursos que enfatizam a autonomia feminina.

À luz da perspectiva histórico-cultural, portanto, as interações sociais em curso nessas experiências e práticas sociais constituem o contexto interpsicológico ao qual é atribuído, como bem sintetizaram Zanella *et al* (2004, p. 94), “o caráter de arena de produção de sentidos”.

Ao longo deste capítulo, procurei realizar a análise das significações sobre o PBF, priorizando sua articulação com alguns elementos do contexto interativo da pesquisa propriamente dito, bem como com condições histórico-ideológicas que possibilitam a sua produção. Desse modo, fundamentei-me no pressuposto de que na organização social e cultural “encontram-se as possibilidades de produção de significados que alicerçam os processos de humanização e subjetivação dos indivíduos” (COLAÇO, 2004, p.333).

No próximo capítulo, enfatizarei o contexto de acompanhamento das mulheres beneficiárias do PBF no âmbito do CRAS. Nele, buscarei lançar luzes sobre as relações entre as significações produzidas sobre o Programa e as atividades de acompanhamento destinadas às suas beneficiárias.

4. O LUGAR DO CRAS NO ACOMPANHAMENTO DAS BENEFICIÁRIAS: IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO SOBRE O PBF.

Neste capítulo, analisarei a categoria “O lugar do CRAS no acompanhamento de beneficiárias do PBF”, procurando relacionar o contexto deste acompanhamento e as significações sobre o PBF produzidas durante esta pesquisa. Inicialmente, apresento, sucintamente, a proposta oficial de acompanhamento dos beneficiários do PBF no âmbito do CRAS, elaborada pelo MDS. Em seguida, procuro refletir sobre como esta proposta se concretiza no cotidiano dos CRAS por mim visitados. Com base nesta análise, então, busco estabelecer relações entre algumas significações sobre o PBF analisadas no capítulo anterior e o contexto de acompanhamento das mulheres desta pesquisa pelo CRAS.

As atividades de acompanhamento ao público beneficiário do PBF no âmbito do CRAS ainda são restritas, conforme demonstrarei adiante, o que oferece poucos elementos para pensar nas relações entre as significações produzidas pelas mulheres sobre o Programa e o contexto de acompanhamento destas beneficiárias. Por isso, não foi possível realizar essa articulação com todas as significações anteriormente apresentadas. Desse modo, as significações que aqui serão retomadas são aquelas relativas à provisoriedade do Programa, e à sua operacionalização - como a questão das irregularidades, das condicionalidades e das questões de gênero assinaladas na discussão sobre a titularidade do benefício.

Por fim, abordarei os percursos das mulheres no Projeto de Inclusão Produtiva, analisando as condições criadas, no contexto de acompanhamento destas mulheres pelo CRAS, para a produção de significações sobre as chamadas “portas de saída” do PBF.

4.1. O CRAS e a proposta de acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF

De um modo geral, cabe ao CRAS a organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais, o encaminhamento das famílias referenciadas para as demais políticas públicas, assim como a execução dos serviços, benefícios, projetos e programas da PSB. Entre estes, destaco o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), o qual deve ser

necessariamente desenvolvido nos CRAS, ao contrário de outros que podem ser realizados em outros espaços, desde que garantida a coordenação e referência do CRAS (BRASIL, 2006a).

Segundo o MDS (BRASIL, 2006a), o PAIF foi criado em 2004, com o intuito de aprimorar a proposta do Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PNAIF), que, por sua vez, fora constituído em 2003 pelo Governo Federal. Com o Decreto 5.085/2004, o PAIF passou a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social. Considerado o “principal programa de Proteção Social Básica” do SUAS (BRASIL, 2006a, p.25), o PAIF desenvolve ações com famílias que vivem em situação de “vulnerabilidade social”, visando a prevenir situações de “risco” mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O programa em relevo envolve a realização de serviços socioeducativos e de convivência, bem como de projetos de inclusão produtiva, com base em pressupostos como: a concepção de que a família transcende o aspecto econômico e configura-se, principalmente, como um núcleo relacional e afetivo; a consideração de que existem múltiplos arranjos familiares que devem ser respeitados na sua singularidade, em detrimento da idealização de um único modelo familiar; e o entendimento de que a família pode e deve ser fortalecida em seus potenciais relativos à acolhida, à educação e à proteção de seus membros, sem que isso implique a des-responsabilização do Estado na proteção social de seus cidadãos (BRASIL, 2006a).

As famílias contempladas pelo Programa Bolsa Família devem constituir, prioritariamente, o público participante das ações do PAIF. Isso sob a justificativa de que “esta prioridade objetiva responder às necessidades das famílias, que mesmo acessando a renda, precisam acessar serviços socioassistenciais para garantir o direito à saúde e à educação” (BRASIL, 2006b, p.28). Nesse sentido, considera-se que “este programa é uma importante estratégia do SUAS de integração dos serviços sócioassistenciais e dos programas de transferência de renda” (BRASIL, 2006a, p.26).

Para fortalecer essa estratégia, o MDS, através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (SENARC), elaborou o documento “Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)”. Tal documento traz importantes elementos para a reflexão sobre a participação do CRAS, mediante o PAIF, no acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF (BRASIL, 2006b).

A proposta de acompanhamento contida no documento citado acima sugere que a equipe do CRAS identifique as famílias contempladas pelo PBF que residem em sua área de abrangência e as convide a participarem das atividades concernentes ao PAIF. Essa perspectiva configura o que se chama de “busca ativa das famílias do PBF” (BRASIL, 2006b, p.49). Desse modo, tal acompanhamento visa aos seguintes objetivos:

a) acompanhar, em especial, as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades do PBF, com a finalidade de apoiá-las na superação de suas dificuldades e de promover condições de inclusão na rede de proteção social, participação comunitária e desenvolvimento familiar; b) desenvolver capacidades comunicativas, relacionais e de ação cooperativa em famílias e grupos; c) promover a inserção das famílias e seus membros nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e das demais políticas sociais existentes nos municípios; d) disseminar informações sobre o PBF e a Política de Assistência Social visando ao compartilhamento de objetivos e ações com a comunidade; e e) mobilizar as redes e recursos da comunidade com vistas ao maior desenvolvimento e inclusão das famílias (BRASIL, 2006b, p. 32).

Esses objetivos pautam-se em diretrizes provenientes da articulação de ambos os programas (PBF e PAIF), as quais apontam, entre outros aspectos: para o desenvolvimento de capacidades e habilidades das famílias, mediante a utilização de trabalhos socioeducativos que fomentem o acesso à informação, bem como à prática reflexiva; para o incremento de ações intersetoriais no território de abrangência do CRAS e para a articulação família/comunidade, a fim de potencializá-los e de sintonizar a dinâmica dos serviços às suas demandas.

A temática das condicionalidades do PBF, cuja relevância assinala em momentos atrás, também aparece como aspecto nodal dessa proposta de acompanhamento, especialmente no que diz respeito à atenção às famílias que, porventura, não desempenham as contrapartidas estabelecidas pelo PBF. É o que expõe a seguinte frase: “É neste aspecto, em particular no acompanhamento e promoção das famílias que não estiverem cumprindo as condicionalidades, que se colocam um desafio e um potencial de trabalho para o PAIF” (BRASIL, 2006b, p.10).

Nesse caso, ressalta-se que o acompanhamento das famílias que não cumprem as condicionalidades não deve ter um caráter punitivo. Ao contrário, deve pautar-se na compreensão dos fatores que contribuem para que a família se encontre naquela condição, a fim de apoiá-la em direção ao processo de garantia de direitos. O trecho adiante traz essa argumentação:

Na realidade, o não cumprimento das condicionalidades deve servir de alerta para a identificação das famílias em situação de maior risco social e que demandam, portanto, acompanhamento familiar mais próximo e integrado. Esse acompanhamento também

contribui para o redirecionamento de políticas públicas, orientando as ações para reduzir a vulnerabilidade de tais famílias, ampliando as oportunidades e possibilidades de inclusão social (BRASIL, 2006b, p.20).

Do ponto de vista metodológico, há, na proposta de articulação entre PBF e PAIF, grande ênfase aos trabalhos socioeducativos, numa tentativa de constituí-los como “componente necessário à inclusão social e ao fortalecimento das famílias como sujeito de direitos” (BRASIL, 2006b, p.31). Desse modo, propõem-se estratégias, instrumentos e procedimentos calcados em uma visão participativa, com o intuito de fomentar o “protagonismo das famílias” e de “dar sustentabilidade à sua participação na sociedade” (BRASIL, 2006b, p.31).

Para isso, sugere-se que o acompanhamento às famílias do PBF no âmbito do PAIF, portanto, no CRAS, se dê por meio de três eixos de ação: “disseminação de informações sobre direitos, em forma dialogada, sempre que possível; desenvolvimento do conhecimento sobre a comunidade, o território e os serviços sociais; e apoio a ações de interação cultural entre as famílias. (BRASIL, 2006b, p.40-41)”.

De acordo com a proposta do documento, as ações de cada eixo podem ser desenvolvidas tanto separadamente quanto articuladas aos demais eixos. Quanto ao eixo do trabalho informativo sobre os direitos, aponta-se a possibilidade de realizações de palestras, campanhas, grupos sócio-educativos, reuniões, entre outros. Destaca-se também a idéia de a equipe do CRAS utilizar, como mote para esse trabalho, um material que versa sobre os direitos e deveres das famílias do PBF, denominado “Agenda de Compromissos da Família”, o qual é disponibilizado a esta por ocasião da sua inclusão no programa.

Acerca do segundo eixo, propõe-se a realização de uma “Cartografia da Comunidade”, entendida como um processo de mapeamento dos serviços existentes na área de abrangência do CRAS e das redes sociais que dinamizam o território, com o intuito de identificar, juntamente com as famílias, as demandas e potencialidades daquele lugar. Esse processo poderia envolver, dessa forma, visitas da equipe do CRAS e das famílias a instituições locais e demais organizações comunitárias, assim como culminar com a realização de um “plano de ação” (BRASIL, 2006b, p.46), contendo objetivos e estratégias estabelecidos com a participação dos atores locais.

Finalmente, com relação ao terceiro eixo, indica-se a organização de espaços, atividades e eventos que favoreçam a troca e criação de produtos artísticos e culturais dos diversos grupos e gerações existentes no território, com ênfase nas famílias atendidas pelo PAIF.

São exemplos de ações: a realização de atividades de leitura, de festas relativas a datas comemorativas, de exposições artesanais, de momentos de esporte e lazer, entre outros.

Com base nesses eixos, são assinalados alguns procedimentos importantes para o processo de acompanhamento das famílias do PBF pela equipe do CRAS, entre os quais: acolhimento às famílias no CRAS; entrevista com a família, que pode ser realizada tanto no CRAS como na residência da família; visitas domiciliares e grupos. A realização destes últimos é bastante enfatizada nessa proposta de acompanhamento, em face da compreensão de que:

O grupo é uma instância de socialização dos sujeitos, através da ação e interação de seus membros. No grupo, a experiência de cada um pode ser comunicada e receber novos sentidos; as atitudes de cada membro podem ser repensadas; e as relações novas podem trazer a possibilidade de revisão e superação do que foi anteriormente vivido. (BRASIL, 2006b, p. 52-53)

Desse modo, o trabalho com grupos no acompanhamento das famílias do PBF no âmbito do PAIF constitui-se como um importante aliado no estímulo à reflexão e à mudança de atitudes por parte das famílias, notadamente aquelas que descumprem as condicionalidades do programa. Considera-se, então, o pressuposto de que as múltiplas dimensões do grupo – com ênfase à informação, reflexão, convivência e ação – “propiciam a mudança social através da transformação das crenças, práticas e relações dos sujeitos sociais” (BRASIL, 2006b, p.53).

Feita essa breve apresentação da proposta governamental de acompanhamento das famílias do PBF no âmbito do CRAS, cabe agora indagar: como se materializa esse acompanhamento no contexto desta investigação?

Como consta no capítulo dos percursos metodológicos dessa pesquisa, o Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza correspondia, durante o período da pesquisa, à única atividade destinada exclusivamente ao público do PBF que era desenvolvida pelos CRAS deste município⁴⁵. Durante a minha inserção em campo, pude observar que, para além dessa importante iniciativa, o acompanhamento do público do PBF pela equipe do CRAS ainda é relativamente incipiente, embora existam idéias para aperfeiçoá-lo. É o que pode ser ilustrado com esse trecho do diário de campo, relativo ao encontro que tive com parte da equipe de um dos CRAS visitados:

⁴⁵ Vale destacar que, em 2008, o “Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza” foi premiado pelo MDS, por ocasião do “Segundo Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família”. Este Prêmio visa “identificar e divulgar práticas bem sucedidas na gestão do Bolsa Família e valorizar o trabalho dos dirigentes e equipes por suas iniciativas inovadoras” (FORTALEZA, 2008d, p. 1).

Segundo a técnica do CRAS, atualmente, o que tem sido feito em relação ao PBF resume-se à oferta de informações e esclarecimentos sobre o Programa nos atendimentos cotidianos, seja em relação às famílias que ainda não são beneficiárias e que desejam ingressar no Programa, seja com aquelas que já recebem o benefício e procuram o CRAS em busca de algum esclarecimento. Entretanto, a equipe está planejando a criação de um Grupo de Famílias, no qual se pretende trabalhar com elas questões relativas ao PBF (DIÁRIO DE CAMPO, 27/11/2009).

Numa outra situação, a incipiência do acompanhamento das famílias do PBF pelo CRAS ficou ainda mais evidente:

[...]. Segundo esta profissional, não há um acompanhamento apropriado do PBF. Nesse sentido, ela comentou sobre a dificuldade de identificar o descumprimento de condicionalidades e atribuiu essa dificuldade ao acúmulo de atividades no cotidiano do CRAS. Para ela, o acompanhamento do PBF, na verdade, corresponde apenas ao processo de identificação de eventuais problemas de descumprimento de condicionalidades e encaminhamento para outros serviços e políticas públicas: “Identifica, faz um encaminhamento e pronto”. “Não há como ter um feedback da família” [com relação ao encaminhamento]. “Não há como ter um acompanhamento prolongado”. Além disso, afirmou que falta planejamento. Chegou a ser enfática: “Acompanhamento, não há. Há visitas, orientações, encaminhamentos”. A outra técnica, discordando, em parte, com o que disse a anterior, comentou que não se tratava de não ter acompanhamento, mas que este se dá de maneira limitada, pois alcança um número pequeno de famílias. Ou seja, quando conseguem acompanhar, é em pequeno número. (DIÁRIO DE CAMPO, 16/12/2009).

Desse modo, pareceu-me que o acompanhamento direcionado especificamente a este público carece de um maior planejamento e sistematicidade, ainda que beneficiários do PBF possam ser contemplados pelas diversas ações do CRAS. Tendo por base registros da minha inserção em campo como os citados acima, é de se supor que a chamada “busca ativa das famílias do PBF” (BRASIL, 2006b, p.49), contida na proposta de acompanhamento do MDS, ainda não se desenvolve a contento na rotina do CRAS. Assim, o atendimento ao público do PBF, seja este real ou potencial, se dá, sobretudo, a partir da procura deste pelo CRAS, e não o contrário.

Inclusive, tal procura aparenta se dar de forma ainda principiante, posto que as beneficiárias costumam recorrer a outros equipamentos para tratar de suas pendências em relação ao PBF. É o que pude perceber na seguinte situação:

P: *E quando vocês querem resolver alguma coisa do Bolsa Família, ou quando vocês foram atrás de receber pela primeira vez, ou hoje em dia quando vocês querem resolver alguma coisa, vocês procuram quem?*

Lia: *[inaudível] procurar a Caixa. [Caixa Econômica Federal].*

P: *A Caixa. Você procura a Caixa?*

Tereza: *Eu vou na Regional, saber informação. Aí, se não tiver, eu vou pra Caixa. Até ter a informação, né?*

Lia: Não, porque quando vem das Regionais vem dizendo, né, quem vem, aí deve ter uma relação que vai dizer que vem, é que vai... Porque quando, no tempo que eu recebi foi assim, a gente foi na Regional, aí... não, veio o cartão, isso a gente ia pra Caixa Econômica, aí, é, cada, cada Caixa tem uma relação, por ordem alfabética, aí, depende o da gente tiver, o meu era na Bezerra de Menezes...

Tereza: O meu também foi lá.

Maria: Quando dá assim algum problema, tem o CRAS também, que agora eles, a gente chega lá e eles informam alguma coisa, se for preciso, eles colocam a gente pra ir pra Regional, se não, lá eles resolvem.

P: Isso já aconteceu contigo?

Maria: Não. Porque, teve assim muitas vezes, quando a gente vai receber na loteria, aí embaixo tem: “renove o seu cadastro”, essas coisas, né, aí o meu não veio, né, mas todo mundo dizia assim “mulher tu tem que renovar, porque senão tu vai perder, tu tem que renovar”, aí eu fui lá no CRAS, aí me informaram, só se vier, embaixo, né, pra gente renovar, recadastrar, né, que é pra ir lá, aí... mas comigo num aconteceu não. Mas eu vou lá.

Lia: No meu, que eu fui ajeitar [inaudível] minha menina, aí, lá elas me deram um número, pra mim ligar pra Caixa, aí eu fiquei ligando...ligando, ligando pra Caixa até vim só o das minhas duas meninas.

P: Mas o primeiro canto...

Lia: O primeiro canto eu fui na Regional, levei o cartão e mostrei lá, aí elas olharam, aí ela disse que tinha que ir na Caixa pa..., disse até o nome da pessoa, me deu o telefone... aí eu fiquei ligando, ligando, mas lá num resolveram nada não, assim, resolveram porque deram esse número, né?

P: Mais algum lugar?

Neta: Eu também foi assim: eu fui na Regional, fiz o meu cadastro, aí mandaram eu ligar pra Caixa, aí eu fui na Caixa, aí mandaram pra outra Caixa, que foi lá a do Montese. Aí lá foi quando eu passei a receber aumento. Da outra vez que foi cortado, mandaram eu ligar pra Caixa pra saber o porquê, aí a Caixa disse que não poderia dar a informação porque não sabia, porque tinha sido cortado. Aí eu fui na Regional, na Regional me explicaram que era por isso. E depois fui pro CRAS, fiz um novo cadastro. (GF1, 14/10/2009).

Como é possível perceber neste episódio, o CRAS foi citado apenas duas vezes como um lugar que as mulheres procuram para tratar de questões relacionadas ao PBF. Pelo menos dois aspectos contribuem para isso. O primeiro deles é o fato de que os núcleos do Cadastro Único em Fortaleza, até bem pouco tempo, eram centralizados principalmente nas Secretarias Executivas Regionais (SER's) e só recentemente passaram a ser descentralizados para os CRAS⁴⁶.

O segundo aspecto consiste na escassez de ações do CRAS voltadas particularmente para os beneficiários do PBF, tais como grupos sócio-educativos, reuniões, palestras e campanhas com enfoque nos direitos e deveres concernentes ao público contemplado pelo Programa. Como expus anteriormente, iniciativas como essas constituiriam os eixos de ação sugeridos na proposta de acompanhamento das famílias do PBF, no âmbito do CRAS.

⁴⁶ A descentralização do atendimento do Cadastro Único em Fortaleza vem sendo realizada, desde 2006, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (FORTALEZA, 2008c).

A carência de ações como estas junto ao público do PBF, por sinal, é assinalada em outros estudos, como os de Senna *et al* (2007) e Mota (2008). Segundo essa última autora, há pesquisas que demonstram que, no recente contexto de expansão da política de assistência social, o aumento do volume de recursos destinados aos Programas de Transferência de Renda é significativamente superior ao acréscimo no investimento em ações sócio-educativas.

Conforme minha inserção em campo, dentre os procedimentos recomendados na proposta de acompanhamento do MDS, o acolhimento, a entrevista e a orientação às famílias do PBF - bem como àquelas que ainda não são contempladas pelo Programa, mas estão no perfil estipulado e buscam ser inseridas nele – constituem-se as principais atividades em curso no CRAS. Mesmo assim, conforme o episódio anterior, a articulação entre o CRAS e o PBF parece ainda não se estabelecer consistentemente para as beneficiárias.

Porém, essa vinculação tem se tornado mais nítida para as mulheres, sobretudo pela transformação no atendimento do Cadastro Único. Durante esta pesquisa, isso ficou evidente no segundo grupo focal, quando lhes perguntei literalmente sobre a existência daquela relação:

P: Gente, e tem alguma relação entre o CRAS e o Bolsa Família? Vocês acham que tem alguma relação?

Lia: Tem. O CRAS... eu acho que... se não existisse o CRAS, era mais difícil você conseguir o Bolsa Família, né, porque ele vai identificar as pessoas que necessita realmente, porque eu acho que quando o CRAS surgiu, foi que diminuiu mais, assim, aquela questão da pessoa é... como é que diz, não tinha necessidade de receber o Bolsa Família, né, como outro também que não tinha e que tiveram o acesso mais rápido, aí eu acho que o CRAS fez com que as pessoas tivessem mais acesso, as pessoas carente, né.

P: Ao Bolsa Família? Acesso ao Bolsa Família?

Lia: Hum rum, tivessem o Bolsa Família.

P: Vocês concordam com isso que a Lia colocou?

(Alguém disse: Concordo.)

Tereza: Em algumas coisas, né.

P: Tipo o quê, Tereza? O que é que tu pensa diferente do que ela diz e o que tu pensa do mesmo jeito?

Tereza: Não, porque eu acho que também evita da gente ir lá pra Regional, né. Tendo o CRAS perto da gente porque lá pro... tem que acordar cinco horas da manhã e chega lá e nem ficha tem.

P: Pra resolver coisa do Bolsa Família que tu tá dizendo? Antes tu ia pra Regional?

Tereza: É porque fui tantas vez lá e chega lá não tem mais nenhuma senha, chegava lá era cinco hora da manhã: “nós não temos mais”.

P: E hoje quando tu quer resolver coisa do Bolsa Família tu vai...?

Tereza: No CRAS. Lá é muito longe, aqui é mais fácil.

[...]

P: Todo mundo aqui que tem algum problema relacionado ao Bolsa Família, né, e vocês, quando tinham o Bolsa Família [referi-me, nesse momento, a duas participantes que não recebem mais o benefício], vocês procuravam primeiro o CRAS ou não?

Graça: A gente procurava a Regional, primeiramente, né, porque antes não sabia que tinha essa rede com a Regional e o CRAS, parece que foi desde o ano passado foi que

começou a Regional dividindo pra os CRAS, onde tem né, então, graças a Deus nós temos o prazer de ter aqui, né, no Vila União, tem aqui no bairro de Fátima, né, que aqui também tem, em todo canto, no Lagamar tem um CRAS, né.

Alguém disse: Cada ano tão melhorando.

Graça: *Depois disso melhorou muito, assim, pra todo mundo.*

Nilá: *No caso, assim, quando bloqueia, acho que lá elas não resolve, só na Regional.*

Graça: *Tem alguns problemas que resolve na Regional e como também resolve só na Caixa, tem problema que só resolve na Caixa.*

[...]

Nilá: *[...]. Porque lá é mais, assim, pra... cadastro, né.*

P: *Aonde?*

Nilá: *No CRAS. É mais pra renovação, né, de cadastro.*

Lia: *Mas eu acho que lá no CRAS agora resolve tudo. Porque agora elas fizeram o Cadastro Único e eu acho que eles resolvem.*

Zenilde: *Ela dá uma opinião, ela liga pra lá, conversa com elas, né, aí, se for o caso que seja só lá na Regional, aí elas mandam e se for possível até elas dão uma chance de levar a gente. Se puder, né, se não puder, a gente vai [...].*

(GF2, 28/10/2009).

Por um lado, este episódio demonstra que as mulheres começam a perceber ligações entre o CRAS e o PBF. Por outro lado, essa vinculação ainda se dá de maneira frágil, pois sobressaem, entre elas, dúvidas quanto ao lugar do CRAS no acompanhamento do PBF.

Apesar dessas dúvidas, algumas famílias beneficiárias do PBF chegam a procurar o CRAS em busca de esclarecimentos quanto aos bloqueios e cancelamentos do seu benefício⁴⁷. Assim sendo, o contato da família com a equipe do CRAS muitas vezes ocorre quando aquela já sofreu algum efeito pelo descumprimento, momento no qual o CRAS procura esclarecer para a família o ocorrido, orientando-a no sentido de regularizar sua situação. Neste caso, pode-se dizer que há um acompanhamento re-ativo, e não pró-ativo.

Outras vezes, parece que tal acompanhamento não chega a se efetivar, como é possível concluir neste enunciado de Graça, que respondia à pergunta anteriormente transcrita, relativa ao lugar que elas buscam para tratar do PBF:

Graça: *O meu foi feito em Ibiapina, houve um mutirão e dividiram pra vários setores, onde a gente foi lá pro Centro Comunitário, daí, pra gente receber o cartão, a gente foi receber no Caixa do Tianguá, e... depois eu decidi que vim pra cá, e... fui na Regional assim que eu cheguei, só pra saber se eu poderia receber aqui sem ter que todos os meses ir receber lá no interior. Aí fizemos a transferência na Regional [disse algo que não deu*

⁴⁷ As famílias que descumprem as condicionalidades do PBF podem sofrer progressivas conseqüências, que vão desde uma advertência até o cancelamento do benefício. Conforme consta na Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, Capítulo III, Art. 4º, (BRASIL, 2008b, p.3), esses efeitos seguem a seguinte lógica: “I - advertência, no primeiro registro de descumprimento; II - bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento; III - suspensão do benefício por dois meses, no terceiro registro de descumprimento; IV - suspensão do benefício por dois meses, no quarto registro de descumprimento; e V - cancelamento do benefício, no quinto registro de descumprimento”.

pra entender] em 2002, aí de lá pra cá fiquei recebendo, aí fui cortada porque vinha pedin...dizendo, vinha carta sempre lá pra casa dizendo que meus filhos não estava, é... na escola, não estava comparecendo à escola. Todo tempo pedindo o cadastramento. Só que antes eles tavam isso, aí depois eles foram, por motivo de doenças, eles foram se a... se retirando todos da escola, e agora só tem a pequena, a... pequena não, que já ta dentro da idade, né, ela ta com 16 pra 17 anos, aí eu acho que foi cortado por causa disso, porque os meus menino não compareciam a escola, aí, também eu, não tinha como eu justificar que eles não iam pra escola porque eles eram doente, né, são doente de esquizofrenia e aí, quando chega o tempo que eles tão na escola eles abandonam tudo e jogam tudo fora e pronto, não querem mais saber, então eu num posso obrigar, né, e... até que chegou a idade deles, passaram mesmo de 16 pra 17 anos, eu também num fui mais atrás de nada. Aí, agora ta vindo as cartas todo tempo pra mim ir atrás de algum benefícios e curso pra eles continuarem no programa, só que eu num fui ainda me cadastrar. Tô esperando pelo o... [respirou fundo], o rapaz que ta agora em crise, que tem um acompanhamento bem certo, sincero, com medi.. e psic..., psiquiatra, pra poder dar o laudo dizendo que ele tem direito aos benefícios que o Governo também libera dentro do Cadastro Único.
(GF1, 14/10/2009).

Como visto, o descumprimento de condicionalidades da família de Graça foi tratado exclusivamente mediante correspondências escritas, o que foi insuficiente para que ela buscasse esclarecer sua situação, uma vez que supôs que a ausência de seus filhos da escola seria injustificável. Desse modo, seu benefício foi cancelado e seus filhos continuaram sem comparecer à escola.

Tal contexto de fragilidade do acompanhamento das famílias do PBF pode favorecer a produção da significação que confere à questão das condicionalidades do PBF um caráter punitivo, haja vista a vivência de sanções por parte das famílias que descumprem tais contrapartidas. Nesse sentido é que autores como Senna *et al* (2007) apontam a importância de ações de acompanhamento das famílias do PBF por equipes multiprofissionais, para além do controle estrito de contrapartidas. A efetivação dessas ações é fundamental para que sejam consideradas as dificuldades cotidianas que as famílias possuem para cumprir as condicionalidades, bem como as reais condições que dispõem para atender tais exigências.

É plausível considerar, ainda, que o contexto de limitação de ações desse cunho pode estimular a produção de significações segundo as quais o desenvolvimento do PBF envolve bastantes irregularidades, significações estas tão prementes entre as mulheres, como visto no capítulo anterior. Sem desconsiderar a existência de irregularidades na operacionalização do PBF, percebo que há casos que não são irregulares, porém significados pelas beneficiárias como tais. A inclusão no PBF de famílias sem crianças e de pessoas que possuem uma renda considerada alta

pelas mulheres são exemplos desses casos que costumeiramente são alvos de polêmicas entre elas.

Outrossim, a proeminência de significações desse cunho entre as beneficiárias pode endossar o assinalado teor restritivo que parece constituir o acompanhamento das famílias do PBF pelo CRAS, uma vez que sugere a falta, ou insuficiência, de elucidações dessas supostas irregularidades. Por certo, se o acompanhamento das famílias do PBF fosse fortalecido e aperfeiçoado, haveria mais espaço para o esclarecimento sobre questões que recorrentemente são alvos de dúvidas entre as beneficiárias, como os critérios para o ingresso no Programa e o cálculo dos valores do benefício por família, por exemplo.

A situação abaixo transcrita é elucidativa tanto da existência de dúvidas, entre as beneficiárias, sobre aspectos concernentes à operacionalização do PBF, quanto do potencial do acompanhamento no esclarecimento dessas questões.

P: Gente e, é... quanto tempo uma família pode passar recebendo Bolsa Família?

[Tereza e Lia tentam falar ao mesmo tempo]

Lia: Eu acredito que quando os filho completou dezesseis ano.

P: Todo mundo pode falar, mas uma de cada vez.

Tereza: Não, porque o meu tem dezesseis ano e eu acho que agora ele não vai receber mais, né.

P: Eu digo assim, faz quantos anos que tu recebe Bolsa Família?

Tereza: Eu vim do Bolsa Escola e daqui pra cá, aí pronto, aí só fazia só renovar.

P: Mas já faz quanto tempo isso, que tu recebe esse benefício? Faz anos?

Tereza: Ixi, faz um tempão.

Outras também respondem: Faz anos.

Maria: O meu faz anos, o meu. Só que assim, veio esse ano agora, eu, sempre foi pouco minhas coisa foi, vale-gás era sete e pouco no mês, aí no outro mês vinha os sete e pouco né, aí passou pra esse agora, aí é assim, meu marido ganha salário, elas [técnicas do CRAS] explicaram bem direitinho... aí divide o salário da pessoa por as pessoa que ta na casa, aí tem que dá cento e pouco, se passar desse dinheiro, aí a gente não... não ganha, não recebe, aí o que elas me dão é vinte reais. Porque teve uma... era dezoito reais aí teve esse aumento agora e aumentou dois reais, aí o que eu ganho é vinte reais. Então elas explica que eu só posso ganhar aquele tanto porque o meu marido recebe o salário e eu só posso ganhar aquele tanto. Mas... a gente foi fazer esse curso de costura, né, elas explicavam que o que o Governo quer mesmo é que a gente se profissionalize pra gente não ficar só esperando por esse Bolsa Família, pra gente procurar um emprego, né, pra gente... conseguir assim uma renda né, a partir do, do... dele né, que ele é que ta surgindo esses curso, que só quem tem Bolsa Família é fazer né, faz todos esses curso, né, aí a gente tem que conseguir uma, uma... se profissionalizar pra conseguir, pra não depender só desse dinheiro, que a qualquer momento a gente pode ficar sem ele, que nem o meu caso né, que eu pensei que não ia mais receber, e ainda tou recebendo, mas faz tempo que eu recebo.

(GF1, 14/10/2009).

No enunciado de Maria, é patente a influência da equipe do CRAS na compreensão que esta beneficiária constrói sobre o cálculo *per capita* necessário para o ingresso da família no

PBF, bem como sobre a razão do valor do benefício destinado à sua família. Como indiquei no capítulo anterior, esta mulher teve uma maior participação em políticas públicas, em comparação à grande maioria das participantes deste estudo. Do mesmo modo, Maria também se destaca quanto à participação em ações do CRAS, o que favorecia a construção de uma relação de bastante proximidade entre ela e a equipe daquele centro.

Com base no prisma histórico-cultural, é possível afirmar que as trajetórias desenvolvimentais e, conseqüentemente, os processos de produção de significações, envolvem mecanismos de “fechamento/abertura” de possibilidades, que variam conforme as configurações no contexto de interação da pessoa com o meio. Assim, pessoa e meio estabelecem uma relação de mútua constituição, configurando um processo no qual ocorre “um constante estabelecimento/rompimento de limites/possibilidades de construção de ações, sentimentos, representações e pensamentos” (CARVALHO; ROSSETTI-FERREIRA; SILVA, 2004, p. 82).

Nesse sentido, a crescente participação de Maria nas ações do CRAS e a ampliação da sua relação de proximidade com a equipe deste equipamento podem favorecer a produção, por ela, de concepções sobre o PBF mais sintonizadas com os elementos oficiais do Programa. Inclusive, na fala de Maria antes exposta, é “audível” a voz do Governo indicando o tipo de relação que deve ser estabelecida entre o beneficiário e o Programa, isto é, uma relação de transitoriedade, a fim de que não se estabeleça uma relação de dependência entre ambos.

Desse modo, é possível perceber, aqui, a interferência do acompanhamento do CRAS na produção da noção de provisoriedade do PBF. Esta noção está intimamente relacionada com o sentido de insegurança e incerteza que prevaleceu entre as beneficiárias, como demonstrei no capítulo anterior.

Essa influência do acompanhamento na construção da idéia de que o Bolsa Família é passageiro ficou bastante evidente durante a pesquisa. Pude observar que, muitas vezes, tal noção parece servir de argumento para o estímulo à não-dependência da beneficiária em relação ao Programa e, conseqüentemente, ao seu engajamento em ações que buscam fomentar sua autonomia. Segue um trecho que suscita a reflexão que acabo de expor:

***P:** Gente, vocês sabem pra que foi criado esse projeto? Pra que, por que foi criado esse Projeto de Inclusão?*

***Zenilde:** Pra ajudar, não, os pessoal carente?*

***Lia:** Porque...*

***Maria:** Não, elas falaram... no dia das inscrições, até, muita gente não queria se inscrever, porque dizia assim: “ah não vou me inscrever porque senão vão me tirar do*

Bolsa família”, elas [profissionais do CRAS] era logo explicando, né, que num tinha nada a ver não, eles... porque o Governo, Federal, quer que a gente que tem esse benefício a gente, por exemplo, ele tá dando esse curso a gente de profissionalização e tem muitos outros, né, pra gente se aperfeiçoar e... se sobrar dinheiro assim comprar material pra gente ter a nossa renda fixa do nosso suor pra gente caminhar com as nossas perna, porque elas explicaram.

Zenilde: E também não depender do Bolsa Família, né, e pra começar a trabalhar....

Maria: ... É. E quando a gente tiver, que elas me disseram que não é pro resto da vida, esse benefício pode acabar a qualquer momento. E quando a gente tiver com as nossas próprias perna, aí a gente não vai só esperar esse dinheiro, né, porque já tem o dinheiro da gente todo mês. Foi explicado, explicaram isso aí.

P: Todo mundo concorda ou tem uma outra idéia?

Maria [dirigindo-se à Nila]: Pode falar...

P: Tu acha que foi pra isso mesmo que foi criado esse projeto?

Nila: É porque, Luana, não é certo, ninguém sabe se..., não vai ser pra vida toda. Mas no meu caso, assim, o meu é pouco, é trinta e três reais, lógico que... eu num dependo só des... num dá pra mim, né, eu não posso dizer que vou depender só desse dinheiro, é uma ajuda somente.

[...]

Lia: Eu acho que pra que o grupo de inclusão... foi, assim, pra tirar as pessoas da acomodação e não depender só daquele dinheiro e ter outra...

Maria: ...renda.

Lia: Outra renda.

(GF2, 28/10/2009).

O seguinte excerto do diário de campo também demonstra essa preocupação, por parte das equipes de acompanhamento do Projeto de Inclusão Produtiva, de estimular a independência das beneficiárias em relação ao PBF. Este trecho corresponde ao primeiro dia em que estive na unidade produtiva, situação na qual profissionais de uma das equipes procuravam mediar o meu contato com as beneficiárias.

Nesse primeiro momento, percebi, por parte da mobilizadora e da técnica de referência do CRAS, uma grande ênfase na possibilidade de fomentar a autonomia das beneficiárias do PBF mediante projetos de inclusão produtiva como este. Seja continuando no grupo e realizando uma produção coletiva, seja conquistando emprego como costureira em alguma empresa (como foi o caso de algumas mulheres que participaram das primeiras fazes do projeto, segundo relato da mobilizadora), ficou muito evidente a intenção de que as mulheres não fiquem dependentes do benefício e conquistem sua autonomia financeira através do trabalho. Neste momento de mútua apresentação [da minha pesquisa e do grupo], ambas [mobilizadora e técnica de referência] buscavam me esclarecer os objetivos e metas do Projeto de Inclusão. Entretanto, senti que a fala dessas profissionais sobre essa questão não se configurava apenas como um informe direcionado a mim como pesquisadora do PBF, mas direcionava-se também, e, talvez, sobretudo, às mulheres, configurando-se como uma espécie de tentativa “convencimento” das mulheres sobre a questão. (DIÁRIO DE CAMPO, 28/08/2009).

Nesse sentido, considero que minha inserção em campo me autoriza a afirmar que, sem dúvida, o estímulo à autonomia constitui-se como uma tônica no acompanhamento do CRAS

às mulheres do Projeto de Inclusão. Como consequência disso, a idéia de que o PBF gera dependência, tão corrente no tecido social, parece ser rejeitada pelas mulheres desta pesquisa, pelo menos no que diz respeito à relação de cada uma com o Programa.

Por sinal, a discussão com as participantes sobre essa questão revelou um dado interessante: ao mesmo tempo em que se destituem dessa condição de dependentes do PBF, elas consideram que a dependência corresponde, sim, a um efeito do Programa entre os beneficiários de um modo geral. A seguir, transcrevo uma situação em que essas questões foram explicitadas no contato com as participantes:

P: É uma última coisa que eu queria conversar com vocês é assim: tem gente que acha que o Bolsa Família, ele deixa a pessoa dependente, né, não sei se vocês já ouviram gente com essa opinião por aí?...

Neta: Já.

P: ... Às vezes tem... até na televisão tem quem diga, tem gente que diz assim “ah porque o Bolsa Família não ensina a pescar, ele dá o peixe”, né, não tem esse ditado né? O que é que vocês pensam desse ditado, o que é que vocês pensam desse dizer assim? Disso que as pessoas dizem que o Bolsa Família deixa a família dependente? O que é que vocês acham disso?

Neta: Eu acho que dependente não, cada caso é um caso. Não é porque que eu tou recebendo o Bolsa Família, aquela coisa mínima que é pra me ajudar em alguma coisa, eu vá jogar tudo pro ar e não vá trabalhar e não vá me esforçar, não vá fazer nada, aí cada caso é um caso, eu acho.

Graça: Também concordo...

Lia: Mas existe muito isso, assim, ainda hoje o pessoal pega o Bolsa Família e não quer fazer mais nada da vida. Tem muita gente, pelo menos no interior, hoje você chega no interior e você não vê mais uma plantação de milho ou de qualquer coisa ou de feijão... porque antigamente, quando a gente era pequeno, todo mundo tinha que ir pro roçado plantar ou colher ou qualquer coisa, hoje você não vê mais esse povo colhendo e nem plantando, eles tão só ali porque eles tem alguma renda pra receber, então eles não vão atrás de nada, não tem mais essas coisas de antigamente que você ia plantar ou colher feijão ou milho ou qualquer coisa. A gente vê um jovem, as mulher tudo bem acomodada e não vão atrás de nada.

P: Você ia falar Graça?

Graça: Pra muita gente, o Bolsa Família deixou muita gente acomodada mesmo. Só esperando cair do céu e não saber lutar, e até como eu falei no começo, não saber multiplicar aquele dinheiro e tentar ganhar a vida com aquilo, porque eu muitas vezes eu multipliquei o meu e tive que deixar, pedi como ajuda a um e a outro pra pegar o dinheiro pra multiplicar e pra o próximo mês eu ter o dinheiro suficiente pra quando precisar pra minhas filha ou pro meus filho dentro de casa pra comprar remédio, pra pagar carro pra ir atrás de remédio em Messejana e em outros canto qualquer. Cansei de pegar oitenta reais, que eu recebia oitenta e dois reais, e comprava de calcinha e no final do mês eu fazia cento e cinquenta, cento e quarenta reais, eu vendia a prestação e ficava recebendo todos os meses um trocadinho, né, de um e de outro, chegava uma pessoa e me pagava dez real... e aquilo tinha sido do Bolsa Família [...]. é por isso que eu digo e repito: não existe falta de trabalho, existe falta de coragem pra muitas pessoas e ainda mais com essa ajuda que recebe do céu, que cai assim do céu mesmo, aí ficou acomodados, esperando só por aquilo.

P: Quem pensa diferente e quem mais quer falar com relação a isso?

Neta: Eu concordo com a Graça em termos de que dá pra investir e vamos investir porque é um ganho a mais em cima daquele que já ganha né, do Bolsa Família.

P: *E as demais? O que tu acha Tereza dessa estória de dizer que deixa a pessoa dependente?*

Tereza: *Eu acho que não, se a pessoa quiser, né. Eu não quero. E é por isso que eu digo que é de cada um, se eu pudesse eu faria o curso, fazia modelagem e ainda trabalhava, porque sábado e domingo eu trabalho. Sábado eu vou lavar a roupa da menina, ou vou fazer faxina e vou trabalhar.*

P: *Maria?*

Maria: *Eu acho que também é como ela falou que cada caso é um caso né. E... deixa acomodado mesmo, não as... a maioria, né, tem muita gente que deixa acomodado, nem todo mundo, né, fica só esperando: “ah porque eu vou receber o Bolsa Família”, aí tem gente que compra alguma coisa no comércio também, né, aí já fica esperando esse dinheiro pra pagar, né, pra pagar as prestações. Eu acho que não é verdade não, mas só pra quem quer, né, se acomodar, porque com ele a gente faz qualquer coisa.*

Francisca: *Eu acho que não, né, porque quem recebe vinte reais vai esperar por aqueles vinte reais pro mês todim? [risos].*

Maria: *Que nem eu, hein?! [risos].*

Francisca: *E eu também. Eu tinha que fazer alguma coisa [disse algo que não deu pra entender]. Ave Maria! [risos].*

P: *Você acha que pelo fato do dinheiro ser pouco não tem como a pessoa ficar dependente, é?*

Francisca: *Não, tem nada. Nem que fosse muito eu ainda não ficava, quanto mais pouco! [risos]. Que é pouco.*

Graça: *Então tu não concorda que existe pessoas acomodadas com mesmo esse pouquinho que ganha?! Pois eu concordo porque eu conheço.*

Maria: *Tem, tem!*

Francisca: *Não, tem pessoas acomodadas, que se acomoda mesmo, porque eu conheço quem recebe cento e quarenta ou cento e trinta e ali pronto, aquele dinheiro e espera só por aquilo... ou esperar por um pouquinho que o marido ganha na reciclagem...*

Graça: *Se conforma com a miséria dentro de casa, né, a pessoa acomodada com aquele pouco e fica acomodado....*

Francisca: *O marido vai pra reciclagem e espera aquele pouquinho e aí recebe aqueles cento e vinte por mês e pronto. Aí ta satisfeito.*

[...]

Neta: *Tem gente que se acomoda sem ta recebendo nada, sem ta fazendo nada, já vem acomodado por natureza.*

[Risos].

Lia: *É verdade.*

(GF1, 14/10/2009).

Para estas mulheres, ficar dependente é uma questão de escolha de cada beneficiário. Assim sendo, elas fazem questão de ressaltar sua escolha, isto é, não ser dependentes do PBF. O comentário de Tereza, por exemplo, é bastante enfático nesse sentido: “*Eu acho que não, se a pessoa quiser, né. Eu não quero*”. É curioso observar que esta mesma participante, em um outro momento da interação, se disse dependente do PBF. Tratava-se daquela situação, já exposta no capítulo anterior, em que conversávamos sobre idéias circulantes no corpo social que vinculam o PBF ao signo “esmola”. Nesta ocasião, Tereza disse: “*Eu não penso isso não, negócio de esmola não. Eu não penso assim não. Eu penso que tem muita gente que depende desse dinheiro. Eu sou uma, né, eu dependo muito desse dinheiro [...]*” (GF1, 14/10/2009).

Pelo visto, para cada situação, o signo “depende” adquire um sentido específico. No primeiro caso, ser dependente do PBF possui uma conotação negativa, próxima à noção de “pessoa acomodada”. Já na situação relativa à segunda citação mencionada, o signo “depende” é usado para afirmar a legitimidade do benefício e afastá-lo do sentido de “esmola”.

Tanto Vigotski (1934/2001) como Bakhtin (1988) oferecem subsídios para a compreensão dessa transformação e diversidade de sentidos que pode adquirir uma mesma palavra.

A dinamicidade como característica fundamental dos sentidos foi realçada por Vigotski quando ele investigava a relação entre o pensamento e a linguagem. Nesta investigação, o referido autor elegeu o significado da palavra como unidade de análise para a compreensão daquela relação, afirmando que ele (o significado) “é, ao mesmo tempo, um fenômeno de discurso e intelectual [...]” (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 398). Assim, o significado passa a ser visto como algo que não é exclusivo nem do pensamento, nem da linguagem, pois “[...] se o pensamento se vincula à palavra e nela se encarna, a palavra só existe se sustentada pelo pensamento” (GÓES; CRUZ, 2006, p. 36).

Isso quer dizer que o significado da palavra integra ambos os processos: a palavra destituída de significado corresponde apenas a um som vazio, o que faz do significado da palavra um fenômeno da linguagem. Ao mesmo tempo, todo significado envolve um conceito e, portanto, um processo de generalização (uma operação intelectual), fato que o atesta como fenômeno também do pensamento (VIGOTSKI, 1934/2001).

Não obstante a importância da consideração sobre o significado da palavra, esse não foi o aspecto decisivo para a investigação do autor. É o que o comentário adiante explicita:

O novo e essencial que essa investigação introduz na teoria do pensamento e da linguagem é a descoberta de que os significados da palavra *se desenvolvem*. A descoberta da mudança dos significados das palavras e do seu desenvolvimento é a nossa descoberta principal, que permite, pela primeira vez, superar definitivamente o postulado da constância e da imutabilidade do significado da palavra, que servira de base a todas as teorias anteriores do pensamento e da linguagem [grifo do autor] (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 399).

O olhar sobre a variação dos significados foi, deste modo, o que levou o criador da Psicologia Histórico-Cultural a explorar o conceito de “sentido” e a acrescentar elementos fundamentais para a compreensão das maneiras singulares que os sujeitos constroem para

significar as relações e práticas que compõem suas vidas (BARROS *et al*, 2009). Assim, os sentidos e sua variabilidade adquirem uma importância incomensurável para a apreciação da linguagem na ótica vigotskiana. Conforme expressa o próprio autor:

Foi essa mudança de sentido que conseguimos estabelecer como fato fundamental na análise semântica da linguagem. O sentido real de uma palavra é inconstante. Em uma operação ela aparece com um sentido, em outra, adquire outro. Tomada isoladamente no léxico, a palavra tem apenas um significado. Mas este não é mais que uma potência que se realiza no discurso vivo, no qual o significado é apenas uma pedra no edifício do sentido (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 465).

Bakhtin (1988), assim como Vigotski, faz referência a duas dimensões presentes nas palavras. Uma delas caracteriza-se por ser constante e reiterável, semelhante ao que Vigotski denominou de significado, relacionando-se ao conteúdo dicionarizado da palavra. A outra dimensão, freqüentemente denominada por Bakhtin como “tema” (BAKHTIN, 1988), refere-se ao aspecto variável que assume a enunciação em cada situação concreta, similar ao que Vigotski chamou de sentido. Segundo Bakhtin (1988), o tema é determinado por elementos lingüísticos, tais como as palavras, as formas sintáticas e morfológicas, e por elementos extralingüísticos que permeiam a situação, como os gestos, as expressões.

A concepção de Bakhtin sobre o que ele chama de tema reforça o entendimento do “sentido” como uma dimensão particular da significação, que só pode ser compreendida no interior da situação em que é produzida. Inclusive, é o que este autor afirma categoricamente na seguinte frase: “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis” (BAKHTIN, 1988, p. 106)

Além disso, este autor ressalta que toda palavra é necessariamente ideológica, dada a imbricada relação entre signo e ideologia⁴⁸. Por isso, ele afirma:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida [grifo do autor] (BAKHTIN, 1988, p. 95).

⁴⁸ Diante da pluralidade de concepções existentes acerca do que seja ideologia, Freitas (1996, p. 127) esclarece o uso que Bakhtin faz desse termo do seguinte modo: “Para Bakhtin, ideologia não é falseamento da realidade ou falsa consciência, nem a proposta do marxismo mecanicista de, através da luta de classes, se destronar a classe dominante. Bakhtin compreendia a ideologia com uma complexidade maior, dando-lhe um outro sentido, mas abrangente do que o de Marx. Via ideologia como espaço de contradição e não apenas de ocultamento. Um produto ideológico faz parte de uma realidade, portanto, a ideologia é uma forma de representação do real”.

Nos enunciados de Tereza antes explicitados, fica visível esse caráter ideológico da palavra. Neste caso, como tentei demonstrar, a mesma palavra adquiriu dois sentidos consideravelmente diferentes. Como entender, então, essa mudança de sentido da palavra “depende”?

Conforme as elaborações de Vigotski (1934/2001) e Bakhtin (1988), os sentidos variam em função do contexto em que são produzidos. Munida desse pressuposto, é possível olhar para as situações em que Tereza produziu os sentidos destacados e compreender em que condições interativas eles foram produzidos.

Na ocasião em que Tereza afirmou “depende” do benefício, prevaleciam enunciados que buscavam se contrapor ao sentido de “esmola” habitualmente atribuído ao Bolsa Família, ao mesmo tempo em que procuravam afirmar a importância do Programa para os beneficiários. Já na situação em que Tereza afirma não querer “depende” do PBF, tal palavra estava sendo recorrentemente tratada como sinônimo de “acomodar-se”, no sentido de não buscar outras formas de gerar renda. Ou seja, neste caso o contexto interativo se configurava de modo a rejeitar a idéia de dependência em relação ao Programa.

Portanto, em ambas as situações, os enunciados de Tereza parecem, claramente, fazer coro às vozes que se sobressaíam naquelas discussões. Essa observação ilustra o postulado bakhtiniano segundo o qual toda enunciação é integrante de um fluxo de comunicação verbal e se constitui como “um elo da cadeia dos atos de fala” (BAKHTIN, 1988, p. 98). Desse modo, ela antecipa as reações da sua compreensão, podendo tanto prolongar enunciações que a precederam como polemizá-las.

Com efeito, a voz que proclama a rejeição à possibilidade de dependência do beneficiário em relação ao PBF imperou nos enunciados das beneficiárias que colaboraram com esta pesquisa. Para isso, o acompanhamento do CRAS às participantes do Projeto de Inclusão parece influenciar sobremaneira, como explicitarei anteriormente. É importante frisar que o Projeto em destaque integra os chamados Programas Complementares ao PBF, os quais, conforme apontei na introdução dessa dissertação, visam a estimular a autonomia financeira e social de famílias contempladas por este programa de transferência de renda, mediante o desenvolvimento de ações de capacitação e geração de renda (FORTALEZA, 2008b).

Desse modo, o Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza procura se constituir como uma “porta de saída” do PBF para suas participantes

(FORTALEZA, 2008b). Assim sendo, uma questão se faz pertinente para este estudo: Como o Projeto de Inclusão se relaciona com significações produzidas por beneficiárias acerca das ‘portas de saída’ do PBF?

A fim de elucidar esta questão, apresento, no tópico que segue, algumas reflexões em torno dos percursos das participantes no Projeto de Inclusão.

4.2. “Caminhar com as próprias pernas”? Significações sobre as “portas de saída” do PBF e os percursos das mulheres no Projeto de Inclusão Produtiva.

Procurei observar, ao longo da minha inserção em campo, como se estabelecia a relação daquele Projeto com o PBF, no cotidiano da unidade produtiva por mim visitada. Entretanto, encontrei uma certa dificuldade de identificar essa relação, principalmente pelo fato de que, naquele contexto, o PBF poucas vezes foi tematizado.

Inclusive, boa parte das situações em que o PBF foi objeto de discussão correspondeu aos momentos em que eu o trouxe como tema. Além dos grupos focais, isso aconteceu em ocasiões nas quais eu fiz alguns questionamentos para as beneficiárias e para as equipes de acompanhamento. Numa destas situações, perguntei a uma das equipes de acompanhamento como eram tratadas as questões do PBF com as participantes do Projeto de Inclusão.

No que se refere a este momento, a seguir exponho um trecho do diário de campo:

[...]. Com relação ao acompanhamento de questões relativas ao PBF junto às mulheres do Projeto de Inclusão, elas [profissionais da equipe de acompanhamento do Projeto] mencionaram que procuram estimular estas beneficiárias a fazerem o cadastramento de seus dados no CadÚnico. Assim, relataram que, após o cadastramento, algumas mulheres tiveram o valor do seu benefício diminuído, o que gerou uma certa revolta por parte delas. Diante disso, foi preciso a equipe de acompanhamento explicar às beneficiárias que, caso elas não tivessem realizado o cadastramento, as conseqüências poderiam ser piores, como, por exemplo, o bloqueio dos seus benefícios. Outra questão que a equipe comentou foi que há, entre as beneficiárias, um sentimento de medo de perder o benefício. Sobre isso, uma das pessoas da equipe falou: “Elas têm medo de trabalhar e perder o benefício”, o que a levou a concluir que não há uma preparação junto aos beneficiários para o seu desligamento PBF. (DIÁRIO DE CAMPO, 27/11/2009).

Nesta ocasião, duas questões me chamaram atenção. Uma delas foi o fato de que a mencionada ausência de preparação para o desligamento do PBF foi considerada por aquela

profissional como uma falha do Programa em si, não sendo relacionada com o Projeto de Inclusão. A segunda questão foi que o tratamento de aspectos ligados ao PBF com as mulheres do Projeto de Inclusão parecia consistir numa tarefa delicada para a equipe do CRAS.

Por sinal, esta questão ficou ainda mais nítida posteriormente, quando conversei com profissionais do outro CRAS sobre a relação do Projeto de Inclusão com o PBF. Segue uma citação do diário de campo que registra esse momento:

Para a técnica de referência do Projeto de Inclusão neste CRAS, as mulheres não percebem muito a ligação do Projeto com o PBF. Segundo esta profissional, talvez isso se deva ao fato de que houve um certo cuidado, por parte do CRAS, em fazer essa vinculação, principalmente no começo do Projeto, por conta do temor que muitas mulheres apresentavam de perder o benefício ao entrar no Projeto. (DIÁRIO DE CAMPO, 16/12/2009).

De fato, esse temor ficou bastante evidente na época das inscrições do Projeto de Inclusão Produtiva, período no qual eu ainda trabalhava no CRAS Vila União. Até mesmo as beneficiárias referiram-se a este fato durante esta pesquisa, como visto no enunciado de Maria, quando respondia sobre as razões para a criação do Projeto de Inclusão: “[...] *no dia das inscrições, até, muita gente não queria se inscrever, porque dizia assim: ‘ah não vou me inscrever porque senão vão me tirar do Bolsa família’[...]*” (GF2, 28/10/2009).

O que essa questão sugere é que projetos como este podem ser significados como uma ameaça, na medida em que implica, para algumas beneficiárias, o risco de serem desligadas do PBF e perderem o benefício. Isso torna mais pertinente a reflexão em torno das significações que os beneficiários produzem sobre as possíveis “portas de saída” daquele Programa.

No caso das participantes desta pesquisa, para quem prevalece o sentido de incerteza e insegurança vinculado ao PBF, como demonstrei no capítulo anterior, parece sobressair o interesse em encontrar alternativas para alcançar alguma renda e não depender do PBF. Isso ficou evidente quando conversei com elas sobre as suas motivações para entrar no Projeto de Inclusão. Abaixo, um trecho do segundo grupo focal que exemplifica isso:

P: O que levou vocês a se interessarem por esse Projeto de Indução Produtiva?
Graça: *Os cursos, né, porque começou a animar a gente **pra gente não ficar só esperando por aquele trocadinho no final do mês e a gente ter um... sonhar numa coisa melhor mais pra frente pro futuro**, porque, veja bem, nós, eu, ela [se referia à Lia] que já não tamo mais recebendo, nós temos agora apenas de se empenhar mesmo nesse... nesses cursos e sair daqui fazendo algum meio de vida pra sobreviver, eu acredito assim, pra mim, o meu pensamento é esse.
 [...].*

*Nilá: [...] Porque eu já tinha noção um pouco de costura, né, e eu queria. **Pra trabalhar também, né, é muito bom, tem muita vaga pra costura e ainda tou continuando e cada vez eu aprendo mais.***

[...].

*Lia: Pra mim, o interesse de participar... porque me disserem que a gente ia fazer uma cooperativa... e que a gente ia ter emprego e renda... aí teve... tivemos a economia soli... as palestra sobre economia solidária e eu achei muito interessante, aí **eu achei que entrando nesse grupo a gente ia ter um emprego e...**, como é?, **a gente ia ter um emprego e uma renda, né, mas só que a gente já batalhando muito [risos] e, até agora, não apareceu essa renda.***

(GF2, 28/10/2009).

Como visto, as participantes chegaram a expressar diretamente o desejo de ampliar suas rendas através do trabalho, colocando esta atividade como parte de suas aspirações. É o que também pode ser visto neste trecho do diário de campo:

Hoje conversei com Maria e Tereza sobre o que as motivou a entrar no Projeto de Inclusão. Tereza falou: “Meu sonho é ser costureira. Tenho o sonho de comprar uma máquina e trabalhar. Se eu tivesse uma máquina, eu ganhava dinheiro”. Maria, por sua vez, disse que lhe atraiu a possibilidade de fazer parte de uma cooperativa. Para ela, esse modo de organização é mais interessante do que muitos empregos, pois oferece condições mais dignas de trabalho. Nesse sentido, ela relatou uma experiência de emprego em que sofreu algumas humilhações, o que a fez compará-lo com a escravidão..

(DIÁRIO DE CAMPO, 10/12/2009).

Todavia, ao que parece, a intenção de não depender do PBF, o desejo de trabalhar e o engajamento em iniciativas como o Projeto de Inclusão não têm sido suficientes para que estas mulheres conquistem, de fato, uma autonomia financeira. É o que sugere a última frase do enunciado de Lia acima exposto: “[...] *mas só que a gente já batalhando muito [risos] e, até agora, não apareceu essa renda*” (GF2, 28/10/2009).

Esse contexto, assim, acaba favorecendo que ações ligadas aos Programas Complementares ao PBF sejam significadas como pouco fecundas para seus beneficiários. Sentidos como este emergiram nesta pesquisa, conforme pode ser observado nesta citação:

P: [...] Se vocês pudessem mudar alguma coisa no Bolsa Família, o que é que vocês mudariam?

[...].

Graça: [...] E o que deveria mudar também mais assim nesse... cada... nesse... Bolsa Família seria mais curso profissionalizante tanto pras família, pra família em geral, pro jovem, principalmente jovem né, as próprias mulheres que não tem emprego, né, que se profissionalizasse e a gente conseguisse até o trabalho.

Lia [fala ao mesmo tempo que Graça]: Eu acredito acho que só curso também não adiantava nada não. Tem que terem curso e já ter o trabalho.

Neta [complementando o que Lia estava falando]: Colocar os dois juntos de uma vez...

P: *Vamo terminar... Termina o que tu tava dizendo Graça, que aí ela entra no que ela tava dizendo.*

Graça: *Era sobre a questão da profissionalização, né, eu acho que deveria ter mais, assim, mais investimento nisso.*

P: *É uma coisa que você acha que deveria mudar, né?*

Graça: *Eu acho que deveria mudar, assim, com ajuda deles, né, que não deixasse também, assim, por exemplo, nós que já estamos fora do projeto [ela estava se referindo ao Bolsa Família], né, a gente agora fica sem saber o que vai fazer, porque não conseguimos emprego pela idade, né, pela idade, a gente sabe que não é só também a boa aparência e nem a mal aparência que a gente não consegue emprego, e sim também a questão da idade, né, que a gente depois de quarenta anos é, tanto faz o homem como a mulher... é quase excluído da sociedade no mercado de trabalho, então assim a gente poderia pedir e fazer assim, se tivesse uma mudança, que tivesse mais cuidado nesse tipo de idade, da terceira, acho que é a segunda idade, né, [as demais riram, confirmando que era a terceira idade] a terceira idade, né, que a gente ficava excluída, fica muito gente excluída.*

P: *Lia, você tava dizendo que acha que curso não basta.*

Lia: *Só curso não basta, porque eu tenho e lá em casa se eu for contar os certificado que eu tenho, os curso que eu tenho, acho que dava pra enricar [risos] e eu até hoje não consegui um emprego através desses coisa...*

P: *E o que que falta?*

Lia: *... e o que que falta? se tivesse um curso profissionalizante e que esse curso levasse a você ao emprego...*

Neta: *Ao mercado de trabalho.*

Lia: *... ao mercado de trabalho.*

P: *Então falta emprego?*

Lia: *Falta emprego. Aí outra coisa, você ta nesse curso que nós estamos, mas o que foi que nós aprendemos nesse curso até hoje? [risos]. Porque o resultado disso aqui vai acabar.*

Graça: *O que é nós temos por garantia desse curso que nós estamos fazendo há oito meses...*

Lia: *O que nós temos por garantia? Vai acabar e depois jogarem a gente por conta aí de qualquer coisa, onde a maioria já desistiu e receberam o passe card, receberam tudo que tinha que receber e taí, tão lá no meio da rua tomando café, catando piolho e fazendo qualquer coisa.*

[Risos].

(GF1, 14/10/2009).

Ao longo da situação interativa acima transcrita, a idéia de positividade de ações complementares ao PBF, como os cursos profissionalizantes, vai sendo relativizada pelas mulheres, pois tais ações têm se demonstrado um tanto quanto infrutíferas para as participantes. Assim, vai ganhando destaque a noção de que ações como essas são insuficientes para a melhoria das condições de vida dessas pessoas, já que não garantem o seu ingresso no mercado de trabalho.

No que concerne ao Projeto de Inclusão Produtiva, também foi possível perceber o enfraquecimento da noção de que ele se configura como alternativa efetiva de geração de trabalho e renda para suas participantes, apesar da proposta deste Projeto de ir além do

desenvolvimento de cursos profissionalizantes e de criar cooperativas para a produção e comercialização coletivas (FORTALEZA, 2008b).

Essa questão foi evidenciada já no instante em que as mulheres me falavam das etapas do Projeto de Inclusão:

P: E, então, com relação as etapas, me expliquem um pouquinho como foram essas etapas. Vocês falaram de palestras de economia solidária, de uns cursos, como é que foi desde o começo? Como é que foram essas etapas do projeto até hoje?

Graça: Depois que fizemos as inscrições, aí elas começaram a entrar em contato com a gente, aí começamos ter reunião de quinze em quinze dias, aí... depois que terminava uma... um tema, aí colocava logo outro e já vinha outro, né...

[...]

Tereza: Eu nem lembro mais.

Zenilde: Ai, tu num sabe de nada, é?

P: Lembra mais não, Tereza?

Tereza: Não, só o que ela já disse, umas reuniões...

Nila: O nosso era assim, era bom era..., cada etapa era um professor, tinha muito trabalho...a gente escrevia, foi bom, né, porque há muito tempo eu num escrevia mais [risos], tava já... aí eu achei muito bom, era muito, os professor era ótimo, cada um, acho que eles eram especializado mesmo pra mudar a cabeça da gente, porque tava muito em casa, sei lá, acomodada demais, pra mim foi ótimo, os professor lá é dez... Aprendemos muito com eles... E eles diziam que aprenderam com a gente, né, acho que não é só a gente que aprendia não, acho que eles também. Ficou muita saudade. Eu fiquei com saudade de todos.

Zenilde: Só aquela parte da gente conhecer gente diferente e era umas pessoa assim tão agradável, nera, Ave Maria, era maravilhoso, eles. Mas eu não me lembro nome de nenhum, mas sei que eles era uma pessoa boa.

Nila: Como era o nome do professor... ?

Maria: Não lembro também não. Tinha umas aulas muito boas que era uma professora e tem uma frase que eu aprendi até hoje e que nem eu aprendi uma com esse daí também, ela dizia assim: “quando o cavalo vier, o cavalo manso, né, o cavalo vier a gente monta em cima se agarra e vai junto, porque as oportunidades é só uma vez” aí nunca tirei isso da minha cabeça. As palestra dela era assim, a gente se organizava na casa da gente, tinha organização, de manhã saber horário pra tudo, organização familiar no lar da gente, né. E teve também...

Lia: ...Gestão...

Maria: ...foi isso daí, gestão o quê?

Lia: diá... diá.. diario de ges...

Maria: Diálogo.

Lia: Diálogo de gestão.

Maria: Foi muito bom aquela aula que a gente...serviu muito pra mim, pelo menos, né, pra gente se organizar bem direitinho o horário, tudo... foi bom demais. Aí já teve a soli... a outra que já foi outro professor, essa...

Lia: ... é, economia solidária.

Maria: ...economia solidária...

Lia: ... saber trabalhar em grupo...

Maria: ...é, em grupo, saber ser solidário, né, saber ajudar, né, essas coisa foi bom demais.

Lia: E, como a gente trabalhava numa cooperativa também, formando cooperativa, né, foi... Uma vez eu fiquei com raiva, aí lá, chegamo... elas começaram às 14h, aí eu fui assistir um filme, aí esse filme era uma família, né, que [risos] a mulher trabalhava e o homem não trabalhava e tinha um filho, né, e eu sei que no final terminou [? ?] só que nesse dia eu saí cansada de casa e a gente, assim, cheia de problema, aí quando eu

cheguei lá, eu disse: “Ave Maria, a gente sai de casa morta de cansada pra assistir uma porcaria de um filme”, só que, na hora, nem liguei pra negócio de curso, só que eles mostrando, assim, mostrando como as coisas não eram fácil na vida da gente, tudo era difícil nera, e eu naquele momento eu não queria entender, eu num queria entender nada, queria era resolver o meu problema, né, aí quando foi no final foi que eu tive a oportunidade de pensar, acabei assistindo [? ?] aquelas besteira, mas aquela raiva.. aí no final eu vim descobrir que era pra mostrar a gente que as coisa não era fácil, pra gente conseguir as coisa tinha que ter muita dificuldade, né... aí eu... era muito bom. E ta sendo bom ainda... Às vezes a gente se desanima, porque o objetivo da gente era querer é... ter um emprego, ter uma renda e até agora não ta sendo fácil a gente ter essa renda e esse emprego, né, muita gente sonha com o emprego e... a gente não conseguiu, mas assim, a gente passa uma, aí no outro dia a gente já vê que tem que continuar porque quem sabe que tem as coisa melhor pra frente.
(GF2, 28/10/2009).

Pelo visto, a questão do emprego foi um tema proeminente no contato com as mulheres desta pesquisa. Este tema provocou bastante controvérsia entre as participantes. A principal polêmica girou em torno de uma questão que pode ser sintetizada da seguinte maneira: para os beneficiários do PBF, trabalhar é uma questão de vontade ou de oportunidade?

A seguir, exponho uma situação em que essa questão veio à tona. Tratava-se do contexto em que elas apontavam sugestões de mudança no PBF, precisamente do momento em que surgiu a indicação, por parte de Lia, de que as condicionalidades do PBF fossem ampliadas:

P: [...]. *Que outras obrigações podiam ter?*

Lia: *Assim, outras obrigações: que o pai e a mãe, que ele fosse necessário, né, que tivesse necessidade, aí porque você bota numa pessoa pra... que recebe Bolsa Família e ele não tem emprego, aí procurasse, assim, por que que ele não trabalha? qual a necessidade dele? e o que ele precisa fazer? e imposse alguma coisa a ele também além de botar, porque às vezes ele bota os filho na escola e passa o dia... que tem dias que não vão nem buscar os menino na escola né.*

P: *Mas, você acha que um pai desse que não trabalha é porque não tem emprego ou é porque não quer trabalhar?*

Lia: *Eu acho que é porque não quer trabalhar, porque emprego tem.*

Graça: *Não querem trabalhar.*

Lia: *Não querem trabalhar.*

Maria: *É.*

P: *Todo mundo concorda ou tem alguém que pensa diferente?*

Neta: *Eu penso diferente.*

Francisca: *Eu também penso diferente.*

Graça: *Pra mim não existe falta de trabalho, existe falta de coragem, porque você com um pequeno dinheiro dá pra você fazer um negócio, é só você saber, é... buscar as alternativa aonde você pode acrescentar aquele dinheiro, multiplicar e fazer uma coisa maior.*

P: *Quem pensa diferente?*

Neta: *Eu penso diferente, porque na hora da fome, da necessidade, aquele dinheiro vai suprir a fome e a necessidade. Não dá pra fazer qualquer investimento pra trabalhar e muitas vezes, você vai atrás de um trabalho, e muitas vezes você é rejeitado pela sua aparência, pelos dentes que falta, pela roupa que você ta vestindo, pela sua cor, existe muito esse sistema racial e as pessoas não gosta de dá oportunidade a ninguém, acontece muito isso.*

[falou de modo bastante incisivo]. [falou algo mais que não deu para entender]... eu num quero falar só pelo meu lado, que eu cheguei e encontrei uma porta aberta e me deram um emprego que eu tenho uma boa aparência e sou uma pessoa que tenho uma leitura e tudo [falou em tom irônico, como quem faz uma crítica implícita às colegas que pensam diferente], muita gente não tem, muita gente é necessitada disso aí também...

Lia: *Mas é por isso é que tem que ter uma fiscalização, por exemplo, “você é carente? tudo bem” “você não consegue emprego? você não consegue nada?, então vamos saber porque e o que ta faltando”. Era pra ser assim, a fiscalização assim por que?. Porque...*

Neta [interrompe]: *Mas, só a fiscalização não ia adiantar, ia adiantar uma pessoa chegar e me abrir um porta de emprego, aí ia adiantar.*

P: *Então além da fiscalização você ta falando de ter outras oportunidades, é? Chance de emprego, essas coisas?*

Neta: *Isso.*

P: *E você, que... [dirigi-me à Francisca, que também havia discordado das demais].*

Francisca: *O que eu ia falar era isso mesmo o que ela falou. Ela já disse tudo o que eu ia dizer. [risos].*

Neta: *Porque a gente ta numa situação que ta dando pra levar, aí às vezes a gente julga pelas coisas que muita gente passa, tem gente que procura mesmo, tenta se arremediar de tudo, gente, e não tem como, muitas portas são fechada pra muita gente, muita gente mesmo. Você tira pelo, tem muitos estudante, que já fez faculdade, fez isso e aquilo. Às vezes procura um emprego, tenta, tenta, tenta e não consegue. Muitas deles chega até a se desesperar, entra em depressão, comete suicídio e é só o que a gente vê. O distúrbio aí de todo jeito por causa dessas coisa que acontece.*

(GF1, 14/10/2009).

O que pensar da idéia de que “*Trabalho não falta, falta coragem!*”, proferida por Graça neste e em outros momentos (DIÁRIO DE CAMPO, 06/10/2009) e compartilhada por Lia e por Maria, como o próprio episódio acima demonstra? Tal assertiva carrega consigo a noção de que a situação de desemprego – que acomete diversas pessoas atualmente (ANTUNES, 2005; MARANHÃO, 2008), entre elas os beneficiários do PBF⁴⁹ (FORTALEZA, 2009a) – é de responsabilidade exclusiva dessas pessoas.

O deslocamento para o indivíduo da responsabilidade de superar os riscos sociais a que está exposto é, para Sposati (2002), uma das conseqüências da hegemonia neoliberal. Para a autora, trata-se de um mecanismo que “[...], perversamente, se volta contra o próprio cidadão

⁴⁹ Sobre a situação trabalhista dos beneficiários do PBF em Fortaleza, os resultados do Diagnóstico Social realizado neste município, em 2008, apontam que “em sintonia com os processos crescentes de desemprego, subempregos e precarizações nas relações de trabalho em nossa sociedade, os usuários do PBF em Fortaleza apresentam uma prevalência de indivíduos sem trabalho e/ou desempregados (9.104) em todas as Secretarias Executivas Regionais (SER’s), com as maiores concentrações na SER VI (3.106), seguida das SER’s V (1.985), III (1.271), I (1.260), II (809) e IV (616). Os autônomos sem contribuição à previdência social – deixando-se expostos, portanto, aos riscos vinculados ao trabalho – estão em segundo lugar com 3.215 pessoas. Os assalariados sem carteira assinada, passíveis de vivenciar formas precarizadas de trabalho, contabilizam 204 recorrências. Nestas três situações de trabalho, os quantitativos mais elevados aparecem nas SER’s V e VI. Os assalariados com carteira assinada, cujos direitos sociais e trabalhistas estariam supostamente garantidos, apresenta-se em proporções menores: 115 recorrências entre os usuários do PBF” (FORTALEZA, 2009a, p. 70).

como se fosse dele a responsabilidade pela inexistência de trabalho formal ou resulta-se de sua desqualificação a situação de desproteção em que se encontra” (SPOSATI, 2002, p. 11).

Ao tratar a falta de emprego como conseqüência de atributos do indivíduo – no caso, desejo e coragem – há um processo de naturalização dessa questão, como se ela não dissesse respeito aos parâmetros que regem a vida em sociedade. Por sinal, isso se assemelha ao que Telles (1998) diz ocorrer com a questão da pobreza no horizonte simbólico da sociedade brasileira.

Embora esse tipo de concepção tenha se apresentado de forma bastante contundente em enunciados de Graça e Lia, estas mesmas participantes, em outros enunciados, acabam contradizendo a idéia de que a falta de trabalho se deve exclusivamente à “falta de coragem” do indivíduo. Isso ocorre quando elas põem em evidência as suas próprias dificuldades de conseguir emprego, como é o caso da situação, já transcrita nesta dissertação⁵⁰, em que elas abordam a questão dos cursos profissionalizantes.

Em um outro momento do primeiro grupo focal, Graça também fez alusão às dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho, sugerindo que, de modo semelhante ao PBF, aquele é permeado de incertezas e de insegurança. Neste momento, as mulheres ressaltavam a necessidade de ampliar a fiscalização do Programa. Graça, então, disse:

*Aí esse... também o..., esse é, como é que chama esse ano que começou? O recadastramento, todos os anos, né. E saber realmente porque, as vezes a pessoa entra, não tá trabalhando, mas logo mais em seguida arruma um trabalho, mas aquele trabalho também de carteira assinada, né, uma coisa que é garantida também, porque... **você, pode trabalhar hoje, daqui um, dois meses, três meses [??]** [neste momento, houve um ruído na sala. Por isso, não deu para entender a conclusão desta frase]. *Aí, de repent..., aí pronto, vai passar aquela temporada sem ter de onde ganhar, se virando de qualquer jeito, né, no caso, é o meu caso, que... eu fui cortada agora também, eu e a cumadre Lia, por causa que o marido tava trabalhando, é lógico que eu não ia chegar no cadastro e mentir, dizer que eu estava sem trabalho dentro de casa. Eu estou, mas meu marido está trabalhando. Então eu num fui fazer questão de fazer recadastramento, nem mentir, nem levar um, não levar um comprovante de renda dizendo que não tinha renda e gente trabalhando na minha casa... mesmo a gente sabendo que a gente vai arriscar que um emprego de carteira assinada hoje não é tão garantido também, né?* (GF1, 14/10/2009).*

A partir do prisma histórico-cultural, como entender a contradição premente nos enunciados de Graça e de Lia ora destacados? Conforme já enfatizado, para a citada perspectiva,

⁵⁰ Página 119.

a relação com o *outro*⁵¹ constitui-se como condição para o desenvolvimento humano, configurando a dialogia como uma característica fundante dos processos (inter)subjetivos (SIRGADO, 2000; ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Essa “contínua e básica alteridade” que funda o desenvolvimento confere aos processos humanos um caráter de multiplicidade (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA, 2008, p. 237). É por isso que Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 25) afirmam que “a pessoa é múltipla porque são múltiplos e heterogêneos os vários outros com quem interage. A pessoa é múltipla porque são múltiplas as vozes que compõem o mundo social e os espaços e as posições que vai ocupando nas práticas discursivas”.

Esta leitura se coaduna com os postulados bakhtinianos que afirmam que cada pessoa carrega consigo múltiplas linguagens, contrariando a idéia de unicidade do sujeito. Pautadas nessa concepção bakhtiniana, Amorim e Rossetti-Ferreira (2008, p. 241-242) comentam:

[...] a pessoa é constituída por uma dinâmica multiplicidade de ‘eus’, cada um representando vozes específicas que se relacionam, se alternam e que estabelecem relações diversas de dominância e poder. [...]. Haveria, assim, uma multiplicidade de posições entre as quais acontecem relacionamentos dialógicos, o *eu* tendo a possibilidade de mudar de uma posição para outra diferente e, até mesmo, oposta. [grifo das autoras].

Com base nestas considerações, é plausível compreender as significações produzidas por Graça e Lia sobre a questão do trabalho como frutos do entrecruzamento de suas experiências com múltiplas vozes sociais que abordam essa questão e que circulavam no contexto interativo do grupo focal. Neste processo de produção de significações, é possível que co-existam sentidos divergentes e, até, contraditórios sobre um mesmo fenômeno (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004) que, neste caso, correspondia à ausência de emprego.

Apesar destes múltiplos sentidos, os relatos de experiências das mulheres deste estudo confirmam estatísticas que apontam o desemprego como uma dura realidade para beneficiários do PBF (FORTALEZA, 2009a), o que restringe as “portas de saída” destes do Programa. No material produzido nesta investigação, há uma fala de Tereza extremamente significativa do que acabo de dizer.

Ao argumentar contra a idéia de que o Bolsa Família seria uma esmola, Tereza disse: “[...] eu dependo muito desse dinheiro, porque se acabar, pra mim, vou ter que sair do curso de

⁵¹ Refiro-me a “*outro*” em termos genéricos, incluindo desde as pessoas com quem cada indivíduo interage ao longo da vida, até os códigos e significações produzidos culturalmente e compartilhados por um grupo social.

costura e fazer de tudo pra trabalhar, porque eu já fui, mas... não tem. Não tem! Não tem emprego!” (GF1, 14/10/2009).

Essa fala de Tereza torna legível a compreensão de que, diante da fatídica falta de emprego, o PBF, embora incerto, passa a ser significado como condição para a permanência da beneficiária no Projeto de Inclusão. Em consequência, perde relevo a noção de que esta atividade complementar ao PBF se constitui como uma possível “porta da saída” do mencionado Programa.

Ante essa concreta situação de desemprego e considerando a recente expansão da assistência social, autores como Mota, Maranhão e Sitcovski (2008) ressaltam a urgência de que seja discutido o nexos entre as políticas públicas de intervenção sobre o mercado de trabalho e a política de assistência social. Para os referidos autores, perante a impossibilidade de garantir o direito ao trabalho no capitalismo contemporâneo, o Estado tem alargado o âmbito de atuação da assistência social, passando a assumir o grande contingente de desempregados e desqualificados para o mercado de trabalho.

Desse modo, Mota (2008, p. 144) alerta sobre o risco da assistência social se constituir, política e ideologicamente, num “mito social”, na medida em que “passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social”. Nesse sentido, a autora expõe a seguinte restrição em relação à expansão da política de assistência social:

[...] do ponto de vista da cobertura universal, a despeito da política de assistência, e dos inúmeros avanços que ela contém, tememos pela inversão da equação [...] ou seja, se antes a centralidade da seguridade girava em torno da previdência, ela agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho. (MOTA, 2008, p.138).

Em face dessas questões, é imprescindível afirmar que, aos beneficiários do PBF, é preciso afiançar não só o direito à assistência social mas, principalmente, o direito ao trabalho (FORTALEZA, 2009a). Com os dados até aqui apresentados, é possível considerar que parece perder relevo para as mulheres desta pesquisa o sentido de que o Projeto de Inclusão consiste num caminho viável de geração de renda e como possível “porta de saída” do PBF.

De fato, o escasso retorno financeiro que o Projeto em foco tem proporcionado para as participantes foi um elemento bastante enfatizado por elas durante a pesquisa, responsável, inclusive, pela grande evasão observada ao longo do seu desenvolvimento. A fim de ilustrar essa

análise, trago, em seguida, um momento do segundo grupo focal em que tais questões foram evidenciadas:

[Este momento foi subsequente àquele no qual elas afirmaram que o Projeto de Inclusão foi criado para proporcionar a autonomia financeira e a independência em relação ao PBF].

P: *E vocês acham que isso aconteceu? Que isso ta acontecendo? Que ta dando pra “caminhar com as próprias pernas”? Como é que ta? Isso que foi a intenção, isso ta acontecendo no dia-a-dia?*

Maria: *Não.*

Lia: *Eu acho que foi a intenção, mas num... num ta muito porque hoje, antes tinha mais ou menos, quem tinha cem por cento acho que hoje tem dois por cento das pessoas [risos], eu acho que...*

Nila: *Não, mas eu acho que...*

Lia: *...a intenção foi boa, mas só que não ta, só se melhorar ainda, mas até agora, pra mim, não melhorou muito não, porque cada dia que passa o pessoal tão se afastando mais.*

P: *Então, só deixa ver se eu entendi, tu falou assim que tinha cem por cento e agora só tem dois por cento, tu ta falando das pessoas que desistiram do projeto?*

Lia: *Sim. Que desistiram.*

P: *Tu ia falar alguma coisa, Nila?*

Nila: *Mas tem muita, tem muitas pessoas, assim, que tavam nesse curso com a gente e não ta continuando, mas já arranjaram emprego, tem gente que já arranjou.*

P: *De costura, por exemplo?*

Nila: *Sim.*

P: *Vocês conhecem também pessoas que...*

Maria: *Conheço.*

Alguém disse: *Tem.*

P: *... aprenderam no projeto e conseguiram emprego?*

[Várias falaram ao mesmo tempo, acho que elas estavam lembrando de mulheres haviam arranjado emprego].

(GF2, 28/10/2009).

Quando perguntei sobre as dificuldades do Projeto, a questão da evasão e da falta de retorno financeiro ficou ainda mais notória:

P: *[...] Quais são os principais problemas, as principais dificuldades que vocês acham desse projeto? Quais são os principais problemas e as dificuldades que vocês tão enfrentando no dia-a-dia?*

[...]

Graça: *A dificuldade também é a questão financeira, né, que a gente não ta tendo ainda um trocadinho como [? ?]... mas é... as dificuldade pra gente é essas coisa, é a questão financeira mesmo que ainda não ta dando pra gente sobreviver só com isso [...].*

[...]

Maria: *E a minha, no meu grupo, a maior dificuldade é, assim..., como o pessoal ta se distanciando, né, o grupo era muita gente e agora ta pouca gente, aí tem dia quem mais, quem vem somos mais nós três [Ela, Tereza e Zenilde]...*

Zenilde: *É verdade.*

Maria: *...aí minha dificuldade é o desinteresse também, né, das outras que tão... vem e não vem, vem e não vem...*

P: *Por que vocês acham que as pessoas deixaram de vir? Por que vocês acham que elas se desinteressaram?*

Maria: *Porque a maioria delas quer dinheiro logo, porque elas também precisam trabalhar, né, são... cada qual precisa, né, aí muita vezes elas não vêm porque vão fazer*

uma faxina... aí por isso, se quando tiver...assim, todo mês a gente tivesse aquele tanto, né, aí já vinha com mais animação, né, já vinha...

P: *Que é um dos problemas que a Graça tava falando de ter um retorno financeiro e de ainda não ter esse dinheiro?*

Maria: *É.*

Lia: *E por isso que todo mundo desistiu, né, porque elas achavam que ia ter retorno financeiro bem rápido, né...*

Maria: *Exatamente. É.*

Zenilde: *É.*

Lia: *... e num tá sendo fácil, né.*

(GF2, 28/10/2009).

Durante a pesquisa, a queixa em relação à desistência de muitas mulheres foi constante entre as participantes que continuam freqüentando o Projeto. Dentre as explicações para esse fenômeno, era recorrente a referência à questão da ausência de retorno financeiro. No período da observação-participante, isso veio à tona logo nos primeiros dias em que eu acompanhei o cotidiano da unidade produtiva. O trecho que transcrevo a seguir corresponde a uma destas ocasiões:

[...]. Hoje elas queixaram-se das participantes que não comparecem. Uma delas acha que o principal motivo da evasão é a falta de desejo. Para ela, questões objetivas como a falta de passe-card não é tão preponderante. Isso porque, atualmente, mesmo sendo sanado este problema, muitas participantes não comparecem à unidade. Disseram que o interesse das mulheres é o dinheiro e, como ainda não foi possível alcançar um lucro para partilha, muitas estão desestimuladas. O dinheiro arrecadado até então está em caixa para a compra de material e para a produção de novas peças. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/09/2009).

Assim como as participantes, profissionais dos CRAS por mim visitados também reconhecem na carência de retorno financeiro uma razão para a grande evasão ocorrida no Projeto de Inclusão. Nesse sentido, uma técnica de um destes centros avaliou que foi criada muita expectativa para pouco retorno efetivo, gerando frustração entre as participantes do Projeto de Inclusão. Dentre estas expectativas referidas, ela destacou a geração de renda e de trabalho.

Apesar dessa frustração, as mulheres que permanecem no Projeto demonstraram ter esperanças de que esta expectativa se concretize. Adiante, transcrevo um episódio em que a manutenção dessa intenção se manifestou. Neste mesmo episódio, além disso, é possível perceber que a dificuldade financeira que as mulheres vivenciam no Projeto pode estar contribuindo para a perpetuação de desigualdades de poder atinentes às questões de gênero.

P: *[...] se vocês pudessem mudar alguma coisa no projeto, o que é que vocês mudariam?*

Zenilde: *A mudança é sobre o... o salário, né [risos].*

Maria: *Muito bem, eu gostei! [risos].*

Zenilde: *Porque aí a gente se animava mais, né.*

P: *De ter um dinheiro, é?*

Zenilde: *É, de ter um dinheirinho ao meno pra gente receber no final do mês.*

P: *Mas aí depende das vendas, né?*

Maria: *É.*

Zenilde: *É, que foi o caso das meninas sair porque não ganhava nada e elas precisavam mesmo, tinha umas que não tinha marido, né.*

Maria: *E tinha uma... tem uma, no caso duma que tem marido, que ela falava assim: “ah, mulher, eu não vou mais não porque meu marido disse assim: o que tu vai fazer todo dia, trabalha e não ganha dinheiro, cadê o dinheiro que não traz pra casa?” [risos], aí ela falava era muito isso pra gente, né, tem marido que é assim, né, não é que nem o meu e que nem de muitas aqui, né.*

Zenilde: *É... “o que tu tá fazendo?”...*

Maria: *...”vai sair pra trabalhar?, isso não é um trabalho?, vai costurar?, pois então cadê o dinheiro?”. Eles queriam ver o dinheiro, né.*

P: *Alguém passa por isso também em casa?*

Graça: *Passei foi muitas vezes, viu.*

(GF2, 28/10/2009).

Assim, a despeito da finalidade do Projeto de promover a superação das desigualdades de gênero (FORTALEZA, 2009b), o fato de ele não proporcionar, efetivamente, rentabilidade econômica para suas participantes parece colaborar para que novas formas de relações de poder entre homens e mulheres sejam instituídas. Desta feita, é possível depreender que, no contexto do Projeto de Inclusão, há um tensionamento entre as significações que põem em evidência o caráter histórico das desigualdades de gênero – defendendo a necessidade de fazer frente a elas – e as situações em que estas desigualdades se atualizam no cotidiano de participantes do Projeto.

Como expus no capítulo anterior, aquelas significações se presentificaram nos enunciados das mulheres, quando discutida a questão da titularidade do PBF. Certamente, o desenvolvimento do Projeto de Inclusão tem contribuído para a circulação dessas significações, dado o mencionado intuito de superar as desigualdades de gênero. Aliás, durante a etapa de “Formação para a Cidadania”, as participantes do Projeto entraram em contato com temas que veiculam as ditas significações, tais como “organização política das mulheres” e “economia feminista” (FORTALEZA, 2008b).

Ao mesmo tempo, houve casos em que mulheres eram impedidas pelos respectivos companheiros de comparecer ao Projeto, conforme relatos das próprias participantes e da equipe de acompanhamento. Eis um trecho do diário de campo em que um destes casos foi evidenciado:

[...]. Foi mencionado o caso de uma mulher que chegou a desistir do Projeto por conta das ameaças do marido. Segundo a mobilizadora, esta mulher não havia participado da etapa de formação básica [corresponde à “Formação para a Cidadania”], o que, no seu ponto de vista, foi decisivo para a desistência da beneficiária. Para essa integrante da

equipe de acompanhamento do Projeto, a participação da mulher na formação básica teria contribuído para a mudança daquela situação, uma vez que, nesta etapa, as mulheres se tornavam mais “abertas” para o questionamento das relações de poder entre homem e mulher. Ela ressaltou ainda que, nestes casos em que as mulheres não participaram da formação básica, permanecia a busca por parte da equipe de acompanhamento de estimular a autonomia das participantes.

(DIÁRIO DE CAMPO, 27/11/2009).

Portanto, é patente a co-existência conflitante entre significações que visam a dirimir disparidades de poder entre os gêneros e a recorrência de circunstâncias em que essas disparidades se mantêm. Como decorrência do exíguo retorno financeiro para as participantes do Projeto de Inclusão, estas circunstâncias ganham notoriedade, podendo contribuir para que aquelas significações percam potência.

Durante a minha inserção em campo, pude identificar alguns aspectos do desenrolar do Projeto que interferiram na questão do pouco retorno financeiro, como a própria dinâmica de produção daquela unidade produtiva e o processo de comercialização dos produtos. No que se refere à dinâmica de produção, era muito comum encontrar as mulheres na unidade sem que parte delas estivesse, de fato, costurando. Apesar de se fazerem presentes no espaço de produção do grupo, algumas delas costumavam ficar conversando, sem produzir. Com o tempo, fui percebendo que não havia, efetivamente, um planejamento coletivo da organização da produção daquela unidade produtiva.

Segue, abaixo, a transcrição de um momento da observação-participante em que isso se evidenciou:

[...]. Chamou-me a atenção o fato de que uma das participantes não estava costurando, e sim rezando o terço. Aliás, boa parte do tempo, apenas uma participante estava produzindo, enquanto as demais ficaram conversando. Elas comentaram que estavam esperando por Maria, pois, segundo elas, esta participante saberia melhor o que elas teriam pra fazer [...]. Quando não esperam por Maria, aguardam a professora voluntária⁵² para saber o que e como produzir. Tenho notado que isso [de ficar na unidade sem produzir] é algo comum. Muitas delas comparecem, assinam a ata, mas não produzem, ficando apenas conversando e saindo, em seguida. Entre as possíveis razões para isso, consigo, até o momento, perceber que parece haver a carência de uma maior organização da produção, ou seja, de um planejamento para decidir o que produzir, pra quê e com qual prazo. Além disso, observo uma certa insegurança das mulheres com relação à própria técnica. Inclusive, elas mesmas comentaram hoje que têm dificuldades de cortar os tecidos. (DIÁRIO DE CAMPO, 17/09/2009).

⁵² Tratava-se de uma funcionária do CCPM que se voluntariou para dar algumas orientações de corte e costura para as mulheres.

A questão da insegurança em relação à técnica ficou cada vez mais visível no decorrer da pesquisa. Esta parte do diário de campo registra um momento em que conversei diretamente com as mulheres sobre essa questão:

[...]. Uma questão que apareceu novamente foi a insegurança delas em relação à técnica de costura. Elas consideram que não aprenderam suficientemente tal técnica, o que as faz produzir com certa insegurança e construir peças sem muita qualidade. Nesse sentido, disseram que, diferentemente da “parte teórica” [“Formação para a Cidadania”], o tempo do curso técnico foi extremamente reduzido. Comentaram, ainda, que sentem falta de uma professora diária, de um acompanhamento prático mais próximo e prolongado. Comentaram que não têm confiança em cortar as peças, que não se sentem seguras e concluíram: “acaba que botam a perder” [o material].
(DIÁRIO DE CAMPO, 08/12/2009).

A necessidade de um acompanhamento técnico e sua relação com o processo de produção desta unidade também foi mencionada no grupo focal, especificamente no momento em que elas respondiam à pergunta sobre as dificuldades do Projeto.

Segue um trecho que registra esse momento:

[...]
Lia: *Sim, aí tem a dificuldade também da gente viver só, né, assim... viver só assim, porque como era pra... eu acredito que pra começar o grupo produtivo, era pra gente ter começado com mais, com, assim, com alguém orientando melhor pra que não tivesse, é... eu acho que soltaram a gente aí e aí... soltaram e a gente não teve aquele, assim, o acompanhamento, assim, de ter você... não sei, eu sei que um dos problemas foi esse, né.*
P: *Mas vocês não disseram que tiveram um curso que falou de como trabalhar em grupo, falou de associativismo...?*
Zenilde: *Teve.*
Lia: *Foi, mas aí quando nós chegamos na unidade sem ninguém pra orientar, aí, né...*
Maria: *Aí teve gente que pegou o tecido e cortou, sem a gente nem ter tido curso de corte, né, de modelagem, aí estraga o tecido, né, tem que saber o sentido do tecido, tem gente que, né? E também, assim, é preciso porque fica... na hora de botar no papel, assim, pra acompanhar, pra esses cursos que a gente aprende é muito difícil a pessoa por em prática, tá entendendo?*
Lia: *É...*
Maria: *Né?*
Lia: *...porque é só um mês, né, que a gente vem e num... não dá pra gente... a gente num tem nenhuma experiência.*
Maria: *Mas também elas ficaram de colocar a pessoa pra acompanhar a gente, mas não veio até hoje, então... e vendo só promessa, promessa, que ia vir, ia vir e ainda tamo com essa promessa. E também é uma dificuldade, né... tem que ter a pessoa pra orientar a gente.*
(GF2, 28/10/2009).

Além da dinâmica de produção, o processo de comercialização dos produtos pareceu-me interferir na pouca renda que o Projeto tem gerado para as mulheres. Pelo que pude acompanhar, esse processo envolve algumas dificuldades, como a carência de espaços e de infra-

estrutura para a exposição dos produtos. Com relação aos espaços para venda dos produtos, as mulheres costumam participar de eventos promovidos pela Prefeitura e, eventualmente, de algumas feiras que ocorrem próximas às suas comunidades.

Enquanto estive na unidade, pude acompanhar a preparação e o resultado da participação delas em uma destas feiras. Este foi o registro que fiz desta observação:

[...]. Houve dificuldades relacionadas ao transporte e à infra-estrutura de mesas para a exposição das peças. Percebi que a equipe de acompanhamento estava bastante empenhada em sanar essas dificuldades. Apesar deste esforço, entretanto, as mulheres concluíram que tiveram prejuízo, uma vez que o resultado de suas vendas foi, apenas, R\$ 4,00, sendo que elas precisaram voltar de ônibus e gastaram dinheiro para pagar as passagens. Ao ouvir o relato das demais, Catarina, que não foi à feira, lembrou-se do período em que elas levavam, para suas casas, peças para vender na vizinhança. Segundo ela, essa estratégia até que deu certo, mas foi “impedida” pela equipe de acompanhamento. Nesse sentido, elas me explicaram que a mobilizadora, em nome da SEMAS, disse que elas deveriam vender em feiras, e não em casa, pois, desta maneira, elas se tornariam “sacoleiras”, o que não se coaduna com a proposta do Projeto. Nesse sentido, elas queixaram-se da necessidade de comunicar à SEMAS tudo o que forem fazer em relação às vendas. Segundo elas, até mesmo quando querem expor nas pracinhas das suas comunidades, devem informar à SEMAS. (DIÁRIO DE CAMPO, 15/10/2009).

Essa problemática das vendas também foi explicitada no grupo focal. A seguir, transcrevo o momento que girou em torno dessa questão:

[...]
Maria: A maior dificuldade é essa, a gente tem peça e não tem aonde vender.
Graça: Nós também fica presa a essa questão de só... só se for, se tiver eventos programados pela Regional, pelos CRAS, pelas...né, essa estrutura da coisa aí também tá ficando um pouco difícil porque a gente dependendo só desses eventos.
Maria: Só quando tem.
P: Mas porque vocês dependem desses eventos?
Graça: Não sei, isso é o que a gente queria saber se...
Maria: É ordem deles.
P: É ordem deles?
Graça: Desse projeto dessa cooperativa pra gente colocar só quando tiver esses eventos.
Maria: Eles dizem assim: “gente, porque não tem sentido”...
Lia: A gente não pode levar uma pra trabalhar em casa, não pode sair...
[Neste momento, muitas falam ao mesmo tempo]
P: Espera aí, então deixa eu entender...
Maria: ...uma de cada vez [risos]
P: ...uma de cada vez. Vamo lá, todo mundo fala um pouquinho. O que eles dizem?
Graça: É, eles diz que não pode, tira o sentido da cooperativa se nós andar com sacolinha de porta em porta, batendo nas porta e vendendo, à prestação, ou mesmo à dinheiro, ou colocar em feira, porque aí tira o sentido da cooperativa, aí a gente fica se perguntando: “e aí?”, nós temos peça que foram guardadas e não tem onde colocar, ter tem onde colocar, mas a gente não pode, e agora por que não pode?, essa é a pergunta que eu quero deixar no ar. Por que não pode? [...].
P: E vocês já conversaram com eles sobre isso?
Graça: Em algumas reuniões a gente já teve, essa... já conversou com as mobilizadora, e elas disseram que isso tira o sentido de cooperativa.

Zenilde: *Aí as roupa fica lá, e a gente fica assim, né...*

Graça: *Pois é, às vezes quando a gente vai ver uma roupa, que já tá até quase fora de moda já, que ninguém quer nem usar mais, faz o que? Desmancha pra guardar lá dentro.*

Maria: *É.*

Zenilde: *[...] se a gente vendesse, saísse e levasse, vendesse. Porque de primeiro, as menina começou levando, né, aí depois não deu certo e foi quando a gente apurou um pouquinho de dinheiro foi nessa época, não foi não?*

P: *Que época que vocês vendiam?*

Maria: *Porque a gente botava na pracinha.*

Zenilde: *As menina levava e vendia.*

Maria: *As meninas levava...*

P: *Botava na pracinha e vendia na pracinha?*

Maria: *Hum rum.*

Zenilde: *Pois é, e às vezes ela levava pra casa, vendia...*

Maria: *...e aí pagava com quinze dias, aí de repente a Silvia disse que não podia.*

[...]

P: *E o CRAS nessa história? Qual a participação do CRAS?*

Zenilde: *Pois é, elas num querem, né...*

[...]

Lia: *É nesse intercâmbio, né, e assim, elas ficam, assim, organizando, por exemplo, na unidade: elas ficam sabendo como é que tá, o que é que tá faltando...é... e só. Alguma coisa que tá faltando...*

Graça: *Nós... nós agora... é, vai começar um evento lá na Praça do Ferreira e que vai ser sobre o racismo e nessa semana nós temos essa semana pra decidir nos três grupos pra ficar revezando pra ir colocar as coisas na feira, né. É.. a gente assinou um papel, aqui na Regional, eu acho que amanhã elas vão falar mais sobre isso, e... e aí pronto, nós vamos ter esse evento, aí só Deus sabe quando tiver outro pra nós ficar, então a maior dificuldade que a gente tá achando é essa questão da gente já tá... pegando um pouquinho e nós támos presos demais à...*

Alguém disse: *À SEMAS.*

Graça: *...à SEMAS.*

P: *Sempre são eventos que a Prefeitura...*

Maria: *É da prefeitura.*

Graça: *... organizado pela Prefeitura.*

P: *Vocês só podem vender nesses eventos?*

Graça: *Só. O que tá podendo agora pra nós é isso agora.*

[...]

P: *Eu sei, tô entendendo. Tu ia falar alguma coisa, Maria, da participação do CRAS nessa história?*

Breve silêncio.

Maria: *É, o CRAS, é como... é lá, de lá, e eu não entendo muito não, porque é SEMAS e vem, vem, vem... [...]. Porque o que a Silvia passou pra gente foi que tudo que a gente, qualquer feira que a gente fosse fazer, e até que a gente fez uma aqui, tinha que passar lá pro SEMAS, mostrar, dizer o horário, o dia, tudo assim, tudo registrado.*

P: *E o que a SEMAS, vocês sabem o que é a SEMAS?*

Lia: *Eu só sei... acho que é o coisa mais...*

Graça: *Secretaria...*

Maria: *... de Assistência...*

Graça: *Secretaria de A..., Municipal...*

Lia: *... de Assistência Social.*

Graça: *...de Assistência Social.*

P: *Tu disse que era... só sabe que é o quê? [dirigindo-me à Lia].*

Lia: *Só sabe o que é o mais de cima [risos].*

Maria: *É o lá de cima, aí vem dando as ordem.*

(GF2, 28/10/2009).

Este momento indica que, do ponto de vista das mulheres, as equipes de acompanhamento do Projeto e, especialmente, a SEMAS representam uma espécie de autoridade perante as decisões e os rumos concernentes àquela unidade produtiva. Além desse episódio, também tive essa interpretação em alguns momentos da observação-participante. Nestas ocasiões, observei que, muitas vezes, a equipe de acompanhamento funcionava como uma espécie de “juiz” que dava a “sentença” para a resolução de conflitos existentes nos grupos.

Sobre isso registrei, em um dado momento da observação, o seguinte comentário: “[...] *tenho percebido que a equipe de acompanhamento tem exercido a função de puxar as reuniões e de resolver, ou tentar, os conflitos surgidos nos grupos. É como se à equipe fosse delegada, pelas próprias mulheres, uma posição de autoridade*” (DIÁRIO DE CAMPO, 01/10/2009).

É plausível considerar que o modo como tem se configurado a relação das mulheres com as equipes de acompanhamento e com a SEMAS pode interferir na autonomia destas participantes do Projeto de Inclusão, contribuindo mais para desestimulá-las do que para impulsioná-las.

Essa ponderação baseia-se, teoricamente, na concepção de que:

[...] o contexto desempenha um papel fundamental, visto que, inseridas nele, as pessoas passam a ocupar certos lugares e posições – e não outros – contribuindo com a emergência de determinados aspectos pessoais – e não outros – delimitando o modo como as interações podem se estabelecer naquele contexto (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p.26).

É importante ressaltar, todavia, que a reflexão acima mencionada não visa localizar exclusivamente nas equipes de acompanhamento e na SEMAS a responsabilidade por esse processo, tampouco culpabilizá-las pela direção que ele sugere apontar. Ao contrário, é necessário frisar que as próprias mulheres também interferem nesse processo, como é visível na citação do diário de campo antes exposta, assim como neste trecho em que Maria enfatizava a necessidade de uma pessoa de fora para acompanhar o trabalho delas:

[...] *pra ter uma pessoa que nem a Silvia, uma mobilizadora pra acompanhar a gente, porque a gente não tem muita experiência, que eles querem que a gente caminhe com as pernas da gente, mas tem que ter ser uma pessoa, porque é muito difícil, grupo é muito difícil, aí uma opinião uma, outra opinião, outra, aí às vezes não quer aceitar a opinião daquela, né, aí tendo aquela outra pessoa ali, que nem a mobilizadora, eles já ficam... respeitam mais a palavra dela, né [...].* (GF2, 28/10/2009).

Com esta ressalva, portanto, enfatizo o pressuposto da mútua constituição entre pessoa e meio. Neste processo,

[...] por um lado, as características do meio evocam ações/emoções/concepções das pessoas em interação, através de um forte poder simbólico, simultaneamente delimitando e abrindo um conjunto de possibilidades aos comportamentos das pessoas. Por outro lado, a própria presença da pessoa é parte constitutiva daquele meio. Daí dizer que pessoas-meio se constroem e se transformam dialeticamente (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p.26).

Não obstante as possíveis limitações relativas à questão da autonomia organizacional e financeira das mulheres, foi possível identificar importantes desdobramentos do Projeto na vida destas participantes. Entre estes, ressalto o fortalecimento de vínculos entre as mulheres. Nesse sentido, lembro-me que, muitas vezes, percebi o quanto o Projeto se configurava como “*um importante espaço de interação, construção de amizades e troca de experiências entre as mulheres*” (DIÁRIO DE CAMPO, 17/09/2009).

A percepção de que o Projeto trouxe conseqüências positivas para as participantes também foi enfatizada pelas equipes de acompanhamento. Nesse sentido, além do fortalecimento dos vínculos, as equipes mencionaram que o Projeto contribuiu para: aumentar a auto-estima das mulheres; fomentar e aperfeiçoar a sua capacidade de expressão; ampliar o conhecimento sobre os seus direitos, o que interferiu na mudança de postura de algumas em relação com o marido; estimular a participação social das mulheres em conferências; além de promover, em alguns casos, a qualificação para o ingresso no mercado de trabalho. Assim, levando em conta a fragilidade no que concerne à geração de trabalho e renda para a maioria, a mobilizadora concluiu: “*Se não teve êxito no lado profissional, teve no lado pessoal*” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/09/2009).

Sobre os efeitos positivos do Projeto, as mulheres comentaram:

P: [...] esse projeto trouxe alguma contribuição pra vida de vocês? Se vocês pararem pra pensar tudo que vocês já fizeram até hoje, como é que vocês entraram... e agora que estão nessa fase, de agora, ajudou em alguma coisa, contribuiu em alguma coisa esse projeto na vida de vocês?

Nilá: Pra mim sim, a convivência com as pessoas, né, de primeiro eu via só aquele lado... como é que a gente diz, é... das pessoas...

Tereza: Negativo.

Nilá: É. E agora não, já aceito as pessoas do jeito que elas são... as aulas foi muito bom... porque a gente aceita as pessoas do jeito que elas são, é muito bom, conviver com as pessoas.

Maria: Também pra mim foi muito bom, porque... aí eu saio mais de casa, né, que a gente veve só dentro de casa?! E a gente já tem, assim, é o nosso trabalho, né, a gente não tem

remuneração, mas diz que um dia vai ter, né, aí a gente pensa assim “eu vou sair de casa, né, eu vou fazer o meu trabalho fora”... e aí a gente fica tão empolga quando chega o dia de vim... é muito bom, pra mim foi muito importante, foi não, tá sendo, né, pra mim.

P: E as outras, trouxe alguma contribuição?

Graça: Pra mim tem sido maravilhoso, porque também não saía de casa... [risos]...então eu ficava só cuidando de doente, dentro de casa... [...]e aí, depois que eu me soltei também, né, que a gente precisa também conversar com alguém e se entrosar com alguém e conhecer pessoas que possam ajudar mais a gente, aí pra mim foi maravilhoso aqui e todas as coisas que a gente... tudo que a gente aprende, a gente se envolve em grupo, a gente só tem a ganhar, né, [...].

Zenilde: É.

P: Tem alguém que diga que “não, até hoje eu acho que o projeto não me ajudou”, tem algum de vocês que sente isso, que pensa isso, ou todo mundo acha que ajudou na vida, esse projeto?

Zenilde: Me ajudou, está ajudando.

Lia: A mim não financeiramente, mas, de todas as maneiras tem me ajudado.

P: Só não ajudou financeiramente?...

Lia: Só não ajudou financeiramente.

P: E ajudou em que, Lia?

Lia: Assim, financeiramente, assim, pra ter que sair de casa, puder resolver meus problema, é... ajudar, é...juntar, é... como é que diz? é... trazer outros problemas e tentar resolver lá no CRAS, essas coisas, quer dizer, que tudo foi devido esse projeto que eu consegui desenrolar.

[...]

P: Então, gente, se eu perguntasse assim pra vocês: quais são os principais pontos positivos do Projeto de Inclusão Produtiva? Quais são as vantagens do Projeto de Inclusão Produtiva, vocês diriam o que?

Maria: É... o ambiente que..., a localidade que dá pra gente, a unidade, da gente trabalhar, né; o maquinário; deram também material pra gente, é... dá o vale-transporte pra quem não pode porque é longe, eles dão, a expectativa e... querem, eles tão sempre... tem sempre o que? o apoio delas, dá uma... o que é que a Silvia é, como é o nome?

Graça: Mobilizadora.

[...]

Graça: A auto-estima, né, também que levantou muitas pessoas também e tinha muita pessoa já desistindo de conseguir alguma coisa na vida e achando que pela idade não tinha mais vaga no mercado de trabalho e muitas pessoas até já conseguiram um trabalho através dessa ajuda desse projeto, né.

Lia: Aprender mais, né, aprender as máquinas, também foi um ponto positivo, né, saber é... manejar as máquina é... e também o que a prefeitura tem conseguido pra gente, né, o espaço, materiais, essas coisas, tudo é ponto positivo.

[...]

Graça: E outra também né, descobre também as habilidades de muita gente. Tem tanta gente que tudo sabe fazer uma coisa e só falta aquele empurrãozinho pra que as pessoas desenvolva aquele trabalho que essa pessoa tem. Tem pessoas que sabem muita coisa e não sabem colocar em prática e com essas ajuda ta dando também pra descobrir essa habilidade de muita gente independente de idade, de raça e de cor.

(GF2, 28/10/2009).

Assim, parece indubitável que o Projeto de Inclusão Produtiva é significado por estas beneficiárias do PBF, assim como pelas equipes dos CRAS, como um espaço de crescimento pessoal para suas participantes. Todavia, sua significação como “porta de saída” para o PBF parece ser menos expressiva, necessitando, portanto, ser fortalecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação, procurei responder à indagação que impulsionou esta pesquisa: *que relações podem ser estabelecidas entre as significações sobre o Programa Bolsa Família produzidas por beneficiárias e o acompanhamento ao público desse Programa no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)?*

Para tanto, considero que o contato com participantes do “Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza” foi fundamental, dada a importância daquela iniciativa no acompanhamento ao público do PBF no referido município. Um dos grandes desafios enfrentados nesta investigação foi analisar os dados sem que tal análise desembocasse numa avaliação do referido projeto, uma vez que meu foco não era esse.

Por conta da minha atuação anterior no CRAS, eu já conhecia sua dinâmica de funcionamento e algumas características do lócus de pesquisa. Isso facilitou em muito a elaboração e o desenvolvimento de minha proposta investigativa. Paradoxalmente, pesquisar num espaço onde já havia atuado como psicóloga me desafiava a deixar bem claras a proposta e a especificidade da minha então condição de pesquisadora. Percebi, inclusive, que, em princípio, isso dificultou o entendimento por parte de algumas das participantes a respeito do alcance da minha nova inserção naquele contexto.

A realização dos grupos focais com estas participantes teve uma importância primordial para o alcance do primeiro objetivo específico traçado, que foi *compreender as significações sobre o PBF construídas por mulheres que participam de atividades de acompanhamento desse Programa no CRAS*. Quanto a este objetivo, os resultados apontam uma série de aspectos que, articuladamente, interferiram na produção dessas significações, tais como: aspectos da trajetória pessoal de cada participante, bem como de pessoas com quem elas interagem cotidianamente, no Programa Bolsa Família; condições histórico-ideológicas de desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, de um modo geral, e, particularmente, dos programas de transferência de renda no país; transformações recentes no cenário da política de assistência social; idéias sobre o PBF circulantes no tecido social, notadamente no discurso midiático; o contexto institucional do PBF e de acompanhamento das famílias beneficiárias; e o próprio contexto de interação da pesquisa.

Com base nos referenciais deste estudo, foi possível perceber as maneiras pelas quais estes aspectos se inter-relacionavam a cada situação, contribuindo para a produção de determinadas significações, em detrimento de outras. A análise dos dados indica, ainda, que essas significações são expressivas da co-existência e do tensionamento, na conjuntura sócio-política brasileira, entre a “cultura da carência” e a “cultura de direitos” (CARVALHO, 2006).

Como expressões da “cultura da carência”, o material produzido traz consigo a forte presença do signo da “ajuda” vinculado ao benefício do PBF, bem como da figura do “necessitado”, do “carente” e do “pobre” atrelado ao beneficiário do Programa. Signos como esse são frutos da intensa focalização que marcou, historicamente, o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras (TELLES, 1998; SPOSATI, 2002).

Por outro lado, indícios da “cultura de direitos” também apareceram nas significações produzidas pelas participantes, notadamente no que diz respeito aos direitos das mulheres. Certamente, transformações recentes no cenário das políticas sociais – como a proliferação de políticas públicas para mulheres e a ampliação da cobertura de programas de transferência de renda para toda a família – configuram um terreno propício para a expansão da noção de direitos sociais.

No que concerne ao segundo objetivo específico deste estudo, qual seja, *analisar o contexto de acompanhamento de beneficiárias do PBF no âmbito do CRAS*, deparei-me com uma dificuldade inicial para alcançá-lo, por conta da restrição de atividades de acompanhamento aos beneficiários do referido Programa no contexto desta investigação.

Apesar disso, compreendo que a consecução deste objetivo não foi prejudicada, uma vez que o caminho metodológico percorrido foi de grande valia para a produção de dados plausíveis para a análise do contexto de acompanhamento em destaque. Assim, o material construído com as mulheres mediante os grupos focais, as observações-participantes e os questionários individuais, assim como os dados provenientes dos contatos que estabeleci com profissionais dos dois CRAS por mim visitados, instigaram-me a considerar que o acompanhamento ao público do PBF no âmbito do CRAS tem se desenvolvido de modo ainda incipiente, levando em consideração a proposta oficial de acompanhamento elaborada pelo Governo Federal (BRASIL, 2006b).

Em decorrência, o caráter relativamente incipiente do acompanhamento limita suas possibilidades de desestabilizar significações correntes e de contribuir para a criação e maior

circulação de novos sentidos sobre o PBF. Ilustrativo disso é o caso das significações que conferem ao Programa uma forte marca de irregularidade, as quais circulam cotidianamente nos meios de comunicação, emergindo também nesta pesquisa. Como existe pouco espaço para que questões relativas à operacionalização do PBF sejam discutidas junto às beneficiárias, o conhecimento que estas produzem sobre aquelas questões torna-se limitado, permanecendo equívocos e desconfianças quanto ao desenvolvimento do Programa.

A forte presença de uma perspectiva punitiva vinculada à questão das condicionalidades do PBF entre as participantes também se relaciona com esta fragilidade do acompanhamento ao público beneficiário do Programa. Isso porque a atuação do CRAS em torno das condicionalidades muitas vezes só ocorre quando as mulheres já sofreram conseqüências pelo descumprimento das contrapartidas.

Por seu turno, sobre o contexto de acompanhamento do Projeto de Inclusão Produtiva, os resultados evidenciam sua íntima relação com a produção das significações acerca da durabilidade do PBF e das questões de gênero suscitadas na discussão em torno da titularidade da mulher no Programa. Dado o objetivo do Projeto de Inclusão Produtiva de promover a autonomia de suas participantes, a atuação das equipes de acompanhamento deste projeto junto às mulheres é bastante inclinada a estimular a independência das beneficiárias em relação ao PBF. Nesse sentido, tais equipes buscam ressaltar para as mulheres o caráter provisório do Programa, estimulando-as a manterem uma relação de transitoriedade com este.

É válido ressaltar, contudo, que o sentido de provisoriedade do PBF, que se sobressaiu entre as participantes desta pesquisa, não se articula apenas com o contexto do Projeto de Inclusão Produtiva, mas também se relaciona com outras condições de produção, como a histórica descontinuidade das políticas sociais brasileiras. Considerando a íntima vinculação entre essa noção de provisoriedade e o caráter de incerteza atribuído pelas mulheres ao Programa, a análise dos dados demonstra que a preponderância de políticas de governo ao longo da história do país (SPOSATI, 2002) constitui também uma condição propícia à produção dessas significações.

Acerca da titularidade da mulher no PBF, por um lado, foi premente a produção de significações que demonstram a limitação dessa titularidade na ampliação do poder das mulheres na esfera doméstica. Por outro lado, as significações a esse respeito também evidenciam a histórica submissão da mulher em relação ao homem, ressaltando a importância do redimensionamento dessas relações de poder.

É plausível considerar que a produção destas últimas significações tenha sido favorecida pela participação das mulheres nas atividades do Projeto de Inclusão Produtiva, uma vez que essas atividades procuram contribuir para sobrepujar as desigualdades de gênero. Apesar disso, a análise dos dados aponta que tais significações podem perder expressividade entre as participantes, pois o Projeto ainda não tem gerado efetivamente subsídios para a promoção da autonomia financeira destas mulheres, de forma a contribuir para a manutenção e atualização de novas formas de poder entre elas e seus companheiros.

Ainda a respeito das relações entre o contexto do Projeto de Inclusão Produtiva e as significações sobre o PBF construídas pelas participantes da pesquisa, os resultados ressaltam um relativo enfraquecimento do sentido de “porta de saída” do PBF vinculado aos Programas Complementares. Ações ligadas a estes programas, como o desenvolvimento de cursos profissionalizantes e as demais atividades ligadas ao Projeto de Inclusão Produtiva, foram significadas pelas mulheres mais como espaços de crescimento pessoal e de ampliação de vínculos do que como alternativas efetivas de geração de trabalho e renda.

Nesse sentido, em que pesem as dificuldades de produção e de comercialização próprias do Projeto de Inclusão Produtiva, os resultados apontam o quanto é imprescindível o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas que incidam sobre o mercado de trabalho, a fim de que não recaia exclusivamente sobre a assistência social o dever de fazer frente à situação de desemprego e precariedade em que se encontra grande parte dos beneficiários do PBF. Caso contrário, esta política tornar-se-á um verdadeiro “mito social” (MOTA, 2008).

Eis, então, uma das implicações deste estudo para o campo das políticas sociais: os seus resultados frisam a pertinência de que as iniciativas da política de assistência social frente à pauperização do povo brasileiro se articulem com outras políticas públicas, com destaque para as de geração de emprego e renda.

Uma segunda implicação refere-se ao próprio contexto de acompanhamento das famílias do PBF no âmbito do CRAS. O aprimoramento desse acompanhamento se constitui como um desafio para as equipes do referido Centro, a fim de que algumas significações que circulem como naturais sejam problematizadas junto às beneficiárias e outras significações possam ampliar sua capacidade de transitar no tecido social, de modo a favorecer uma maior apropriação de aspectos do PBF pelas suas beneficiárias e de qualificar o seu ingresso, a sua permanência e o seu desligamento deste Programa.

Esse desafio supramencionado passa pelo fortalecimento do controle social no acompanhamento e execução do PBF. Nesse sentido, as equipes dos CRAS podem tanto integrar a Instância de Controle Social (ICS) do Programa, como incentivar a participação de beneficiários neste espaço.

Com relação à psicologia, creio que este estudo convoca-a a ampliar a análise de uma questão tão atual e importante no cenário das políticas públicas do país, como o acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e suas reverberações no cotidiano. Como um dos agentes desse acompanhamento, o(a) psicólogo(a) pode e deve contribuir para que as análises sobre o Programa Bolsa Família e o acompanhamento ao público beneficiário deste Programa atentem para os sentidos produzidos sobre essa política pelos sujeitos que dela são usuários. Este estudo corrobora, por conseguinte, o ponto de vista de Sawaia (2004), que advoga em favor da pertinência do enfoque nas questões da subjetividade para a análise da dialética inclusão/exclusão social, a fim de que não se tornem economicistas as políticas públicas desta natureza.

Feitas essas considerações acerca das implicações desta pesquisa para as áreas em que ela se situa, aponto possíveis desdobramentos deste estudo para futuras investigações: *Que significações sobre o PBF são produzidas por profissionais do CRAS que acompanham os beneficiários daquele Programa? O que pensam estes profissionais sobre as atividades de acompanhamento ao público do PBF? Que relações existem entre as significações produzidas por beneficiárias do PBF que não são acompanhadas pelos CRAS e as significações construídas por aquelas que participam de atividades de acompanhamento no referido Centro?* Possivelmente, esse estudo comparativo também suscitaria importantes questões sobre a relação entre o acompanhamento ao público do PBF e as significações produzidas por suas beneficiárias.

Por fim, gostaria de ressaltar que esta pesquisa certamente não esgota todas as reflexões possíveis sobre as relações entre o acompanhamento do público do PBF no âmbito do CRAS e as significações produzidas sobre aquele Programa por mulheres beneficiárias. Conforme os referenciais deste estudo, as significações são construções constantes, multideterminadas e inesgotáveis, o que torna seus estudos necessariamente provisórios, contingenciais e, portanto, relativos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, 2002, p. 07-19.
- AMORIM, K.S.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Dialogismo e a investigação de processos desenvolvimentais humanos. **Paidéia**, v.18, n.40, 2008, p. 235-250.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- AZEVEDO, R.C. Negligência familiar como manifestação das relações de gênero. In: FROTA, M.H.P.; OSTERNE, M.S.F. (Orgs.). **Família, Gênero e Geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004. p. 95-116.
- BAKHTIN, M (VOLOCHINOV, V.N.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BARROS, D. L. P. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In BARROS, D. L. P.; FIORIM, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 2 ed, 2003. p. 1-10.
- BARROS, J.P.P. **Considerações sobre a Práxis do(a) Psicólogo(a) no Projeto Raízes de Cidadania e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza**. Fortaleza, UFC, 2007. 155p. Monografia (Graduação em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, 2007.
- BARROS, J.P.P; PAULA, L.R.C. de; PASCUAL, J.G; COLAÇO, V.F.R; XIMENES, V.M. O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia e Sociedade**, 2009, p. 174-181.
- BEHRING, R. E; BOSCHETTI, I. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. In: **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca Básica / Serviço Social. 4 ed, v.2. São Paulo: Cortez, 2008.
- BELO, R.V. Bolsa Família ou Bolsa Eleitoral?. **Primeira Edição**. Alagoas, 2009. Disponível em: <http://www.primeiraedicao.com.br/?pag=colunistas&cod=853>. Acesso 17 jan. 2010.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (Org). **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005. p. 87-98.

BRASIL. Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08, dez, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. 2004a.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 set. 2004b. Seção 3.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social**. 2006a. Disponível em http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/cras-centros-de-referencia-da-assistencia-social. Acesso em 04/03/2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)**. 2006b. Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>. Acesso em 23/02/2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **O que são Programas Complementares**. 2007. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programas_complementares/definicao. Acesso em 18/09/2007

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Sistema Único da Assistência Social**. 2008a. Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes/apresentacoes-do-seminario-a-efetivacao-do-suas-nos-estados>. Acesso em 30/09/2008.

_____. Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. 2009a. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em 07/01/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Conheça o SUAS**. 2009b. Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas/conheca/>. Acesso em 23/02/2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Controle Social**. 2009c. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controle_social. Acesso em 22/01/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. **Tarifa Social de Energia**. 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/servicos>. Acesso em 22/01/2010.

BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. Dura realidade brasileira: famílias vulneráveis a tudo. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, 39. Jun. 2008, p. 8-10.

CANTUÁRIO, M.Z.A.M. **A maternidade simbólica na religião afro-brasileira**: aspectos sócio-culturais das mães-de-santo na Umbanda em Fortaleza-Ceará. 2009. 250f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2009.

CARVALHO, A.M.P. Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajustes e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas. In: CARLEIAL, A.N (org). **Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina**. Fortaleza, Edições UFC, Edições UECE, UNAM, 2006.

CARVALHO, A.M.A; ROSSETTI-FERREIRA, M.C; SILVA, A.P.S. Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento. In: ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; SILVA, A.S.; CARVALHO, A.M.A (Orgs). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 81-92.

CIDADE. E. C. **A atuação do(a) Psicólogo(a) no Sistema Único da Assistência Social** - um estudo nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Fortaleza, UFC, 2009. 102p. Monografia (Graduação em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, 2009.

COLAÇO, V. F. R. Processos interacionais e a construção de conhecimento e subjetividade de crianças. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 24 Set. 2008.

COLAÇO, V. F. R; PEREIRA, E; NETO, F.E.P; CHAVES, H.V; SÁ, T.S. Estratégias de mediação em situação de interação entre crianças em sala de aula. **Estudos de Psicologia**. n 12, v.1, 2007, p. 47-56.

COSTILLA, L.F.O. Pensando o Estado: sociedade política e sociedade civil hoje, no Brasil e no México. In: CARLEIAL, A.N (Org). **Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina**. Fortaleza, Edições UFC, Edições UECE, UNAM, 2006.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Projeto Mulheres em Cena é lançado em Fortaleza**. 2007. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2773&Itemid=239. Acesso em: 25 de fevereiro de 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Endereço dos CRAS**. 2008a. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8974&Itemid=220. Acesso em: 25 de fevereiro de 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres é lançado.** 2008b. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=214&Itemid=239. Acesso em 20 de maio de 2009.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **CadÚnico ganha 5 novos locais de funcionamento.** 2008c. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9446&Itemid=239. Acesso em 13 de jan de 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Inclusão Produtiva recebe prêmio nacional.** 2008d. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9737&Itemid=239. Acesso em 12 de fev de 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Diagnóstico Social de Fortaleza-CE/2008:** Uma análise das expressões da questão social nos espaços urbanos. 2009a.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Inclusão Produtiva:** qualificação e oportunidades. 2009b. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9970. Acesso em 21 de fev de 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Curso do Cozinha Brasil:** inscrições abertas no Couto Fernandes. 2009c. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10733&Itemid=239. Acesso em 13 de março de 2010.

FREITAS, M. T. A. Vygotsky & Bakhtin. **Psicologia e educação:** um intertexto. 3ed. São Paulo: Ática: 1996.

_____. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002, p. 21-39.

_____. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In FREITAS, M. T. A.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (Orgs). **Ciências humanas e pesquisa:** leitura de Mikhail Bakhtin. 2ed, São Paulo, Cortez, 2007.

FROTA, M.H.P. Interpretando a categoria gênero de Joan Scott. In: FROTA, M.H.P.; OSTERNE, M.S.F. (Orgs.). **Família, Gênero e Geração:** temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004. p. 13-32.

GARCIA, R. L. Tentando compreender a complexidade do cotidiano. _____. **Método:** pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GÓES, M. C. R.; CRUZ, M.N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-Posições**, 17, 2006, p. 31-45.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Documento Síntese. Rio de Janeiro, 2008.

JOBIM E SOUSA, S. **Infância e linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamim. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M. C. M. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6. 2007. p. 1415-1421.

MARANHÃO, C.H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONNERAT, G.L. ; SENNA, M. C. M.; SCHOTTZ, V; MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro: v.12 n.6, nov./dez. 2007. p. 1453-1462.

MONTERO, M. **Hacer para Transformar**: El Método en la Psicología Comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MOTA, A.M.E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____ (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.p. 133-146.

MOTA, A.E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o *Suas* e a formação profissional. In: MOTA, A.M.E (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.p. 180-198.

MOURA, P.G.M. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. 1, jan./jun. 2007, p. 115-122.

NOZABIELLI, R. S; SANTOS, L.M; GIMENES, G.J; LONARDONI, E. **O Processo de Afirmação da Assistência Social como Política Social**. 2009. Disponível em: www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_sonia.htm. Acesso em 14 de abril de 2009.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e Conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 4ed. São Paulo, Cortez, 2007.

RÊGO, L.W. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**, São Paulo, 73. 2008. p. 147-185.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; SILVA, A.S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; SILVA, A.S.; CARVALHO, A.M.A (Orgs). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.p. 23-34.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; SOARES-SILVA, A.P.; OLIVEIRA, Z.M.R. Desafios metodológicos na perspectiva da rede de significações. **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.133, Jan/abr. 2008, p. 147-170.

SANTOS, M.I.D.A. Gênero e Representação – uma contribuição para os estudos de representação à luz do conceito de gênero. In: FROTA, M.H.P.; OSTERNE, M.S.F. (Orgs.). **Família, Gênero e Geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.p.69-94.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça**: política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes, 2004. p. 97-118

SENNA, M.C.M.; BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun 2007, p. 86-94.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. 2007. 12(6): 1429-1439.

SILVA, M.O.S; YAZBEK, M.C; GIOVANNI, G.D. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 3 ed. São Paulo: Cortez; 2007.

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, Julho/2000. 45-78.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, A.M.E (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.p. 147-179.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações. In: ROSSETTI-FERREIRA M. C.; AMORIM, K. S; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Medicas, 2004, v. 1, p. 35-49.

SOUSA, P. A. de. Um marco na consolidação do estado do bem-estar brasileiro. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, n. 39. Jun. 2008. 18-23.

SOUSA, P.J.F. Globalização e condicionantes da proteção social no Brasil. In: CARLEIAL, A.N (Org). **Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina**. Fortaleza, Edições UFC, Edições UECE, UNAM, 2006.

SPOSATI, A. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. **ANAIS**. Lisboa, 2002. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0044509.pdf>. Acesso em: 25/06/08.

SPOSATI, A; FALCÃO, M. do. C; FLEURY, S.M.T. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

SUPLICY, E.M. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, A. F. G. **Psicologia e Sistema Único de Assistência Social - SUAS: um estudo sobre a inserção dos(as) psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS's**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará. 2008.

TELLES, V. S. Direitos Sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, SÃO PAULO, v. 37, 1998. Disponível em: http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/Direitos_sociais.pdf. Acesso em: 25/06/08.

VIGOTSKI, L. S. **Formação Social da Mente**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. **Obras escogidas: problemas del desarrollo de la psique**. Tomo III. Madrid: Visor, 1995. (Original publicado em 1931).

_____. O significado histórico da crise da psicologia. In: _____. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (Original publicado em 1927).

_____. Pensamento e palavra. In: VIGOTSKI, L. S. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1934).

_____. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A. R. **El Instrumento y el signo em el desarrollo del nino**. Madrid: Fundación Infancia y aprendizaje, 2007.

WEISSHEIMER, M.A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAMAMOTO, O.H. Questão Social e políticas públicas: revendo o compromisso da psicologia. In: BOCK, A.M.B (Org). **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003. p.37-54.

ZACCUR, E. Metodologias abertas a itêrâncias, interações e errâncias cotidianas. In GARCIA, R. L. **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZANELLA, A. V.; DA ROS, S. Z.; REIS, A. C.; FRANÇA, K. B. (2004). Doce, pirâmide ou flor?: o processo de produção de sentidos em um contexto de ensinar e aprender. **Revista Interações IX(17)** jan.jun, 2004.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. n. 4, Ano 3, 2006.

_____. Desafios à implantação do direito à alimentação no Brasil. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, 39, Jun. 2008, p. 14-17.

APÊNDICES

APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

Meu nome é Luana Rêgo Colares de Paula, sou psicóloga e estudante do mestrado em Psicologia da UFC. Iniciarei uma pesquisa com o título **As significações sobre o Programa Bolsa Família: um estudo com mulheres participantes de atividades em um Centro de Referência da Assistência Social** e gostaria de lhe convidar a participar desta pesquisa. A sua participação é importante, porém, você não deve aceitar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Realizarei a pesquisa no grupo de confecção ligado ao Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza, do qual você faz parte, com o objetivo de compreender o que as mulheres que recebem o Bolsa Família e que participam de atividades no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) pensam sobre o Programa Bolsa Família. Irei observar as reuniões desse grupo de confecção durante dois meses, para compreender como é a participação das mulheres num projeto voltado para as pessoas que recebem o Bolsa Família. Durante as observações das reuniões do grupo, farei o registro das minhas observações num caderno. Além disso, desejo realizar, de acordo com a permissão e a disponibilidade de você e das outras mulheres, dois grupos-focais. O grupo-focal é uma técnica de pesquisa que reúne pessoas para conversar sobre um tema específico. No caso da minha pesquisa, iremos conversar sobre o Programa Bolsa Família. Esse momento durará cerca de uma hora e meia e será gravado para que, em momento posterior, as informações obtidas sejam melhor analisadas por mim.

Gostaria, ainda, de esclarecer que:

- 1) A sua aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea vontade;
- 2) Você não ficará exposto a nenhum risco ou problema ao participar desta pesquisa;
- 3) A identificação de todos os envolvidos na pesquisa será mantida em segredo;
- 4) As informações adquiridas pela sua participação não serão divulgadas fora de ambientes científicos entre estudiosos do assunto, garantindo o sigilo e a não-identificação de sua pessoa;
- 5) A qualquer momento, você poderá desistir de participar dessa pesquisa, sem que isso traga qualquer problema a você.
- 6) Você não receberá nenhum pagamento para participar dessa pesquisa;
- 7) Ao participar desta pesquisa, você estará contribuindo para que novas idéias sobre os Programas Sociais do Governo sejam elaboradas e para a melhoria das atividades realizadas com os beneficiários desses programas;
- 8) Somente depois de ter entendido o que foi explicado, é que você deverá assinar este documento em duas vias, sendo que uma delas ficará com você e a outra ficará comigo.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Luana Rêgo Colares de Paula

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Av. Senador Virgílio Távora, 2400, Dionísio Torres.

Telefones p/contato: (085) 99583012.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a participação de seu filho/filha no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará

Rua Coronel Nunes de Melo, 1127 Rodolfo Teófilo

Telefone: 3366.8338

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO ou

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que essa participação implicam, concordo e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Fortaleza,

Assinatura da participante	Nome e Assinatura do responsável pelo estudo

APÊNCICE B – QUESTIONÁRIO PARA AS PARTICIPANTES

Nome:

Idade:

Constituição Familiar:

- 1) Há quanto tempo recebe o Bolsa Família?
- 2) Quando e como conheceu o CRAS?
- 3) Quais as atividades que participou/participa no CRAS?
- 4) Está no Projeto de Inclusão Produtiva desde o começo? Quando entrou? Participou de quais fases do projeto?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O 1º GRUPO FOCAL

- 1) Qual a primeira coisa que vem à mente de vocês quando pensam no Bolsa Família?
- 2) Se vocês fossem explicar para alguém que não conhece o Bolsa Família, como explicariam?
- 3) Vocês sabem quando e para quê foi criado o Bolsa Família?
- 4) Quem é o responsável pelo Bolsa Família?
- 5) O que é preciso para receber o Bolsa Família?
- 6) Quanto tempo uma família pode passar recebendo o Bolsa Família?
- 7) Existe alguma obrigação que a família tem que cumprir para continuar recebendo o Bolsa Família? Se sim, qual (ou quais) são?
- 8) Se pudessem mudar alguma coisa no Bolsa Família, o que mudariam?
- 9) Quando querem resolver alguma coisa do Bolsa Família, para onde vocês vão?
- 10) Quais são os principais pontos positivos que vocês vêem no Bolsa Família?
- 11) Tem gente que acha que o Bolsa Família deixa as pessoas dependentes. O que vocês pensam disso?

APÊNCICE D – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O 2º GRUPO FOCAL

- 1) Sobre a titularidade da mulher no PBF: Porque que é assim? O que vocês acham disso? O fato de ser no nome de vocês, e não no do marido de vocês, mudou alguma coisa em casa, ou na relação de vocês com os companheiros? Como vocês observam isso nas outras famílias?
- 2) Como vocês apresentariam o CRAS para uma pessoa que não o conhece?
- 3) Vocês sabem o que quer dizer a sigla CRAS?
- 4) Vocês sabem o que é Assistência Social?
- 5) Quem é responsável pelo CRAS?
- 6) Existe alguma relação entre o CRAS e o Bolsa Família. Se sim, qual é?
- 7) Alguma coisa mudou na vida de vocês depois que conheceram o CRAS? Se sim, o que mudou?
- 8) Vocês sabem por que e para quê foi criado o Projeto de Inclusão Produtiva?
- 9) O que levou vocês a fazerem parte, a se interessarem nesse Projeto de Inclusão?
- 10) Vocês podem me explicar um pouco como foi o Projeto de Inclusão, do começo até hoje? (ver a questão das etapas).
- 11) Como foram as outras etapas antes dessa que vocês estão?
- 12) Que temas foram trabalhados nas primeiras etapas?
- 13) Quais os principais pontos positivos do Projeto de Inclusão Produtiva?
- 14) Esse projeto trouxe ganhos, contribuições para a vida de vocês? Se sim, quais?
- 15) Quais os principais problemas/dificuldades do Projeto de Inclusão Produtiva?
- 16) Se pudessem mudar alguma coisa no Projeto de Inclusão Produtiva, o que mudariam?

APÊNCICE E – ILUSTRAÇÃO DO MODO DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

UNIDADES TEMÁTICAS	CATEGORIA
<p>Condicionalidades: P: Gente, a Graça, teve uma hora que ela falou, de direitos e deveres, né, existe alguma, alguma obrigação que a pessoa que recebe o Bolsa Família, a família que recebe o Bolsa Família tem que cumprir? Algumas respondem: Hum rum. Maria: Tem. Tereza: Tem sim. P: Quais são? Tereza: os filhos no colégio... Lia: Primeiro os filhos tem que ta na escola, né, segundo o acompanhamento do posto, do... do posto, e... sempre procurar os benefícios que vem pra... Maria: E assim, se a pessoa mu... é, se mudar de endereço, aí tem a obrigação de ir lá... mandar re ... Graça: Atualizar.</p>	<p>Os sentidos sobre a operacionalização do PBF</p>
<p>Titularidade da Mulher: P: O que é que vocês pensam sobre isso? [...]. Lia: E eu acho que é porque o marido ele sempre quer ser o bichão, né, o todo poderoso, né, aí, eu acho que se fosse no nome dele, ele talvez não desse nem pra gente. [...]. Graça: Concordo plenamente. Porque, assim, graças a Deus que vem no nome da mulher, né, porque era mais um dos cartãozinho que o homem embolsava e quando recebesse ficava e ia fazer gasto com outras, como mulheres também aí que faz isso, né, pega e vai gastar com coisa que não tem nada a ver. No caso, se fosse o homem com certeza ele fazia isso também e a gente não chegava nem a ver esse dinheiro.</p>	
<p>Irregularidades: [...] P: E vocês sabem como é que isso acontece, uma pessoa, pelo que vocês tão dizendo, uma pessoa que não... [Lia começa a responder antes que eu termine de fazer a pergunta]. Lia: Porque mentem. Vão fazer o cadastro e mentem. P: Na hora de fazer o cadastro? Lia: Na hora de fazer o cadastro. Porque o que vale é o que comprova ali. Ela leva o papel de energia ou então... eu sei lá... de uma casa, de uma casa que ta alugada... eu sei que mentem! Porque lá num tem como a gente dizer o que ta certo o que ta err..., num tem como a gente dizer se ta certo se ta errado, né, porque o que comprova é o que ta ali, né, se a pessoa leva: tantos meninos, com nome, porque tem que levar... eu acredito que só se for assim, né, mentem, né. Neta: Tem gente que tem enrolação nas próprias famílias que fazem o cadastro. É por isso que eu digo que tinha que ter, assim, uma pessoa pra avaliar bem esses casos aí.</p>	

ANEXO